

Revista do

EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 156 - 2º quadrimestre de 2020

**INTENDÊNCIA - 100 anos de
eficiência e presteza - Pág 18**

Marcio Tadeu Bettega Bergo

**No coração da guerra total:
a participação brasileira
na Grande Guerra - Pág 99**

Carlos Roberto Carvalho Daróz



General de Exército
Edson Leal Pujol

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO
2019**





Comandante do Exército
Gen Ex Edson Leal Pujol

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Bda Paulo Afonso Bruno de Melo

Editor
Cel Cav Marco André Leite Ferreira
Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial
Marcio Tadeu Bettega Bergo (presidente)
Antonio Ferreira Sobrinho
Cláudio Skora Rosty
Eduardo Scalzilli Pantoja
Claudio Luiz de Oliveira
Maristela da Silva Ferreira

Composição
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE
HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIMEx)
Avenida Pedro II, 383
São Cristóvão - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20.941-070

Direção, revisão, diagramação e distribuição
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (BIBLIEx)
Palácio Duque de Caxias - Praça D. de Caxias, 25
3º andar - Ala Marçílio Dias - Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711

Revisão
Cel Edson de Campos Souza

Diagramação
Cb Vladson Elias dos Santos

Projeto Gráfico
3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para o editor executivo** (reb@esao.eb.mil.br) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 96dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de **exclusiva responsabilidade dos autores** e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

Impressão
Tavares & Tavares Empreendimentos
Comerciais LTDA

Revista do **EXÉRCITO BRASILEIRO**

Vol. 156 – 2º quadrimestre de 2020 – Revista do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1 - v.8,1882-1889; v.1-v.10,1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130. 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.

NOSSA CAPA

Créditos: 3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta



Caro(a) leitor(a),

O Volume 156, 2º quadrimestre de 2020, da Revista do Exército Brasileiro, inicia com o Relatório de Gestão do Exército Brasileiro, do general Edson Leal Pujol, Comandante do Exército, apresentando uma síntese do Exercício Financeiro de 2019 no formato de relatório integrado. Na sequência, traz mais sete temas de nossa historiografia, organizados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, por meio do seu Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar (CEPHiMEX).

Os primeiros temas colocam em destaque o centenário do serviço de intendência, nos artigos “Intendência – 100 anos de eficiência e presteza”, de autoria do general Marcio Tadeu Bettega Bergo, e “Dilemas de Metíoco: as antigas Escolas de Intendência do Exército (1921-1946)”, de autoria dos pesquisadores do Arquivo Histórico do Exército major Alcemar Ferreira Junior e subtenente Alvaro Luiz dos Santos Alves.

No artigo seguinte, “Turismo militar na Baía de Guanabara: uso do patrimônio histórico e cultural militar existente no seu entorno”, o autor, coronel Antonio Ferreira Sobrinho, apresenta necessário e amplo levantamento das possibilidades de desenvolvimento do turismo militar no Rio de Janeiro e em Niterói – RJ, particularmente aqueles que possam ocorrer por via marítima.

Esta edição volta-se, também, para os 150 anos do fim da Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai, ao abordar temas relativos à construção da memória daquele conflito, nos artigos “*Les dieux s’ent vont*: a Ilha do Bom Jesus e o Asilo de Inválidos da Pátria”, de Ana Beatriz Ramos de Souza, doutora em História Política (UERJ) e pesquisadora associada do CEPHiMEX, e da tenente-coronel Maristela da Silva Ferreira, doutora em Estudos da Linguagem. Em seguida, em artigo intitulado “Osório: o cidadão-soldado no bronze da história”, o autor, coronel Marcelo Vieira de Souza Filho, reexamina a narrativa acerca da inauguração do monumento em homenagem ao Marquês de Herval e patrono da cavalaria.

Ainda na senda da História Militar, “No coração da guerra total: a participação brasileira na Grande Guerra”, de autoria do coronel Carlos Roberto Carvalho Daróz, doutorando em História Social (UFF), tem seu foco voltado para a análise da escalada de eventos que levaram o Brasil a ingressar na Primeira Guerra Mundial, assim como do esforço brasileiro para, dentro de suas limitações, colaborar no esforço de guerra aliado.

Por fim, encerrando esta revista, percorremos os caminhos gloriosos da FEB na 2ª GM, na pesquisa intitulada “Lugares de memória: primeiras missões da Força Expedicionária Brasileira na Itália”, de autoria do coronel Cláudio Skora Rosty, historiador especialista nos estudos da FEB.

Agradecemos a todos que empenharam seu tempo e ofereceram suas habilidades técnicas e seu conhecimento histórico para a produção desta edição. Divulgar as pesquisas e informações reunidas pelo nosso corpo de pesquisadores é o objetivo desta centenária revista. Esperamos que ela possa contribuir para a preservação e divulgação de nosso patrimônio material e imaterial, fomentando, ainda, o debate e a construção de novos conhecimentos.

Boa leitura a todos.

- 03** Relatório de Gestão do Exército Brasileiro 2019
Edson Leal Pujol
- 18** Intendência – 100 anos de eficiência e presteza
Marcio Tadeu Bettega Bergo
- 38** Dilemas de Metióco: as antigas Escolas de Intendência do Exército (1921-1946)
Alcemar Ferreira Junior
Alvaro Luiz dos Santos Alves
- 51** Turismo militar na Baía de Guanabara: uso do patrimônio histórico e cultural militar existente no seu entorno
Antonio Ferreira Sobrinho
- 68** *Les dieux s'ent vont*: a Ilha do Bom Jesus e o Asilo de Inválidos da Pátria
Ana Beatriz Ramos de Souza
Maristela da Silva Ferreira
- 85** Osorio: o cidadão-soldado no bronze da história
Marcelo Vieira de Souza Filho
- 99** No coração da guerra total: a participação brasileira na Grande Guerra
Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 112** Lugares de memória: primeiras missões da Força Expedicionária Brasileira na Itália
Cláudio Skora Rosty

Relatório de Gestão do Exército Brasileiro 2019

*Edson Leal Pujol**

Introdução

O presente artigo tem como propósito apresentar, em síntese, o Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) referente ao Exercício Financeiro de 2019 no formato de relatório integrado, formato este preconizado pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (Estrutura Internacional de Relato Integrado) e aderido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O Relatório de Gestão do Comando do Exército (ano base 2019) foi concebido com o objetivo de permitir aos cidadãos brasileiros compreenderem o que faz o Exército Brasileiro (EB) e como é empregado o dinheiro dos contribuintes, para garantir a soberania nacional, os poderes constitucionais, a lei e a ordem e salvaguardar os interesses nacionais, cooperando com o desenvolvimento e o bem-estar social, cumprindo, dessa forma, o que está previsto no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal.

Nesse sentido, o Relatório de Gestão do Comando do Exército busca apresentar à sociedade e aos órgãos de controle os valores e resultados que o Exército Brasileiro produz e entrega, além de demonstrar seu nível de governança; conformidade; efetividade; economicidade; e de sustentabilidade econômica e ambiental.

É importante ressaltar que a Prestação de Contas do Exército vem evoluindo com o passar do tempo. Entre 2005 e 2010, as Organizações Militares (OM) do Exército apresentavam suas respectivas Prestações de Contas de forma descentralizada. Já entre 2011 e 2013, a Secretaria de Economia e Finanças (SEF) foi a responsável por apresentar a Prestação de Contas do Exército. Em 2014, cada Órgão de Direção Setorial (ODS) e o Gabinete do Comandante do Exército apresentaram suas respectivas contas. Nos anos de 2015 a 2017, o Estado-Maior do Exército – EME, Órgão de Direção Geral (ODG) na Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro, consolidou o Relatório de Gestão do Comando do Exército. A partir de 2018, o Comando do Exército (Cmdo Ex), por intermédio do Estado-Maior do Exército, apresentou o Relatório de Gestão no formato de Relatório Integrado.

Segundo o Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado, do Tribunal de Contas da União, esse é o resultado de um processo que visa divulgar informações concisas, relevantes e estratégicas, para facilitar a gestão integrada, a comunicação interna e a prestação de contas. Como produto, esse relatório se traduz como um documento que integra informações financeiras e não financeiras.

* Gen Ex (AMAN, Cav/77). Comandante do Exército Brasileiro.

Dentro do Exército Brasileiro, os maiores desafios para elaboração do relatório integrado são a adoção da abordagem estratégica, o foco no resultado, o engajamento dos atores relevantes, a necessidade de atuação integrada, a padronização do relatório em um projeto gráfico e a magnitude e a capilaridade da Força Terrestre.

Em uma breve comparação entre a forma anterior e a atual do relatório, podemos dizer que, no padrão anterior, cada Comandante (OM, ODS, Órgão de Assistência Direta e Imediata – OADI), em seu nível, respondia por sua Unidade Gestora (UG) com foco na execução orçamentária, apresentando uma linguagem primordialmente técnica e burocrática e em um relatório com muitas páginas. Por outro lado, no modelo atual, a prestação de contas é confeccionada unicamente na esfera da Alta Administração (EME), tendo o Cmdo Ex como Unidade Prestadora de Contas (UPC), com foco nos resultados alcançados dentro de uma linguagem voltada ao cidadão, simples e de fácil entendimento, apresentada de forma palatável e convidativa à leitura.

Visão geral organizacional e ambiente externo

Conforme orientação do TCU, esses itens relacionam-se às informações que identificam a Unidade Prestadora de Contas, tais como: a missão e visão, a estrutura organizacional e de governança, o ambiente externo em que atua e o modelo de negócios.

Visão geral organizacional

O Exército Brasileiro, Instituição permanente da República Federativa do Brasil, com mais

de 370 anos de história em prol do desenvolvimento nacional, alicerçado em valores perenes como Patriotismo, Civismo, Espírito de Corpo e Fé na sua missão constitucional, cada vez mais compreende e amadurece o entendimento de sua missão constitucional perante o Estado Brasileiro. Sendo assim, o EB possui o amparo legal apoiado na Constituição Federal/1988, em seu art. 142, nas Leis Complementares nº 97/1999, nº 117/2004 e nº 136/2010, além da Política Nacional de Defesa, na Política Militar de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa e na Estratégia Militar de Defesa.

Nesse contexto, o Exército vem buscando, a cada ano, se aperfeiçoar, se modernizar e se alinhar às melhores e efetivas práticas de gestão, em perfeita sintonia com os mecanismos de governança do setor público. Para tanto, consubstanciado em seu Plano Estratégico 2020-2023, que contém 15 (quinze) Objetivos Estratégicos (OEE), perfeitamente equilibrados e harmonizados ao seu Processo de Transformação e ao Plano Plurianual do Governo Federal, o Exército Brasileiro demonstra à sociedade como emprega judiciosamente os recursos destinados pelo Orçamento da União, de forma a dotar-se de meios adequados e profissionais altamente capacitados para superar os desafios do Século XXI e poder respaldar as decisões soberanas do Brasil.

Dessa forma, para bem cumprir sua missão constitucional e manter preservada sua imagem perante a nação brasileira, o Exército possui uma estrutura organizacional que lhe permite uma articulação em nível nacional. A figura a seguir sintetiza a capilaridade que o EB possui em todo o território nacional (nas cinco regiões geográficas brasileiras).

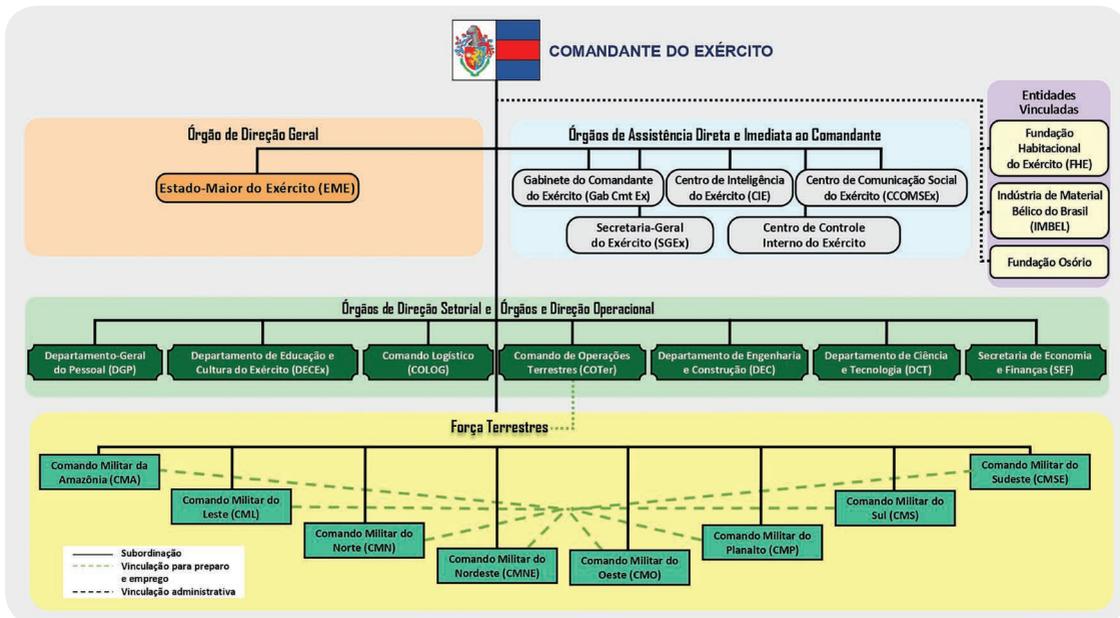


Figura 1: Estrutura Organizacional do Exército

Fonte: www.cb.mil.br/acesso-a-informacao/estrutura-organizacional

Ambiente externo

Quanto ao ambiente externo, segundo a Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI), fatores externos significativos podem afetar direta ou indiretamente o EB, comprometendo sua geração de valor, em curto, médio e longo prazo.

Dessa forma, as atividades criminosas desenvolvidas em espaços transfronteiriços, particularmente as ligadas ao tráfico de pessoas, de drogas, de armas e munições, e relacionadas à mineração ilegal e à biopirataria vêm apresentando um substancial incremento. Verifica-se que os criminosos estão cada vez mais bem armados e equipados, levando risco às comunidades locais e à população brasileira em geral. Essa ameaça obriga à priorização das atividades de inteligência, de atuação em ambiente interagências, adequação do nível de proteção da tropa, como a aquisição de equipamentos individuais, sensores, gerenciadores do campo de batalha e viaturas blindadas.

Tais demandas conduzem à implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), em toda a faixa de fronteira, assim como à reavaliação da disposição, organização e ocupação dos Pelotões Especiais de Fronteira, fornecendo melhores meios de proteção, de vigilância e de alerta antecipado. São persistentes as causas de tensões sociais no Brasil, como violência, desigualdades, déficit habitacional, saúde pública deficiente, desemprego, entre outras, com evolução para movimentos violentos, sendo missão constitucional das Forças Armadas a garantia da lei e da ordem, o que demanda maior preparo para atuar em ambiente urbano.

A frequência de ataques às páginas corporativas do Exército atesta a tendência de continuidade da ocorrência de ações hostis no campo cibernético. Até o presente momento, as estruturas de defesa conjuntas foram capazes de mitigar os efeitos de ciberataques. No entanto, prossegue

a criação de estruturas táticas, na Força Terrestre, com a finalidade de manter atualizadas as capacidades cibernéticas, além da realização de exercícios, intercâmbios e operações, interações e conjuntas, na mesma área.

Não obstante as tendências de baixo investimento e pouca disponibilidade de recursos, o Exército Brasileiro tem atuado para cumprir as atribuições previstas na Constituição Federal, bem como suas atribuições subsidiárias contidas nas Leis Complementares correspondentes, caracterizando, assim, as ações de “Braço Forte e Mão Amiga”.

As operações de emprego de tropa levadas a efeito no território nacional, ao longo de 2019, em que pese o grau de risco inerente a algumas delas, permitiram o rodízio contínuo dos efetivos e a experimentação das técnicas de emprego de tropa em situações de guerra e não guerra, agregando à Força Terrestre (F Ter) substancial cabedal de experiência por parte do contingente empregado.

Dentre as realizadas em 2019, importa destacar as seguintes Operações: VERDE BRASIL, ÁGATA e BRICS, na vertente Braço Forte; e ACOLHIDA e PIPA na dimensão da Mão Amiga, entre outras. Ademais, a Operação PIPA, que deveria ser eventual e episódica, ocorre continuamente desde 1998, sendo gerenciada e executada pelas OM do Comando Militar do Nordeste no socorro e assistência à população do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, que sofrem com a estiagem da região.

Ainda na vertente da Mão Amiga, outra grande atuação do EB, em 2019, foi na execução de obras de cooperação, em apoio a órgãos da administração pública, nos níveis federal, estadual e municipal, que resultaram na entrega à sociedade de rodovias, aeroportos, barragens, entre outros serviços de Engenharia, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento nacional.



Figura 2: Ambiente externo

Fonte: RGCE 2019

Modelo de negócios

De acordo com o Guia para Elaboração na forma de Relato Integrado, o conceito de Modelo de Negócio trata do sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades de uma UPC, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.

Assim, a Cadeia de Valor Agregado do EB reúne as atividades executadas pela Instituição, sendo composta por 01(um) macroprocesso finalístico, 01 (um) gerencial e 15 (quinze) de gestão interna, a saber:

- Macroprocesso Finalístico: Operações Terrestres.

- Macroprocessos Gerenciais: Política e Estratégia Militar Terrestre.

- Macroprocesso da Gestão Interna: Tecnologia da Informação, Aquisições e Contratações, Gestão da Informação, Contabilidade, Gestão Institucional, Logística, Gestão de Pessoal, Aquartelamento, Gestão do Patrimônio, Gestão Organizacional, Gestão do Conhecimento, Engenharia e Construção, Ciência/Tecnologia/Inovação, Doutrina Militar Terrestre e Gestão Econômica, Financeira e Orçamentária.

Principais processos de trabalho e produtos

O Exército Brasileiro realiza o mapeamento de seus processos com foco na sistemática de Racionalização Administrativa, visando atender às demandas do Processo de Transformação, bem como implantar a cultura de inovação em todos os sistemas integrantes do Sistema Exército, contribuindo para melhorar a gestão do bem público em toda a Instituição. Os diversos

macroprocessos estão divididos por áreas de atuação, ficando sob responsabilidade do EME, do Comando de Operações Terrestres (como Órgão de Direção Operacional – ODOp), dos ODS, dos Comandos Militares de Área e dos OADI.

Políticas e Programas de Governo em que atua

Conforme orientado pelo TCU, no Guia para Elaboração na forma de Relato Integrado, devem ser identificados os Planos de Ação por meio dos quais se desdobram os mencionados objetivos, contendo, pelo menos, o nome do plano desdobrado, as organizações responsáveis, as partes interessadas e os resultados alcançados e planejados.

Nesse sentido, cabe destaque ao Projeto Soldado Cidadão (PSC) e ao Programa Forças no Esporte (PROFESP), a seguir citados:

- **Projeto Soldado Cidadão (PSC):** tem por finalidade fornecer uma qualificação profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo aos que serão licenciados, por término do tempo de Serviço Militar, concorrerem ao mercado de trabalho em melhores condições. Em resumo, no ano de 2019, dos 10.063 (dez mil e sessenta e três) militares matriculados, 7.052 (sete mil e cinquenta e dois) concluíram o programa, com um custo/aluno de R\$ 742,95 (setecentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos). O PSC está previsto na Lei Orçamentária – Ação Orçamentária (AO) 6557: Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar. A execução orçamentária foi de R\$ 5.239.314,32 (cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil, trezentos e quatorze reais e trinta e dois centavos).

– **Programa Forças no Esporte (PRO-FESP):** trata-se de uma parceria entre o Ministério da Defesa, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tem por objetivo ajudar a melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens carentes, promovendo a inclusão social por meio da prática de esportes. Em 2019, 112 (cento e doze) OM participaram do PROFESP, acolhendo um total de 12.174 (doze mil cento e setenta e quatro) crianças. Todas as crianças concluíram o programa, com um custo/aluno de R\$ 964,21 (novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos). A execução orçamentária foi de R\$ 11.738.344,01 (onze milhões, setecentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e um centavo).

Governança, estratégia e alocação de recursos

Nesta sessão, de acordo com a Estrutura Internacional para Relatório Integrado (EIRI) e com o Guia para Elaboração na forma de Relato Integrado, a estrutura de governança, com seus planos de alocação de recursos, deve apoiar o cumprimento dos objetivos estratégicos da organização.

Estrutura de governança

O Modelo de Governança Corporativa do Comando do Exército é estruturado em instâncias internas e externas.

Instâncias internas de governança

São as seguintes instâncias formadas por órgãos/estruturas responsáveis pela definição e

condução das estratégias do Exército Brasileiro, de forma a melhor cumprir sua missão constitucional, conforme a descrição:

– Alta Administração do Exército: colegiado composto pelo Comandante do Exército, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército e pelos Chefes/Comandantes dos Órgãos de Direção Setoriais;

– Órgão de Direção Geral: é o EME, responsável pela elaboração do Planejamento Estratégico do Exército e pela emissão de diretrizes estratégicas, que orientam o preparo e o emprego do Exército, visando ao cumprimento da sua destinação constitucional; e

– Órgãos de Assessoramento Superior:

– Alto-Comando do Exército: trata-se de um conselho permanente de assessoramento do Comandante do Exército e se destina a analisar e equacionar a Política Militar Terrestre e as estratégias para a sua execução;

– Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército (CONSURT): assessora o Comandante do Exército na condução do processo de transformação do Exército, no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa, entre outros temas de alto nível de decisão;

– Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF): assessora o Comandante do Exército na formulação da política econômico-financeira do Comando do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; nos assuntos administrativo-financeiros da Força; e na administração do Fundo do Exército (FEx); e

– Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército (CONTIEx): assessora o Comandante do Exército na formulação da Política de Tecnologia da Informação (TI) do Comando do

Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; e no planejamento, na direção e no controle das ações de tecnologia da informação.

Instâncias internas de apoio à governança

O Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) é o OADI responsável por planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal no âmbito do Comando do Exército.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEEx) tem como missão a emissão de recomendações para aprimoramento e atualização da governança, gestão de riscos e dos controles internos da gestão.

O Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEEx) é o OADI responsável por planejar, supervisionar, orientar, coordenar, controlar e promover as atividades de Comunicação Social no âmbito do Exército.

Instâncias externas de governança

As principais instâncias externas de governança, responsáveis pela regulação, fiscalização e controle, a que está sujeita a governança do EB são: o Poder Executivo; o Ministério Público Militar; o Tribunal de Contas da União (TCU); a Controladoria Geral da União; e o Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa.

Avaliação da estrutura de governança

A estrutura de governança do Exército Brasileiro acima descrita acompanha o cumprimento dos objetivos estratégicos por meio da análise dos macroprocessos finalísticos, de apoio e gerenciais

dos Órgãos de Direção Setorial e Operacional (ODS e ODOp), e OADI, sendo, posteriormente, feitas as devolutivas durante as visitas de orientação técnica, alinhando os padrões de modelagem e a metodologia de gestão de processos.

Incontestavelmente, a melhoria da gestão nas OM merece especial atenção e constitui-se fator essencial para que o EB alcance seus objetivos estratégicos, cumpra a sua missão constitucional e contribua para a consecução dos anseios da nação brasileira.

A partir de 2020, como melhoria para a governança do Exército, as estruturas de gestão de processos, excelência gerencial, gestão de riscos, medição do desempenho organizacional, racionalização administrativa e capacitação nas áreas afins estarão reunidas em uma recém-criada Assessoria de Governança e Gestão, subordinada ao ODG.

Nesse contexto, o ano de 2019 foi marcado pela revisão da **Política Militar Terrestre**, do **Plano Estratégico do Exército (PEEx)** e consequente atualização do **Sistema de Medição de Desempenho Organizacional**, mecanismos estes fundamentais para a governança do Exército Brasileiro. A partir de 2020, o Índice Integrado de Governança e Gestão Pública será utilizado como Indicador de Tendência do Objetivo Estratégico do Exército nº 10 – Aumentar a Efetividade na Gestão do Bem Público.

Estratégia e alocação de recursos

A confecção do Planejamento Estratégico, com suas Competências Institucionais e Objetivos Estratégicos, permite que o EB possa bem cumprir suas obrigações constantes dos principais diplomas legais.

Vinculação do Plano Estratégico com o Plano Plurianual – PPA

No que tange à vinculação do Plano Estratégico com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, o Planejamento Estratégico do Exército está alinhado com os conteúdos dos Programas Temáticos 2058 – Política Nacional de Defesa e 2055 – Desenvolvimento Produtivo. O Estado-Maior do Exército, como Órgão de Direção Geral, é responsável direto por alguns objetivos, metas e ações, exercendo diferentes papéis na execução orçamentária. Atua como executor de ações e, também, como Gestor Estratégico do Exército, realizando o acompanhamento de outras ações sob a responsabilidade de outros órgãos, por impactarem os objetivos estratégicos do Exército Brasileiro.

Como exemplo dessa vinculação, pode-se citar, dentro do Programa 2058 – Defesa Nacional, o Objetivo do PPA 1125 – Cooperar com o Desenvolvimento Nacional, a Defesa Civil e as Ações Governamentais em benefício da Sociedade, cujo ODS responsável é o Departamento de Engenharia e Construção (DEC). A Ação Orçamentária é a 20H – Realização de Ações de Cooperação do Exército – e os Objetivos Estratégicos do Exército são: o OEE 3 – Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz – e o OEE 4 – Ampliar a Integração do Exército à Sociedade.

Análise de desempenho organizacional (objetivos e metas do PPA 2016-2019)

Em 31 de dezembro de 2019, encerrou-se a vigência do PPA 2016-2019, em relação ao qual o Comando do Exército contribuiu significativamente para o alcance dos atributos do Programa Temático 2058 – Defesa Nacional. A F Ter cooperou para o alcance de 8 (oito) Objetivos, foi responsável direta pela execução de 12 (doze) Metas e pela mensuração de 1 (um) Indicador do Programa 2058. A tabela 1, apresentada abaixo, espelha um exemplo.

Apesar do cenário econômico e do orçamento fiscal terem sido positivos em 2015, ano do planejamento do PPA 2016-2019, observou-se que, nos anos de 2016 a 2019, houve uma piora no cenário econômico, com fortes impactos negativos para o orçamento fiscal da União. Tal situação concorreu para a incompatibilização entre a execução orçamentária e o dimensionamento da meta, cortes orçamentários e atrasos ou frustrações na assinatura de contratos. Entretanto, mesmo diante de dificuldades conjunturais vividas entre 2016 e 2019, as mensurações durante a vigência do PPA foram muito positivas a partir de 2017, com valores acima de 70%.

ATRIBUTO		RESPONSÁVEL	2016	2017	2018	2019
Indicador	Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	COTER (Comando de operações Terrestres)	50%	78,26%	81,45%	74,4%
Objetivo	1113 - DISPOR DE RECURSOS HUMANOS CIVIS E MILITARES CAPAZES DE CUMPRIR AS AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL					
Meta	04FO - FORMAR E CAPACITAR 60.000 MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO	DECEx (Departamento de Educação e Cultura do Exército)	16.015	34.028	49.336	70.592

Tabela 1 – Evolução dos atributos do PPA 2016-2019 a cargo do Comando do Exército (um exemplo)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário (SIOP): <https://www.siop.planejamento.gov.br>

Principais objetivos estratégicos e planos

O Estado-Maior do Exército, como ODG, é o responsável pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) e o seu alinhamento com o PPA, por meio de uma metodologia própria. O planejamento parte de uma análise da missão institucional, dos valores e da visão de futuro pretendida.

A metodologia utilizada prevê inicialmente, no contexto do diagnóstico dos ambientes interno e externo, e no estudo de cenários prospectivos, uma análise estratégica atualizada. Em seguida, determinam-se quais os objetivos estratégicos e como atingi-los, por meio das estratégias e ações estratégicas. Na sua fase conclusiva, o SIPLEx organiza os trabalhos, formalizando o planejamento no PEEEx. Com base neste Plano, é elaborada a proposta orçamentária, conforme a programação temática, os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o planejamento inicia sua fase de execução, sendo avaliado e controlado por meio do **Sistema de Medição de Desempenho Organizacional**. O PEEEx está adaptado ao Ciclo de Atividades de Acompanhamento do Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa e ao ciclo de produção dos PPA do Governo Federal.

Para cumprir sua missão, o EB listou 15 (quinze) Objetivos Estratégicos, que estão desmembrados em estratégias, ações estratégicas e atividades impostas no espaço temporal de 4 (quatro) anos, semelhante ao do PPA do Governo Federal, demonstrando comprometimento para atender à missão constitucional.

O planejamento dos recursos necessários para alcançar os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) é realizado no ano anterior (no caso, 2018)

com base nas demandas oriundas do Plano Básico e dos Planos Setoriais, em que as Unidades Orçamentárias/Unidades Gestoras geram as Necessidades Gerais do Exército (NGEx) e inserem seus dados no Módulo de Planejamento do Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA). Das NGEx, o EME elabora o Planejamento Orçamentário do Exército e, após a remessa do Projeto de LOA (PLOA) ao Congresso Nacional pelo Executivo, celebra com os ODS e ODOp os Planos de Descentralização de Recursos, os quais têm por finalidade a pactuação de metas físico-financeiras a serem alcançadas no ano orçamentário 2019.

Principais Programas Estratégicos integrantes do Portfólio Estratégico do Exército

A estrutura de Gestão de Projetos no EB vem evoluindo desde a sua criação em 2005, quando era apenas uma Seção de Projetos. A partir de 2010, e ainda em franco aperfeiçoamento, a Instituição organizou o Escritório de Projetos do Exército (EPEEx), que tem a missão de gerenciar os atuais Programas Estratégicos.

Após um extenso estudo, chegou-se à necessidade de se definir e desenhar o Portfólio Estratégico do Exército, com clara aderência ao Mapa Estratégico da Força e à metodologia de gestão. Assim, com uma participação integrada (EPEEx/EME, ODS, ODOp e Comandos Militares de Área), o portfólio de programas foi estruturado da seguinte forma:

– **Defesa da Sociedade:** GUARANI, SISFRON, ASTROS 2020, OCOP, AVIAÇÃO DO EXÉRCITO, DEFESA CIBERNÉTICA, PROTEGER; DEFESA ANTIAÉREA; e LUCERNA.

– **Geração de Força:** AMAZÔNIA PROTEGIDA, GESTÃO DE TIC, LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE, PENSE-Engenharia, SENTINELA DA PÁTRIA; e SISOMT-Preparo e Emprego.

– **Dimensão Humana:** FORÇA DA NOSSA FORÇA; e EDUCAÇÃO E CULTURA.

O detalhamento de cada programa está disponível no seguinte link: <http://www.epex.cb.mil.br/index.php/textoexplicativo>.

Riscos, oportunidades e perspectivas

De acordo com o previsto na EIRI, um relatório integrado deve identificar os principais riscos e oportunidades da Organização, distinguindo a fonte específica, que pode ser interna e/ou externa. Quanto às perspectivas, o relatório deve prever mudanças ao longo do tempo, fornecendo informações fundamentadas em análises sólidas e transparentes. Ainda, no Guia do TCU, o modelo de “três linhas de defesa” indica a ideia de fortalecimento do Controle Interno, contribuindo para que a organização atinja seus objetivos por meio de um gerenciamento de risco de forma padronizada.

O ano de 2019, sem dúvida alguma, foi importante nesse aspecto, pois o EB publicou três documentos que normatizaram sua gestão de riscos, a saber: a Política de Gestão de Riscos (PGR-EB) – 2ª Ed; a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do EB – 1ª Ed; e o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do EB – 1ª Ed. Com isso, o Comando do Exército demonstra que sua gestão de riscos vem sendo continuamente aperfeiçoada, em atendimento às boas práticas de gestão na busca do alinhamento da gestão de riscos com o planejamento estratégico.

O modelo adotado pelo EB preconiza as “três linhas de defesa” e, aproveitando a estrutura de comando, possibilita que o Escalão Superior verifique se o comando subordinado está cumprindo as ordens de acordo com as orientações emitidas pelos órgãos competentes, bem como permite a coordenação de esforços.

Dentre diversos riscos levantados, cabe destaque ao seguinte exemplo e sua proposta de mitigação:

RISCO	MITIGAÇÃO
Devido às necessidades de ajustes macroeconômicos de ordem fiscal e política, poderá acontecer a descontinuidade do fluxo regular de recursos orçamentários, impondo atrasos e ajustes de escopo dos PEEx.	– Negociar com o Governo Federal para a crescente priorização de recursos destinados aos investimentos em Defesa. – Adequar os escopos e/ou cronogramas dos programas. – Renegociar contratos com a Base Industrial de Defesa.

Quadro 1: Risco/Mitigação (um exemplo)
Fonte: Escritório de Projetos do Exército (EPEX)

Quanto às oportunidades vislumbradas pelo EB, podem ser destacadas as seguintes:

- captação de recursos em órgãos de fomento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), entre outras;
- aproveitamento de novas tecnologias de defesa, para ampliar o volume de uso dual de produtos de defesa produzidos pela Indústria Nacional; e
- capacitação científico-tecnológica dos recursos humanos do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército.

A prontidão para aproveitar as oportunidades ficou demonstrada pela pesquisa voltada ao desenvolvimento e à fabricação dos produtos de defesa, pelo percentual de execução financeira (98,93%) e pela disposição permanente no apoio aos outros órgãos governamentais. As oportunidades de maior destaque foram materializadas pelo emprego de tropa, como, por exemplo, nas operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Resultados e desempenho da gestão

Conforme orientação do TCU, em seu Guia Para Elaboração de Relatório Integrado, o desempenho da gestão é demonstrado pelos resultados alcançados no exercício vinculado à missão institucional e aos objetivos estratégicos.

Nesse sentido, a execução do planejamento estratégico é acompanhada pelo **Sistema de Medição do Desempenho Organizacional**, que, por meio de indicadores e metas estabelecidos e da análise das informações obtidas, habilita a Instituição a gerenciar o desempenho dos objetivos estratégicos. O EB possui seu próprio modelo desde 2017, possibilitando o monitoramento contínuo, em que o foco das entregas de valor à sociedade está nos resultados para a soberania da Nação.

Percorrendo os quinze Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), no SIPLEX-Web, em seus indicadores, metas, desempenhos e objetivos, depara-se com um percentual médio das metas em 99,73%. Quanto ao desempenho, verifica-se que dez dos quinze OEE estão com o índice de desempenho Ótimo e um OEE no índice Excelente, o que significa acima de 80% do desempenho esperado. Nesse contexto, analisando a série histórica da evolução dos desempenhos nos últimos três anos, os resultados dos OEE vêm apresentando uma tendência ao Desempenho Ótimo, com oscilações pouco significativas.



Gráfico 1: Desempenho de Resultados dos OEE

Fonte: SIPLEX-Web

Como as perspectivas para os exercícios futuros são de continuidade das restrições orçamentárias, assim como a baixa disponibilização de emendas parlamentares direcionadas ao Comando do Exército, o principal desafio para o atingimento das metas propostas para os objetivos estratégicos no planejamento do Exército é a ampliação do orçamento destinado, conjugada a uma gestão de recursos relacionada com a maximização do poder de combate. A postergação dos prazos propostos nos escopos dos projetos estratégicos e adequação do Portfólio dos Programas Estratégicos permanecem como um viés de mitigação da conjuntura apresentada.

Por fim, ao longo do ano de 2019, foi realizada a revisão do PEEEx para o quadriênio 2020-2023, com a atualização da Visão de Futuro, da Política Militar Terrestre (em consequência da atualização da redação e descrição dos objetivos estratégicos do Exército, indicadores estratégicos e metas) e do Plano Estratégico do Exército. Esse procedimento implicará o reajuste do andamento das ações planejadas, em indicadores com melhor alcance das descrições dos objetivos estratégicos e uma nova métrica de acompanhamento do desempenho das ações voltadas à consecução do Mapa Estratégico.

Informações orçamentárias

Eficiência orçamentária

Ao analisarmos as LOA de 2018 e 2019 em relação a suas dotações finais (2018: R\$ 2,53 bi e 2019: R\$ 2,88 bi), verifica-se que houve um acréscimo de 13,43% na dotação da LOA para 2019 em comparação com a de 2018. Tal fato demonstra um resultado positivo do trabalho do Exército junto ao Ministério da Economia e ao Congresso

Nacional para o incremento do orçamento das ações finalísticas do Programa Defesa Nacional.

Com respeito à eficiência orçamentária, constata-se o altíssimo nível de execução em 2019, com o percentual de 97,89% da LOA empenhado e percentuais muito bons de liquidação e pagamento, considerando-se que, para essas ações, as aquisições de materiais e contratações de serviços são, em sua maioria, dos programas estratégicos do Exército e seguem os cronogramas de execução e entrega do Portfólio Estratégico que extrapolam o ano financeiro.

Dessa forma, com base no exposto, pode-se constatar que o EB realizou sua gestão orçamentária voltada para o cumprimento de seus objetivos estratégicos e de sua missão constitucional, apresentando excelente desempenho orçamentário ao executar a quase totalidade de sua LOA 2019.

Gestão de licitações de contratos

A respeito da gestão de licitações de contratos, verifica-se que quase todos os contratos para o funcionamento administrativo, como, por exemplo, locação de aparelhos de impressão/copiadoras, desinsetização/desratização, limpeza/conservação e manutenção/limpeza de ar condicionado, executados em grande parte com recursos da Ação 2000/Administração da Unidade e controlados pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), subordinada à Secretaria de Economia e Finanças (SEF) do Exército, são relativos a Quartéis-Generais, Estabelecimentos de Ensino e OM de Saúde (hospitais/policlinicas).

As demais OM, por não contarem com recursos orçamentários para essas finalidades, obrigam-se a executar, com seu pessoal, atividades

não afetas à sua destinação finalística. A DGO, por insuficiência de dotação orçamentária, não tem autorizado a celebração de novos contratos ou aumento de valores nas renovações. Não obstante os recursos da Ação 2000 não atenderem adequadamente às despesas com contratações, tal situação acarreta uma significativa economia ao Erário, uma vez que muitos contratos deixam de ser concretizados.

Informações financeiras

Custos

O Relatório de Gestão do Cmdo do Exército retrata a avaliação e o resultado dos custos, por meio de uma planilha localizada no seguinte endereço: <https://www.dcont.eb.mil.br/index.php/demonstracoes-contabeis-e-notasexplicativas.html>. Dessa forma, a planilha gerada a partir do Sistema de Custos do Tesouro Gerencial apresenta as informações dos programas e ações executados por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos (custos) entre as áreas finalística e de suporte, comparando os exercícios de 2018 e 2019.

Normas legais e técnicas

A execução orçamentária, financeira e contábil do EB segue normativos legais de abrangência federal e interna à F Ter. Assim, pode-se citar, entre outros, a Constituição Federal; a Lei nº 4.320/1964 – Normas Gerais de Direito Financeiro; Lei Complementar nº 101/2000 – Normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; e o Decreto nº 93.872/1986 – Unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional.

Setor de contabilidade

As atividades de contabilidade, programação e execução financeira dos recursos da Gestão Tesouro e Fundo do Exército são exercidas pela Diretoria de Contabilidade (DCont), subordinada à SEF, que é um órgão de apoio técnico-normativo no âmbito do Comando do Exército. A DCont integra os Sistemas de Contabilidade e Administração Financeira Federal.

No exercício da contabilidade pública, a DCont dispõe de 12 (doze) Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx) distribuídas pelas Regiões Militares, que são setoriais contábeis de UG, sob a sua coordenação técnica, responsáveis pelo acompanhamento contábil, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), de um determinado número de UG Executoras e pelo registro da respectiva conformidade contábil.

No encerramento do exercício financeiro, o Balanço Geral da União (BGU) ou Demonstrações Contábeis da União (DCON) é parte integrante da Prestação de Contas, consolidando informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Abrange também as entidades da Administração Direta e Indireta de todos os Poderes que sejam integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Em 2019, a DCont instituiu o “Prêmio Excelência Contábil do Exército Brasileiro” com objetivo de reduzir as não conformidades das UG e do Comando do Exército, nas atividades afetas à gestão contábil, patrimonial e de custos. Essa prática resultou na melhora da qualidade da

gestão contábil, patrimonial e de custos de todo o Exército, demonstrado na redução significativa do número de restrições no BGU.

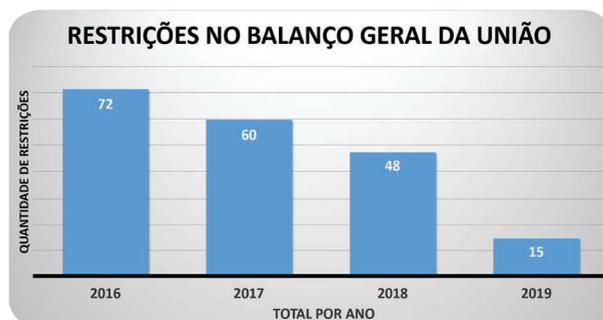


Gráfico 2: Restrições no Balanço Geral da União

Fonte: www.dcont.eb.mil.br

Informações contábeis e financeiras

Conforme explicitado pelo TCU em seu Guia para formulação do Relato Integrado, informações contábeis e financeiras demonstram, em resumo, os saldos das principais contas, grupos de contas, resultados, receitas e despesas, além da evolução no exercício de referência em comparação ao anterior.

A Diretoria de Contabilidade, por meio do Relatório Contábil do Exército Brasileiro 2019, prestou todas as informações que espelham o balanço patrimonial, financeiro, fluxo de caixa, demonstrativos, ativos, passivos, obrigações, patrimônio líquido, contribuições sociais, entre outros dados de suma importância que sejam prestados e se tornem de domínio público para a devida conformidade contábil. Nesse sentido, todos esses elementos do Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) poderão ser consultados na página da DCont, no seguinte endereço: <http://www.dcont.eb.mil.br/index.php/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas.html>.

As demonstrações contábeis e financeiras do RGCE foram elaboradas de acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia. Ademais, todas as demonstrações foram extraídas do SIAFI Web e do Tesouro Gerencial, ambos sistemas do Governo Federal.

Principais práticas contábeis

– **Caixa e Equivalente de Caixa:** compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações dos Órgãos e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em situação de restrição fiscal que inviabilize operacionalizar da forma citada acima, prioriza-se o pagamento de despesas consideradas sensíveis para funcionamento da F Ter, tais como: saúde, operações militares, educação, concessionárias de serviço público e obrigações de contratos continuados.

– **Estoques:** o estoque disponível no Comando do Exército compreende os produtos acabados, adquiridos e/ou produzidos pela própria UG e destina-se ao desenvolvimento das atividades administrativas e/ou operacionais da F Ter. Os referidos bens são controlados, analiticamente, por meio do **Sistema de Controle Físico** do EB (SISCOFIS).

– **Imobilizado:** compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades dos Órgãos. O Comando do Exército adota o modelo do custo de aquisição na mensuração de seus ativos imobilizados, dispensando-se a necessidade de reavaliação de bens móveis para efeito de mensuração, em razão da implantação da política de substi-

tuição ou repotencialização dos equipamentos de emprego militar (Bens Móveis e Imóveis).

– **Receitas e Despesas Orçamentárias:** os recursos financeiros do Comando do Exército referentes ao Orçamento são disponibilizados pelo Governo Federal, e os recursos do Fundo do Exército são provenientes das arrecadações próprias. As despesas são reconhecidas pelo Regime de Competência, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, que enquadra as despesas e receitas dentro do exercício financeiro vigente.

– **Ativo:** no ano de 2019, o ativo apresentou elevação de 1,77% em relação ao ano de 2018, tendo o saldo inicial de R\$ 116.070.355.422,95 e alcançando o saldo final de R\$ 118.120.792.522,40. A maior concentração do saldo do ativo está no imobilizado.

– **Passivo:** composto por passivo circulante, não circulante e patrimônio líquido, temos que o passivo não circulante (obrigações acima de 12 meses) do EB está em 69,16% e o passivo circulante (obrigações dentro do exercício financeiro) está em 6,49%. Já o patrimônio líquido (variação de superávits ou déficits do exercício, exercícios anteriores e seus ajustes) está em 24,38% do passivo total.

Conclusão

A busca constante pela excelência em seus processos internos tem impulsionado o Exército Brasileiro a perseguir novos e modernos padrões de qualidade. Nesse sentido, a sua Prestação de Contas Anual não poderia ser diferente, uma vez que a tendência mundial indica as melhores práticas no processo de apresentação das informações do Relatório de Gestão voltadas para o Relato Integrado.

Dessa forma, alinhada às orientações da Decisão Normativa TCU 178/2019, a prestação

de contas do Comando do Exército, relativa ao Exercício Financeiro de 2019, tem como foco a comunicação da geração de valor, de forma transparente e com qualidade e profundidade das informações para a sociedade brasileira, principal parte interessada nos assuntos relacionados à Defesa e Segurança Nacionais, adotando-se, como premissa basilar, o diálogo entre Ordem e Progresso.

Por fim, torna-se premente que o EB prossiga nos esforços da racionalização administrativa, da

gestão de riscos e no controle e aprimoramento de seus gastos com o intuito de economizar, em todos os níveis, além de possibilitar a efetividade do gasto público. É fundamental para a transformação do Exército que os planejamentos nos diversos níveis indiquem máxima prioridade na gestão dos recursos disponíveis, de forma que tudo seja perfeitamente mensurado e executado. Assim, a confiança depositada pela sociedade na Força Terrestre continuará sendo respeitada e valorizada. 

Referências

BRASIL. **Relatório de Gestão do Comando do Exército 2019**. Brasília. DF. Comando do Exército, 2019.

BRASIL. **Relatório Contábil do Exército Brasileiro 2019**. Brasília. DF. Secretaria de Economia e Finanças-Diretoria de Contabilidade-Exército Brasileiro, 2019. Disponível em: <http://www.dcont.eb.mil.br/index.php/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas.html>

BRASIL. **Relatório de Gestão – Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado: evolução da prestação de contas**. 2ª Edição. Brasília. DF. Tribunal de Contas da União, 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/administracao/acordeao-de-links/tipo-conteudo-proprio.htm>

BRASIL. **Nota de Esclarecimento sobre Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado**. Brasília. DF. Tribunal de Contas da União. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/administracao/acordeao-de-links/tipo-conteudo-proprio.htm>

IIRC. **A Estrutura Internacional para Relato Integrado**. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-theinternational-ir-framework-portuguese-final-1.pdf>

Patrimônio Líquido. Disponível em: https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc_do_investidor/patrimonio_liquido/

Intendência – 100 anos de eficiência e presteza

Marcio Tadeu Bettega Bergo*



Figura 1 – Logo Intendência 100 Anos

Fonte: Comissão Organizadora das Comemorações

Introdução

“Se compararmos o Exército a um corpo humano em sua plena forma, a intendência será o sangue generoso que lhe conduz a vida” – com essa frase, forjada sob inspiração em antigos arquivos e em ensinamentos recebidos de seu pai, também intendente, este autor, então um jovem e entusiasmado Cadete, vencia um “curso” de frases alusivas, idealizado pelo comandante da Companhia de Intendência do 4º Ano da AMAN, nos idos de 1974. Nos bancos escolares, este futuro oficial já visualizava a importância do curso que escolhera e que delimitava a carreira que iria trilhar.

Passados quarenta e seis anos, ao olhar para a situação de nossa *Rainha da Logística*, que completa seu primeiro centenário, é possível avaliar a incrível e grandiosa evolução que atingimos.

É mais do que sabido que nenhuma campanha militar pode ser conduzida sem que as tropas empenhadas tenham, disponíveis, uma série de bens e serviços que lhes possibilitem atingir seus objetivos. São necessidades tais como transporte, alimentação, alojamento, banho, lavanderia, barbearia, correio, apoio moral, bem-estar, lazer, assistência aos familiares, água (para consumo humano e animal, além de serviços como cozinha, limpeza etc.), fardamento e equipamentos, armamento e munição, manutenção, saúde, coleta de mortos e sepultamento, apoio aéreo (suprimento, evacuação médica), destruição/remoção de engenhos falhados, gestão de recursos humanos, apoio humanitário, finanças, assistência jurídica. Ao complexo sistema que se encarrega de atender a tais demandas convencionou-se chamar “logística”.

Essas necessidades se fazem presentes desde sempre. E, lógico, elas evoluem conforme a história da humanidade, alterando-se a forma, os métodos e os utensílios com que são atendidas. Algumas são inovações, fruto das tecnologias, como as relativas aos meios aéreos, ou consequência de imposições sociais, como as questões jurídicas, as preocupações

* Gen Bda R/1 (Intendência AMAN/1974). Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

com as populações civis e com o meio ambiente, assuntos atuais, com importância crescente. Outras desapareceram, como o uso de animais no combate e condução de bovinos em pé, para fins de alimentação. Elas também variam conforme as características do Teatro de Operações.

O barão Antoine-Henri Jomini (general franco-suíço, 1779-1869), em sua obra “*Précis de l’art de la guerre*” (Sumário da Arte da Guerra), de 1836, cunhou o termo, afirmando que logística “É tudo, ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate”. Em suas reflexões, concluiu que ela não se limitava apenas aos mecanismos de transporte, mas também ao suporte, aos preparativos administrativos, aos reconhecimentos e à inteligência envolvidos na movimentação e na sustentação das forças militares. Segundo ele, a síntese de uma operação militar se configura nos três “ramos” da guerra: a Estratégia, que planeja e determina o emprego dos meios; a Logística, que fornece os meios; e a Tática, que emprega os meios. O neologismo por ele introduzido, “*logistique*”, vem do grego *logistikos*, do qual o latim *logisticus* é derivado, significando “cálculo” e “raciocínio”, no sentido matemático.

Nos manuais, existe a especificação de que

“Logística Militar é o conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas”.

Em nosso trabalho “Apoio Logístico – Considerações e Propostas (um estudo)”, apresentamos uma definição mais detalhada e ampla, aplicável a quaisquer tipos de instituições e se preocupando com custos e eficácia, descrevendo logística como

“A função de prever e prover, no local e no momento adequados, com os menores custos, os

meios materiais e/ou os serviços necessários a uma organização, para que esta atinja seus objetivos com eficiência”.

Isso constitui um processo, que envolve planejamento, levantamento de necessidades, cuidados com pessoal, trato de material, aquisições, cálculos de peso e volume, acondicionamento, armazenagem, transporte etc. As questões permanentes são “quem”, “o quê”, “para onde”, “quando”, “a que custo”, “quais as disponibilidades”, “como levar” e outras tantas. E as respostas quase sempre conduzem ao dilema “pode ser feito?”, com seus complementos “em quanto tempo?” e “os custos podem ser atendidos?”

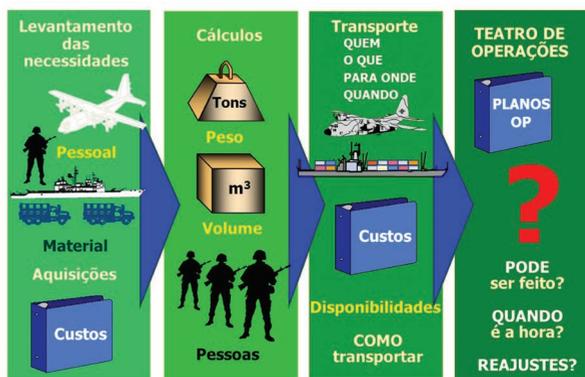


Figura 2 – As “equações” da logística – I

Fonte: Acerto pessoal do autor

Tratando de custos, as operações militares (as guerras mais ainda!) sempre tiveram custos e causaram ascensão ou ruína a cidades, estados, nações etc. Hoje se entende que os custos já constituem um dos fatores da decisão, e a capacidade econômica faz uma diferença notável no desenrolar de uma guerra.

A escassez de recursos financeiros certamente compromete o poder do contendor que não o possui, muito embora a recíproca não seja verdadeira: nem sempre a abundância ou suficiência

significam certeza de obtenção de tudo que se necessita, pois, em diversas circunstâncias, fatores políticos ou ideológicos impedem que os recursos circulem com desenvoltura e consigam atender a todos os anseios de quem os aplica. Ao término da conflagração, esses recursos cumprirão o papel de cobrir despesas e poderão ainda ser integrantes de um objetivo conquistado e forte agente de barganhas. Ao perdedor, restarão prejuízos, dívidas, pobreza, mágoas, ressentimentos, desejos de vingança etc. O fato concreto da vida é que as coisas têm preço, inclusive e principalmente as guerras. Dessa forma, é importantíssimo manter um correto e eficiente controle dos dinheiros destinados às funções militares, na paz e na guerra.

Uma pitada de História

A história da logística se inicia com o aproveitamento dos recursos locais, existentes nos próprios sítios onde ocorriam as campanhas. O transporte era em base individual, os petrechos eram carregados pela tropa. Eram comuns os saques, as pilhagens e o confisco.

Epaminondas (general e político grego do século IV a.C.) criou um Sistema de Requisições. Gustavo Adolfo (Suécia, século XVII) instituiu os “trens” (agrupamento de serviços em apoio às operações), os alojamentos regulares e tomou cuidados com a alimentação e os uniformes. Frederico II (Prússia, século XVIII) introduziu o

Estado-Maior, no qual existiam oficiais encarregados de assuntos específicos (pessoal, inteligência, operações, apoio logístico e comunicação social). Napoleão (França, século XVIII) foi o responsável pela criação dos trens de artilharia, dos parques de engenharia e dos transportes administrativos, além de efetuar a separação de armas e serviços e de instituir a “legião de honra” (providência destinada a elevar e manter elevado o moral da tropa).

O general Von Scharnhorst (Prússia, 1806), estudando a derrota prussiana frente às tropas de Na-

poleão, concluiu que a causa foi a falta de apoio logístico. Foram tomadas providências e aquele país chegou à vitória na guerra franco-prussiana, em 1870.

Os norte-americanos, em seu processo de expansão territorial, tiveram preocupações com a logística. Seus *quartermasters* foram criados ainda no

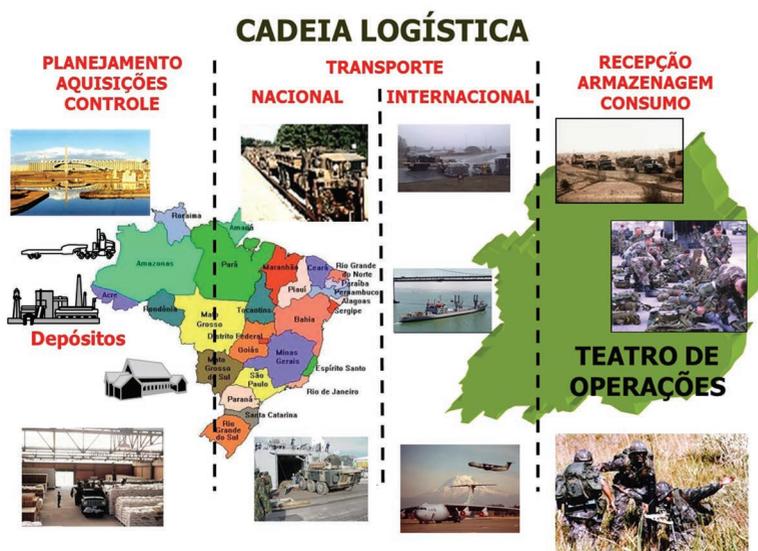


Figura 3 – As “equações” da logística – II
Fonte: Acerto pessoal do autor

Aí, a segunda “vertente” das tarefas afetas à intendência, à administração financeira e à contabilidade, em todos os níveis. Esses dois “ingredientes”, a logística e os recursos financeiros, são os componentes do citado “sangue generoso” com que abrimos este trabalho.

século XVIII, logo após a infantaria, antes mesmo da independência do país. Na Guerra de Secessão (1861/1865), já dispunham de um sistema bastante organizado, utilizando-se das ferrovias, da mobilização e introduzindo inovações tecnológicas (armas, comunicações, embarcações).

No Brasil, a chegada dos primeiros homens em armas, ainda no século XVI, trouxe junto as necessidades logísticas. Por aqueles tempos, a Metrópole mantinha um órgão denominado *Vedoria da Gente da Guerra*, com atribuições administrativas sobre o material bélico, de intendência e fundos, que estendia a sua ação às milícias de além-mar. Aqui, o provimento, tanto de alimentação como de fardamento e equipamentos, era encargo dos capitães ou das próprias unidades.

Aquele sistema, vigente em todo o período colonial, começou a mudar com a chegada de D. João VI. Em princípios do século XIX, após a criação de algumas organizações militares, o príncipe regente começou a incrementar a iniciante estrutura logística existente, transformando o antigo *Arsenal do Trem* em *Arsenal Real do Exército* (atual *Arsenal de Guerra do RJ*), um centro de produção e armazenamento de armas e munições, que tinha, em sua organização, oficinas para a produção de bandeiras, barracas, uniformes, correias dos equipamentos, mochilas e sapatos para as tropas.

Pouco antes da independência, no período regencial de D. Pedro, foi criado o *Quartel-Mestre-General*, encarregado do rancho da tropa, do provimento de fardamento, equipamento, material de acampamento, arreamento dos equinos e outros utensílios utilizados pelas tropas. Logo em seguida, uma fração dele se converteu no *Comissariado Militar do Brasil*, com a incumbência de gerenciar e prover as necessidades dos corpos,

em gêneros alimentícios para o *rancho* das tropas. Nos primeiros anos após a independência, o sistema de apoio não sofreu modificações significativas. Em 1830, após a campanha da Cisplatina e do estabelecimento da paz no Sul, houve a extinção do Comissariado, sob a alegação de ser dispensável por não estar mais o país em guerra.

No período regencial, os diversos levantes e movimentos revoltosos verificados foram debelados com o sistema existente, apesar de deficiente, e com ação também das Guardas Nacionais, que tinham seus provimentos locais.

Nas campanhas de maior envergadura, como contra Oribe e Rosas, 1851 e 1852, e na Guerra do Paraguai, 1864 a 1870, o Exército Imperial enfrentou muitas dificuldades de suprimento, com imprevistos, dificuldades, faltas, falhas, lacunas, enfim um rosário de percalços que só serviriam para glorificar o soldado brasileiro, eivado de constância e valor.

As experiências adquiridas nessas campanhas poderiam ter sido aproveitadas para transformações significativas no sistema de apoio às tropas, porém não o foram, por falta de registros adequados e pela não exploração e sistematização dos conhecimentos absorvidos.

A campanha de Canudos veio atestar novamente a falta que a logística fazia, quando, após três expedições fracassadas, com a quarta indo pelo mesmo desfecho, entra em cena a figura do novo Ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bitencourt, que determinou a reformulação total do apoio, indo pessoalmente ao local para supervisionar os trabalhos. Somente após essa intervenção, o conflito teve seu final. Como justo reconhecimento, o marechal, posteriormente, foi declarado patrono da intendência.

Com a Proclamação da República, em 1889, aparecem as primeiras alterações na estrutura de apoio, com algum significado para a criação da intendência. Em 24 de outubro de 1896, foi criada a *Intendência Geral da Guerra*, em substituição ao Quartel-Mestre-General, com encargos de direção, gestão e execução do provimento.

Até o governo do marechal Hermes da Fonseca, as diferentes repartições provedoras de material de intendência não eram administradas por um quadro técnico e especializado naquelas tarefas: oficiais diversos, das Armas, eram designados para as funções. Em 1908, foi extinta a Intendência Geral da Guerra, substituída pelo *Departamento de Administração*, desdobrado em *Diretoria de Administração da Guerra* e a *Intendência da Guerra*, com as missões gerais de assegurar aos corpos de tropa, às fortalezas e aos demais estabelecimentos militares o fornecimento de material necessário à alimentação, vestuário, equipamento, alojamento, arreamento e transporte. Na ocasião, foi criado o “Corpo de Intendentes”.

No campo das finanças, as primeiras exigências para a elaboração de orçamentos formais por parte das instituições nacionais aparecem na Constituição Imperial de 1824. Data daí a efetiva “existência regulamentar” do Exército Brasileiro, contemplado por vez primeira com recursos financeiros próprios.

Aquela Carta Magna assim determinava:

“O Ministro de Estado da Fazenda, havendo recebido dos outros ministros os orçamentos relativos às despesas de suas repartições, apresentará na Câmara dos Deputados anualmente, logo que esta estiver reunida, um balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano antecedente, e igualmente o orçamento geral de todas as despesas públicas do ano futuro e da importância de todas as contribuições e rendas públicas.”

A fiscalização da execução orçamentária foi definida de forma vaga: “... participação da Câmara no exame da administração passada, e reforma dos abusos nela introduzidos.”

Em 1841, a *Contadoria do Arsenal de Guerra* foi substituída pela *Contadoria Geral*, anexa à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (depois Ministério da Guerra, Ministério do Exército e atual Comando do Exército), tendo como atribuições

“tudo o que disser respeito à receita e despesa relativa ao pessoal do Exército, o que for concernente ao material do mesmo Exército, o exame moral, e aritmético, liquidação, a tomada de contas de todas as repartições e empregados do mesmo ministério, toda a contabilidade respectiva à receita e despesa do Arsenal de Guerra, e sua competente fiscalização, a organização e a distribuição do orçamento, e créditos – estes a cargo do Contador”.

Em 1851 criou-se a *Contadoria Geral da Guerra*, cujas atribuições eram

“a tomada de contas a todos os empregados da Repartição da Guerra na Corte, e Províncias, responsáveis por dinheiros, ou gêneros, e bem assim a dos Corpos do Exército, o exame das despesas feitas por conta do dito ministério em quaisquer repartições, a escrituração parcial do Arsenal de Guerra da Corte e a de todo o Império, a organização dos balanços e orçamentos, o assentamento geral, os exames prévios e cálculos de toda a despesa que se houver de pagar e a liquidação de dívidas e sua inscrição”.

A Constituição de 1891, da República, transferiu ao Congresso Nacional a elaboração do orçamento, bem como a tomada de contas do Executivo. Somente em 1922, foi aprovado o Código de Contabilidade da União (Decreto 4.536/1922), possibilitando o ordenamento dos

procedimentos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais da gestão federal.

A Contadoria Geral da Guerra foi extinta em 1901, substituída pela *Direção Geral de Contabilidade da Guerra*, com as mesmas atribuições, mais a de

“processar e escriturar, para pagamento, as folhas e recibos de vencimentos de empregados civis, oficiais efetivos e reformados e de quaisquer milícias, a serviço do Ministério da Guerra competentemente legalizados ou documentados, sendo os pagamentos à vista de relações de mostra, cuja exatidão verificará”.

Extinta em 1909, foi substituída pela *Divisão de Fundos*, incumbida de superintender todo o serviço de Contabilidade do Ministério da Guerra, tendo em suas atribuições o pagamento de todo o pessoal militar ativo e inativo existente na então Capital Federal, a fiscalização, arrecadação e distribuição do que concernia a créditos e dispêndios de recursos, estendendo sua ação a todos os responsáveis perante o erário, no Território Nacional ou fora dele. Também foram previstas a criação das *Caixas Militares*, subordinadas àquela Divisão “nas grandes regiões de inspeção e junto às forças de observação e em operações de guerra”.

Assim, chegamos à segunda década do século XX, quando o Exército empreendia algumas reformas, tentativas todavia que, internas, se mostraram insuficientes. Concluiu-se que deveríamos buscar, no estrangeiro, quem pudesse melhor nos ajudar a avançar nos conhecimentos, na capacitação e na prática das inovações do combate. Nosso Exército necessitava acompanhar os novos tempos. O país escolhido foi a França, vencedora da “Grande Guerra” (depois conhecida como 1ª GM, 1914-1918), recém-terminada na Europa.

A Missão Militar Francesa no Brasil (MMFB) foi contratada para atuar tanto na dimensão educacional quanto no assessoramento ao Estado-Maior, objetivando a modernização técnica, a renovação e o melhoramento intelectual dos chefes militares brasileiros. O contrato foi assinado em 8 de setembro de 1919, pelos governos de ambos os países e, embora o termo inicial fosse de quatro anos, a Missão se estendeu por vinte, com seis renovações, e teve oito chefes franceses. Sua atuação, ainda que se concentrasse no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, teve abrangência nacional e seus reflexos subsistem até os dias de hoje, nas lides castrenses.

A MMFB e o “nascimento” da nossa intendência

Sob a influência dela, no dia 1º de outubro de 1920, a data que assinala o Centenário que ora celebramos, foi criado o *Serviço de Intendência da Guerra*, do Exército Brasileiro, pelo Presidente da República Epitácio Pessoa e pelo Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, por intermédio do Decreto nº 14.385.

Aquele dispositivo reordenava os efetivos existentes, no tocante às atividades de apoio logístico e às funções administrativas, extinguindo o Corpo de Intendentes e estabelecendo os Quadros de *Contadores*, de *Administração* e de *Intendentes de Guerra*. Além disso, criava duas escolas, a funcionarem “a partir do primeiro dia útil de abril de 1921”, em salas do Quartel-General, sob a supervisão técnica do intendente da MMFB: a “*Escola Superior de Intendência de Guerra*” e a “*Escola de Administração Militar*”. Naquele mesmo ano, elas foram unificadas em uma “*Escola de Intendência*”, incumbida de formar os oficiais para esses

quadros. Em 1928, a Escola foi transferida para o quartel na Quinta da Boa Vista (atual Museu Militar Conde de Linhares) e teve, em 1933, seu nome alterado para *Escola de Intendência do Exército*.

Em 1924, os efetivos de “Administração de Intendência” e de “Contador” foram unificados no quadro de “Administração do Exército”.

Em 1934, a Escola de Intendência ocupou as instalações da Rua Barão de Mesquita, no imóvel onde atualmente se encontra aquartelado o 1º Batalhão de Polícia do Exército e que ficara vago com a saída da Escola de Engenharia Militar. Além dos cursos de intenção (em dois anos) e de administração (três anos), ela ministrava cursos destinados à formação técnica para os laboratórios de Subsistência e de Material de Intendência.

Em 1940, houve a unificação da “Administração do Exército” com os “Intendentes de Guerra”, formando os “Intendentes do Exército”.

Em 1944, a Escola Militar foi transferida para o interior do Estado do Rio de Janeiro e os intendentes foram incorporados à nova Escola Militar de Resende em 1945 (Decreto 17.738, de 2 de fevereiro), inicialmente como “Alunos” e, logo em seguida, como “Cadetes”, a primeira turma se graduando em 1947. A extinção oficial da Escola de Intendência do Exército ocorreu em 24 de julho de 1946, por intermédio do Decreto nº 21.507. Até 1961, contudo, os intendentes formavam um curso à parte, sendo matriculados diretamente nele, inclusive incorporando aqueles candidatos que excediam a idade-limite. Somente a partir desse ano, passaram a ser oriundos do Curso Básico.

Também devemos aos franceses o despertar para os valores éticos, morais e culturais, o culto aos heróis e a preservação da memória nacional. Sob influência gaulesa, a instituição

do Duque de Caxias como Patrono do Exército ocorreu em 1923. Para os intendentes, a indicação aconteceu em 2 de abril de 1940, em ofício do Ministro da Guerra ao Presidente da República, submetendo para apreciação o nome do marechal Carlos Machado Bitencourt, o grande artífice do reabastecimento na campanha de Canudos, que determinou o fim daquela sangrenta luta.

A Missão Francesa nos legou uma intenção moderna e eficiente, apta a fornecer apoio confiável e contínuo, englobando tarefas logísticas e administração financeira e contábil do Exército Brasileiro. Suas influências diretas perduraram até a eclosão da 2ª Guerra Mundial. Nela, incorporados que fomos ao conflito junto às forças norte-americanas, passamos a receber doutrina militar, metodologias, processos e formas de atuação daquele país, além de material e equipamentos.

O termo *intendente* e a folha de acanto

Outros legados que a MMFB nos deixou foram o nome do quadro (“serviço”, conforme o Decreto de criação) e seu símbolo, a *folha de acanto*, que todos os intendentes, incluindo este autor, ostentamos com justificado orgulho, sendo comum às três Forças Armadas.

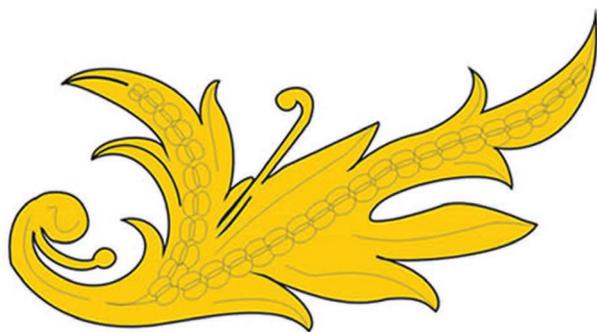


Figura 4 – Folha de acanto
Fonte: Distintivo do Exército Brasileiro (AHEx)

Naquele país, para exercer a administração e controlar a ação dos chefes e senhores do Exército, Richelieu, o grande cardeal, primeiro-ministro de Luís XIII, colocou junto deles os “intendentes”, homens que se reportavam diretamente ao rei.

A palavra, no francês *intendant*, significava “pessoa responsável pela administração financeira de um estabelecimento”. Já *intendance* expressava todas as tarefas econômicas, questões materiais do Estado, de um instituto industrial, comercial ou educacional.

Por extensão, recebeu as significações de “dirigir ou administrar alguma coisa”, “contratado para dirigir a propriedade de outra pessoa e administrar seus bens”, um “administrador”, enfim. Nas forças militares, recebeu o significado de “funcionário ou oficial encarregado de questões administrativas e materiais, bem como da contabilidade”.

No Brasil e em países de língua hispânica, o termo ainda significou antigamente um “magistrado superior da polícia” e nomeou cargo equivalente ao do atual “prefeito”.

O fato é que alguns coronéis e capitães, menos escrupulosos, que formavam os regimentos, se enriqueciam à custa do Estado e dos soldados, obrigando, assim, que os intendentes passassem frequentes revistas, para verificar a existência efetiva dos homens e equipamentos. Mas, não raro, os comandantes arrebanhavam homens e os pagavam somente para figurar em tais revistas. O Marquês de Louvois, Ministro da Guerra de Luís XIV, esforçou-se mais ainda para acabar totalmente com esse estado de coisas, aumentando a vigilância. Os intendentes passaram a exercer assídua fiscalização.

A nomeação dos intendentes era por escolha, entre os nobres de honra ilibada e pureza

comprovada. Para identificá-los, recorreu-se à *folha de acanto*, para simbolizar a pureza de caráter e a perfeição moral dos que lidam com dinheiro do poder público.

Desde os tempos gregos, havia oficiais de alta patente, com honras de magistrados, aos quais incumbia a guarda e a gestão dos fundos destinados aos pagamentos dos soldados e das demais despesas *in loco*, decorrentes da campanha. Aqueles magistrados elegeram a folha de acanto (*Acanthus Spinousus*, também conhecido como “erva-gigante” e “melafólio”, planta espinhosa pertencente à família das *acantáceas*, originária dos terrenos úmidos e pedregosos do sul da Europa) para seu símbolo distintivo, como meio prático de se fazerem localizar, com facilidade, dentro dos acampamentos. A escolha decorreu pela simbologia e pelo fato de aquele vegetal ter folhas grandes, largas e ornamentais e, uma vez cortadas, amarelavam com rapidez. Afixadas à entrada das barracas daqueles magistrados, faziam-se visíveis a grandes distâncias, identificando-os prontamente.

Suas folhas inspiraram contornos arquitetônicos e o acanto conquistou sua significância devido aos espinhos, indicando triunfo, a vitória de quem soube vencer dificuldades, a superação das provações da vida e da morte. Consta na história a figura de Calímaco de Cirene, poeta e escultor grego, que adornou capitéis com curvas dessas folhas. Elas foram, depois, amplamente empregadas em ornamentações fúnebres, em vestimentas e na arquitetura grega em colunas nos templos, cujo estilo recebeu o nome de “coríntio”, por ocorrer na região de Corinto. Com isso, sua silhueta passou a representar conduta ilibada, perfeição moral e trabalho honesto, transmitindo essas virtudes ao distintivo militar.



Figuras 5 e 6 – *Acanthus Spinosus* – botânica
Fonte: Fotos internet

Também nas legiões romanas existia tal controle, realizado pelos famosos *quaestores classici* ou “questores militares”, magistrados nomeados diretamente pelo imperador para cuidar das finanças militares, tanto em tempos de paz como durante as campanhas, que, igualmente, eram identificados pelas folhas desse vegetal

Os graduados e praças de intendência

Já vista a formação dos oficiais intendentess, veremos a dos graduados. Não havia uma escola ou centro de instrução específico para esse pessoal, destinado a tarefas como amanuenses ou escreventes, datilógrafos, identificadores ou técnicos em datiloscopia, auxiliares administrativos, encarregados de registros referentes a recursos humanos, operários, manipuladores de suprimento, preparadores de embalagens, controladores de estoques em depósitos, serviços de rancho e muitos outros. Os sargentos eram formados na própria tropa, escolhidos entre os cabos e soldados mais aptos a tais funções e voluntários para

cursos estabelecidos de acordo com as necessidades e, em certos casos, recrutados entre servidores civis. Promovidos a 3º sargento, ingressavam no quadro de “burocratas”. Alguns, pela experiência e pelo tempo, podiam atingir o oficialato, ingressando no Quadro de Oficiais de Administração (QOA, criado em 1956, substituindo o Quadro Auxiliar de Administração, QAA, de efêmera duração) ou Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), criado juntamente. Estes destinavam-se, em tempo de paz, respectivamente, ao exercício de funções de caráter burocrático e especializado, nos QG, corpos de tropa, estabelecimentos, repartições e demais organizações militares que, por sua natureza, não exigiam curso de formação de oficial. Ambos, QOA e QOE, foram extintos em 1979, surgindo, em substituição, o Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO).

A formação de praças graduadas para as atividades logísticas começou a tomar forma em época pouco anterior à 2ª Guerra Mundial.

Para as atividades de transmissões (futura Arma de Comunicações), foi criado o Centro de

Instrução de Transmissões, em 1921, que, em 1936, passou a denominar-se Curso Especial de Transmissões e, em 1940, Escola de Transmissões. Em 1953, recebeu a denominação de Escola de Comunicações, EsCom. Entre outros encargos, formava e aperfeiçoava os sargentos de manutenção de comunicações. Para o pessoal voltado às viaturas, foi criado, em 1938, a subunidade Escola Motomecanizada, depois Centro de Instrução de Motorização e Mecanização, Escola de Motomecanização. Nos anos 1960, incorporando atividades relativas ao armamento, ela se transformou em Escola de Material Bélico, EsMB. Nas outras especializações, foi criado, em 1943, o Centro de Instrução Especializada, CIE, com a finalidade de preparar especialistas para a FEB. Este, em 1945, foi convertido na Escola de Instrução Especializada, EsIE, que tinha, entre outros vários encargos, a formação e a especialização dos sargentos de intendência.

Em 2010, no Plano Estratégico de Reestruturação do Exército, houve a consolidação da Escola de Sargentos de Logística, EsSLog, surgida por transformação da EsMB, absorvendo parte dos encargos da EsIE e da EsCom, no tocante à logística. Assim, hoje, essa Escola tem por missão formar os 3º sargentos do Exército Brasileiro nas qualificações de material bélico (manutenção automível, manutenção de armamento, mecânico operador), intendência, manutenção de comunicações, topografia, saúde e música. Em adição, conduz o aperfeiçoamento dos 2º sargentos das mesmas qualificações.

A 2ª Guerra Mundial, a FEB e o pós-guerra

A partir da organização ditada pelo já citado Decreto de 1º de outubro de 1920, a intendência

assumiu uma série de encargos. Foi iniciado o provimento de subsistência militar, foi reorganizado o Serviço de Fundos do Exército, várias unidades-depósitos de Subsistência e de Material de Intendência foram criadas ou transformadas, além de fábricas, fazendas, armazéns reembolsáveis, serviços sociais etc. O Exército contava, assim, com panifício, torrefação de café, beneficiamento de cereais, criação de animais, matadouros e frigoríficos, fábricas de uniformes, de rações operacionais e de materiais como barracas, fogões de campanha, aquecedores de água, insígnias e flâmulas etc., estrutura suficiente para si e ainda para atendimento à família militar nas diversas guarnições.

Em 1934, ocorreu a criação do *Serviço de Fundos do Exército*, com finalidade de prover as necessidades pecuniárias do Ministério da Guerra em geral e assegurar o emprego regular dos recursos financeiros geridos pelos diversos órgãos e agentes de administração militar. Foram também criados os *Fundos Regionais*, subordinados diretamente, quanto à parte administrativa, aos Comandantes de Região. Em 1942, organizou-se a *Comissão de Orçamento*, diretamente subordinada ao Ministério da Guerra, com as atribuições de elaborar as propostas de orçamento e de abertura de créditos adicionais ao Ministério, bem como a de organizar as tabelas de distribuição dos créditos.

Em 1942, houve a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, e a Força Expedicionária Brasileira, FEB, iniciou a ser constituída e aprestada. O serviço de intendência dessa força contou com chefia (com Seções de Administração e de Suprimento), Companhia de Intendência (com pelotões

de transporte motorizado e de serviços), Depósito de Intendência, Serviço de Fundos, Pagadorias (Central e Fixa), além de Pelotão de Sepultamento.

Nos anos que antecederam à entrada no conflito, a Escola de Intendência formava oficiais em ritmo mais acelerado, com turmas graduadas em junho de 1941, setembro de 1942, outubro de 1942, julho de 1943 e julho de 1944 (a última antes da transferência para a Escola Militar de Resende).

As experiências vividas no conflito serviram de fontes de estudos e originaram mais transformações. Como fomos incorporados ao Exército norte-americano e dele recebemos todo o apoio logístico, foi natural que as influências conduzissem a mudanças de rumos na doutrina e nos procedimentos. Foram adotados manuais de campanha, modelos de procedimentos e organizações funcionais, além de muito material de emprego militar oriundos daquele país.

Uma nova organização, levada a efeito em 1946, já no pós-guerra, previa uma Diretoria de Intendência do Exército, com Subdiretorias de Fundos, de Subsistência, de Material de Intendência e de Transporte; Pagadoria de Inativos e Pensionistas; Estabelecimentos Centrais de Fundos, de Subsistência, de Material de Intendência, de Transporte, Estabelecimento Comercial de Material de Intendência, companhias depósito e unidades de manutenção. Distribuídos pelo País, existiam os Serviços de Intendência Regionais, com seus respectivos Estabelecimentos Regionais de Fundos, Estabelecimentos ou Depósitos Regionais de Subsistência e de Material de Intendência, companhias depósito e de transporte. Nas grandes Unidades, havia uma Chefia do Serviço de Intendência, batalhões

ou companhias de intendência, companhias de transporte e de lavanderia.

Nesse mesmo ano de 1946, iniciaram-se, no Exército, as atividades aeroterrestres, surgindo um núcleo de divisão, nascedouro da atual Brigada de Infantaria Paraquedista. Lá também foram organizadas subunidades de intendência, inclusive com a incumbência, até hoje em mãos do acanto, dos serviços de dobragem e manutenção de paraquedas e suprimento pelo ar.

Nos corpos de tropa, os intendentess seguiam desempenhando funções específicas como tesoureiros, almoxarifes e aprovisionadores. Além disso, incumbiam-se da gestão de fazendas, armazéns, centros sociais e outras atividades.

Em 4 de novembro de 1959, por intermédio da Lei nº 3.654, houve a criação do quadro de material bélico, QMB, tornado o componente operacional que aglutinou os antigos setores que se dedicavam às atividades de suprimento, manutenção e evacuação de determinados artigos, mormente viaturas, armamento e munição, de emprego nas operações militares. Ele veio se adicionar à intendência no atendimento às necessidades logísticas, muito embora, por vezes, possa ter acontecido alguma forma de “apropriação” de responsabilidades ou encargos, ambos em busca de primazia no protagonismo, numa sadia “competição” entre quem se julga mais abrangente e relevante em termos de apoio. Assim, numa convivência pacífica, ambos seguiram desenvolvendo o sistema e aprimorando a satisfação das necessidades da tropa.

Em 1960, a organização geral do Exército recebeu outra modificação, e a estrutura, no tocante à intendência, passou a contar com uma Diretoria Geral de Intendência (DGI), diretamente

subordinada ao Departamento de Provisão Geral (DPG, posteriormente transformado em Departamento-Geral de Serviços, DGS), compreendendo Diretoria de Finanças (DF), Diretoria de Subsistência (DS) e Diretoria de Material de Intendência (DMI). Subordinados diretamente à DF existiam o Estabelecimento Central de Finanças (ECF) e a Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas (PCIP). Subordinados diretamente à DS estavam o Estabelecimento Central de Subsistência (ECS) e os Entrepostos Centrais de Subsistência Militar (EnCSM). Finalmente, à DMI estavam subordinados diretamente o Estabelecimento Central de Material de Intendência (ECMI), o Estabelecimento Comercial de Material de Intendência (E Com MI) e o Estabelecimento Central de Transporte (ECT).

Nas Regiões Militares, situavam-se os Serviços de Intendência Regionais (SIR), os Estabelecimentos Regionais de Finanças (ERF), as Pagadorias Regionais de Inativos e Pensionistas (PRIP), os Estabelecimentos Regionais de Subsistência (ERS) e os Estabelecimentos ou Depósitos Regionais de Material de Intendência (ERMI ou DRMI).

As grandes unidades, divisões, contavam com os Serviços de Intendência Divisionários (SIDiv), que incluíam, como tropas de apoio, as Companhias de Intendência (Cia Int). Nas Unidades e Estabelecimentos, continuava o serviço de intendência constituído por tesoureiro, almoxarife e aprovisionador.

Nos anos 1970, aconteceu importante alteração na estrutura, com o apoio migrando de “atividades técnicas” para “funções logísticas”. Inicialmente, nas grandes unidades, as companhias de intendência e de manutenção (do QMB) foram aglutinadas em Batalhões Logísticos (B

Log), que incluíam ainda subunidades de saúde e de serviços. Nos QG, passaram a existir componentes organizados (“carteiras”) desse apoio, nas 4^{as} Seções dos EM.

Naquela época, também foram desativados os órgãos comerciais e fabris, com extinção das fazendas, fábricas, centros sociais, armazéns reembolsáveis e outros. Em que pese a validade da intenção de retirar a Força dessas atividades, a serem desempenhadas pela iniciativa privada, a longo prazo, os resultados não foram tão auspiciosos. Com o Brasil vivendo surtos inflacionários gigantescos, preços em alta constante, execução orçamentária incerta e legislação complicada, o Exército ficou vulnerável, à mercê de fornecedores nem sempre confiáveis. Em muitas ocasiões, sofremos sérias crises com carências de itens de suprimento, artigos prontos e equipamentos, além de falta de padronização (modelos e cores variando conforme o fabricante) e baixa qualidade.

O processo seguiu nos anos 1990 nas Regiões Militares, com os Estabelecimentos e Depósitos Regionais (de Subsistência, de Material de Intendência, de Motomecanização, de Armamento e Munição etc.) se fundindo ou se transformando em Depósitos de Suprimento (D Sup). Nas RM em que havia previsão de transformação em TO, em vez de Depósitos foram instalados Batalhões de Suprimento (B Sup). Nos grandes comandos, surgiram os Escalões Logísticos (Esc Log).

Na área financeira, a Diretoria de Finanças, inicialmente integrada à Diretoria Geral de Intendência, migrou para a Comissão Superior de Economia e Finanças, estabelecida em 1955. Em 1965, dá-se a criação do Fundo do Exército, inicialmente administrado pelo Conselho Superior

do Fundo do Exército, através da COSEF, até o ano de 1969. Esses dois órgãos foram extintos em 1969, sendo então criada a Diretoria-Geral de Economia e Finanças (DGEF), destinada a superintender as atividades de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria e a integrar, como órgão setorial, o sistema correspondente da Administração Federal. Ela compreendia as Diretorias de Administração Financeira e de Contabilidade, mais as seções Fundo do Exército, Auditoria e Estudos Econômico-Financeiros.

Em 1969, foi criada a Pagadoria Central do Pessoal com sede no Rio de Janeiro, organização que deu origem ao Centro de Pagamento do Exército em 1982. Em 1972, foram criadas as Inspetorias Seccionais de Finanças do Exército, as ISFEx, em substituição aos Estabelecimentos Regionais de Finanças, que sucederam os Fundos Regionais.

Finalmente, como última grande transformação, a DGEF foi extinta em 1982, sendo criada a atual Secretaria de Economia e Finanças. Na mesma ocasião, foram também criadas a Diretoria de Auditoria, o Centro de Pagamento do Exército e as Inspetorias de Contabilidade e Finanças, antigas ISFEx. Em 2001, a Diretoria de Administração Financeira (DAF) foi extinta, passando seus encargos para a Divisão de Administração Financeira (DIAF), pertencente à SEF.

Em 2004, instalou-se a Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), com a finalidade de realizar a execução orçamentária, a gestão setorial a cargo da SEF, a gestão dos recursos do Fundo do Exército, a produção de informações gerenciais e o controle das importações e exportações e das dívidas interna e externa.

Assim, num ligeiro percorrido histórico, chegamos aos dias atuais, com a intendência ativamente integrada à estrutura organizacional do Comando do Exército, com incumbências delicadas e precisas nos Sistemas Logístico e de Economia e Finanças.

Período sombrio

Infelizmente, esses cem anos não foram percorridos com tranquilidade plena. Houve traumas. Nas décadas de 1960 e 1970, vários problemas surgiram, seja por falhas nos sistemas ou nas fiscalizações, seja por erros humanos na gestão de recursos e órgãos comerciais. Em consequência de vários processos, houve afastamentos de cargos e fechamento de estabelecimentos, repartições e outros órgãos. A estrutura de autoprovimento em itens essenciais foi extinta. Os intendentes ficaram por algum tempo estigmatizados e arcaram com pesadas consequências no desempenho das suas funções.

Ligado ou não a isso, um outro aspecto escureceu os horizontes dos adeptos da folha de acanto – os atrasos em promoções. Por muitos anos, os oficiais do quadro tiveram retardos sensíveis nos degraus da carreira.

Coincidência ou não, pertence à intendência o “recorde” de permanência num único degrau hierárquico, em condições consideradas normais da carreira (excetuando-se, logicamente, casos excepcionais de processos judiciais ou médicos). Trata-se do então 2º tenente Júlio Cesar Leal Netto, que manteve esse posto por 17 anos e meio – comissionado em 9 de dezembro de 1924, foi efetivado em 12 de setembro de 1935 e promovido a 1º tenente em 24 de junho de 1942.

Aos poucos, os intendentes foram se aproximando dos demais oficiais, em termos de cursos e funções. O Curso de Altos Estudos Militares (CAEM) da ECEME, por exemplo, foi franqueado a nós em 1944, porém com currículo e duração diferentes, vagarosamente convergindo, e, somente agora, já na segunda década do século XXI, ocorreu a unificação. Já o curso de Aperfeiçoamento, inicialmente realizado na própria Escola de Intendência, passou para a EsAO em 1946.

Muitas funções, antes vetadas a nós, foram se abrindo. Este autor exemplifica com experiências próprias. Em 1978, então 1º tenente, concludente do Curso de Manutenção de Armamento da Escola de Material Bélico, classificado num Batalhão Logístico (27º), foi designado para a função de Encarregado do Setor Financeiro – à época, os intendentes não podiam assumir funções de Estado-Maior (“S”) nessas Unidades, nem o comando delas. Já no ano anterior, durante o curso, fora sondado para permanecer na escola, como instrutor, porém foi impedido. Intendente não era autorizado a ser docente naquele estabelecimento de ensino.

Muitas outras posições eram destinadas apenas a oficiais “das Armas”, e a intenção era (ainda é!) “Serviço”. Por exemplo, adidos militares, piloto de aeronaves, certos cargos e cursos no Brasil, cursos no exterior, enfim, uma variada gama de portas se mantinham cerradas a quem ostentasse a folha de acanto.

Houve época, inclusive, em que um oficial desempenhando função de posto superior fazia jus aos vencimentos daquele. Houve muitos casos, em Unidades variadas, em que oficiais

intendentes, mais antigos, viam militares mais modernos auferindo aquele benefício (extinto em meados da década de 1980).

Os próprios setores de controle do Exército eram vedados. Por exemplo, a auditoria, atividade específica de um contador, a administração financeira e outras eram todas encargo de oficiais de Arma. Os generais oriundos de intendência recebiam funções específicas e limitadas.

Renascimento, novas estruturas

A virada do século XX para o XXI se assemelhou ao ocorrido 100 anos antes, com nossa Força Terrestre se modernizando e se transformando. Em termos logísticos, muito se alterou. Atingimos um padrão relativamente bom em doutrina e procedimentos. Este autor vê com satisfação as mudanças, quase todas coerentes e convergentes às propostas apresentadas no artigo “Apoio Logístico – Considerações e Propostas (um estudo)”, citado nas referências bibliográficas. Esse trabalho fora redigido como fruto da participação em Seminário de Logística junto ao Exército dos EUA, em 2004. Muitos encontros mais dessa natureza ocorreram. Outros oficiais, intendentes e “matbelianos” (do QMB) principalmente, realizaram estudos semelhantes, todos contribuindo com suas parcelas para o aprimoramento do sistema.

As participações em Missões de Paz da ONU também contribuíram enormemente para absorção de ensinamentos e para aprendizado, em especial aquelas missões nas quais mantivemos tropas operando, como em Moçambique, em Angola, no Timor-Leste e, especialmente, no Haiti, onde atingimos nossa maior “maturidade logística”.

Com as modernizações iniciadas em finais de 1990 e, de certo modo, ainda em andamento, muitas organizações foram alteradas, outras extintas e algumas criadas. Dessa forma, temos hoje um Comando Logístico, COLOG, surgido por transformação do Departamento Logístico, formado pela junção dos extintos Departamento-General de Serviços (DGS) e Departamento de Material Bélico (DMB). Ele tem a missão de

“orientar e coordenar o apoio logístico ao preparo e emprego da Força Terrestre, prevendo e provendo, no campo das funções logísticas de suprimento, manutenção e transporte, os recursos necessários ao Exército e às necessidades de mobilização dessas funções, além da coordenação das atividades de fiscalização de produtos controlados pelo Exército e de remonta e veterinária”.

Subordinadas ao COLOG, temos as Diretorias de Material (D Mat), de Abastecimento (D Abst), de Material de Aviação do Exército (DMAvEx) e de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC). Como órgão operacional, existe a Base de Apoio Logístico do Exército (BApLogEx), composta pela Companhia de Comando, Hospital de Campanha (H Cmp), pelo Depósito Central de Munições (DCMun), pelo Estabelecimento Central de Transportes (ECT), pelo Batalhão de Manutenção e Suprimento de Armamento (BMSA), pelo Batalhão Central de Manutenção e Suprimento (BCMS) e pelo 1º Depósito de Suprimento (1º D Sup).

Completando o sistema, nos Comandos Militares de Área e Divisões de Exército, existem Grupamentos Logísticos, Batalhões e Depósitos de Suprimento, Bases Logísticas (de Selva) e Batalhões ou Companhias de Transporte. Como unidades ímpares, cada qual em seu segmento específico, contamos com o Centro de Embarca-

ções do Comando Militar da Amazônia (CECMA) e com o Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar.

Nesse sistema logístico, agora estão definidas as atribuições respectivas à intendência e ao material bélico, assim definidas no Manual de Fundamentos – Doutrina Militar Terrestre, 1ª edição 2014, EB20-MF-10-102:

– O Serviço de Intendência executa as atividades e tarefas da Função de Combate Logística, referentes aos Grupos Funcionais Suprimento (Classes I, II e X), Transporte e Recursos Humanos. Realiza também as tarefas da atividade de Gestão Orçamentária e Financeira, prestando o assessoramento contábil e financeiro aos comandantes em todos os escalões. Em operações, além das atividades comuns ao tempo de paz, o Serviço de Intendência se incumbem também de tarefas afetas ao bem-estar do pessoal, como banho, lavanderia, suprimento reembolsável, serviço postal, dentre outros.

– O Quadro de Material Bélico executa as atividades e tarefas da Função de Combate Logística, referentes aos Grupos Funcionais Suprimento (Classes III, V e IX), Manutenção (material bélico, principalmente, armamentos, viaturas e aeronaves), Transporte e Salvamento.

Quanto ao Sistema de Economia e Finanças, este tem a Secretaria de Economia e Finanças (SEF) como o órgão de direção setorial da unidade orçamentária “Comando do Exército”, focada basicamente no compromisso da qualidade da gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, além da condução dos processos e sistemas administrativos (planejamento, acompanhamento, execução orçamentária, administração financeira, contabilidade e pagamento de pessoal)

e das auditorias de avaliação da gestão dos recursos disponibilizados para o Exército.

São a ela diretamente subordinadas as Diretorias de Contabilidade (D Cont) e de Gestão Orçamentária (DGO), o Centro de Pagamento do Exército (CPEX) e as Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx).

Como órgão de controle, vinculado diretamente ao Comando, está o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEX), com a missão de

“Comprovar a legalidade e avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, com imparcialidade e isenção, por intermédio de auditoria e fiscalização, no âmbito do Exército Brasileiro e das entidades vinculadas”.

Finalmente, nas Unidades Gestoras em geral, tropas, repartições e estabelecimentos com autonomia administrativa, a administração dos recursos e do patrimônio público respectivo tem como responsável primeiro o Ordenador de Despesas (OD), que é o próprio comandante, chefe ou diretor respectivo ou, em certos casos, um oficial por ele delegado. Para assessorá-lo, estão presentes as figuras dos Encarregados do Setor Financeiro (Tesoureiro), do Setor de Material (Almoxarife), do Setor de Aproveitamento (Aproveitador), Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, Chefe da Conformidade de Registros de Gestão e Chefe do Setor de Pagamento de Pessoal, funções que, em princípio, são atribuídas a oficiais de intendência, que possuem, em seu perfil e currículo de formação, as habilitações específicas.

Os tempos atuais e o futuro

Hoje, os tempos são outros e a nossa intenção, em seu primeiro centenário, já se pode

dizer, alcançou a maturidade, “deu a volta por cima”, ratificando o significado ancestral do uso da folha do acanto na ornamentação e na arquitetura, o de “vencer os espinhos, suplantando as adversidades”. Nós, intendentes, provamos o nosso valor, muito embora ainda tenhamos visíveis alguns obstáculos no caminho, pelos próximos anos.

O Cadete da AMAN que, na escolha das armas, afixa a folha de acanto na gola de seu uniforme ainda sabe que não tem o direito de sequer sonhar com pisar o degrau mais elevado da carreira, mesmo integrando a linha militar do ensino bélico. À Rainha da Logística ainda é vedada a promoção ao posto máximo e seus oficiais-generais percorrem “trilhos paralelos”, com vagas separadas e defasagem em relação aos demais colegas oriundos da Academia. Muito já se fez, muito já se atingiu, porém alguma coisa ainda falta.

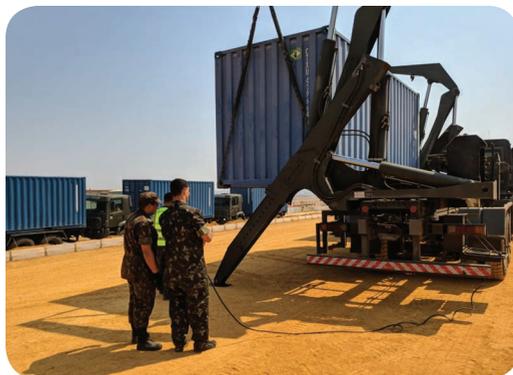
Este autor, já há alguns anos, apresentou sugestões, bastante ponderadas, em seu artigo “Reestruturação da carreira dos oficiais intendentes formados pela AMAN – uma proposta”, publicado na Revista de Intendência, citado nas referências bibliográficas, tanto na vertente “logística” como nos aspectos “administrativos e financeiros”. Nossas ideias permanecem atuais e nosso trabalho disponível para consultas e estudos.

A diferenciação entre “Arma”, “Quadro” e “Serviço” não é somente semântica, mas, também, envolve destinações funcionais, natureza dos trabalhos executados e inclusão em um dos grupos de atividades, “fim” ou “meio”. Já está mais do que comprovado que as funções logísticas são parte integrante das atividades bélicas e que, desempenhadas pela intendência, se integram na linha “bélica”.



Figuras 7 e 8 – Intendentes 1920 e 2020

Fonte: Revista de Intendência, set-out 1943 (acervo do autor) e <https://www.flickr.com/photos/exercitooficial/albums/72157714367375061>



Figuras 9 e 10 – Suprimento 1920 e 2020

Fonte: Revista de Intendência, set-out 1943 (acervo do autor) e <https://www.flickr.com/photos/exercitooficial/albums/72157714367375061>



As Armas englobam os militares combatentes por definição, e a Logística, mais do que comprovadamente, faz parte da guerra, é um de seus “ramos”, como demonstrou Jomini. A administração financeira, em complemento, especialmente em seus mais elevados níveis de decisão e de planejamento, também integra o espectro bélico, pois conduz os destinos da Força. Tudo o mais decorre das ordens do Alto-Comando. O oficial de intendência formado na AMAN pertence à Linha de Ensino Militar Bélico, tem ampla habilitação e os mesmos valores e capacidades dos demais, das outras Armas. Contudo, ele não pode “chegar lá”!

O perfil do intendente do Século XXI tem como pontos principais: o fortalecimento da sua formação como um combatente; a modernização do ensino da logística; a ampliação da sua capacitação para atuação nas tarefas do Sistema de Economia e Finanças; e a inclusão da competência “gestão organizacional”, que é necessária aos oficiais de todas as Armas.

Conclusão

Logística é assunto sério! Gestão de recursos financeiros, também! Sem qualquer uma delas, não teremos um Exército digno desse nome,

mesmo que disponhamos dos melhores e mais aguerridos soldados do planeta. Em nossa obra referenciada “Explicando a guerra”, afirmamos que

“Ao Soldado moderno não será suficiente a bravura: ele necessitará, e muito, de equipamento e de tecnologia para obter sucesso em sua missão.”

O segmento armado é elemento essencial à existência de uma nação. Foi e continua sendo protagonista na formação e expansão do estado, na delimitação das fronteiras, no estabelecimento de sua área de influência e na formação da identidade nacional. Nenhum país pode prescindir dessa garantia de paz e segurança, instrumentos de dissuasão e prevenção. Elas não se improvisam. Devem ser constituídas de forma contínua, permanente, mantidas aprestadas e motivadas.

Um corolário ancestral dita que “Um exército pode passar um século sem ser empregado; mas não pode ficar um dia sem estar preparado”.

A Força deve se manter aprestada, sempre! Numa época em que não existia munição encartuchada, o soldado transportava consigo, separadamente, os balins, as buchas e a pólvora, esta em bolsas junto ao corpo, carregando a arma no



Figura 11 – Soldado brasileiro no século XXI

Fonte: AHEx

momento do disparo. Era fundamental manter a pólvora a salvo da umidade: se molhada, ela perdia sua eficácia, e o soldado estava irremediavelmente desprotegido e vulnerável. Oliver Cromwell (líder militar e político inglês, 1599-1658), em alocução às suas tropas, diante de um rio a cruzar antes de um ataque, na Campanha da Irlanda, durante a Guerra Civil inglesa de 1649-1650, ao exortar seus comandados à ação, bradou “*Put your trust in God; but mind to keep your powder dry.*” (Tenham fé em Deus; mas não se esqueçam de manter sua pólvora seca).

A importância da logística para o Exército é inquestionável. A guerra, por si só um foco de sofrimentos e de privações, tem sua inclemência ampliada com a carência de itens que atendam às necessidades de quem nela se envolve. Ao longo dos séculos, a evolução dos meios de combate alterou profundamente as necessidades logísticas, em tipo, intensidade e complexidade. Estas, contudo, não mudaram absolutamente nada em sua importância!

No nosso caso, muito progredimos nesses 100 anos. Acumulamos vasta experiência e pudemos implementar doutrina própria e organizar os elementos necessários, com um Comando Logístico bem estruturado, uma Base de Apoio bem dimensionada e unidades espalhadas por todos os Comandos Militares de Área cumprindo seus papéis. Nosso País está consolidando finalmente sua “Logística Verde-Amarela”, que dará aos nossos efetivos independência em missões internacionais, tornando-os atores principais, e não meros coadjuvantes. Um sistema financeiro competente e adequado completa a moldura do quadro. Tudo isso propiciando tranquilidade, em todo o território nacional, na rotina do dia a dia da tropa, tanto em atividades de preparo

quanto de emprego nas diversas missões que lhes são constantemente atribuídas.

Relembrando Jomini, já citado, quando afirmou que a logística “move exércitos e os mantém supridos”, nós complementamos, ressaltando que nada acontece sem logística... principalmente em campanha!

O poema de Ben Franklin muito bem demonstra consequências de falhas na logística:

“For want of a nail, the shoe was lost
For want of the shoe, the horse was lost
For want of the horse, the rider was lost
For want of the rider, the battle was lost
For want of the battle, the kingdom was lost
And all for the want of a nail...”

Numa tradução e adaptação deste autor, sem maiores preocupações de rima e métrica, afirmamos que:

“Pela falta de um cravo, perdeu-se uma ferradura;
Pela falta da ferradura, perdeu-se um cavalo;
Com a morte do cavalo, perdeu-se um combatente;
Sem o soldado, perdeu-se a batalha;
Na batalha, a guerra foi decidida e a nação derrotada.
E tudo pela falta de um cravo...”

No Exército Brasileiro, quem se destaca nesse papel, sendo o sangue generoso que lhe conduz a vida, é a intendência. Os bravos Soldados do Acanto têm dado tudo de si, nesses últimos 100 anos, e também o farão pelos próximos 100, para que nunca falte ao Exército Brasileiro, no momento em que se faça necessário, um simples cravo que seja!

A folha de acanto dá-nos a contemplação da pureza, que os séculos não conseguiram alterar. Intendentes, não esqueçamos nosso símbolo! 



Figura 12 – Medalhão 100 Anos (reverso)

Fonte: Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário do Serviço de Intendência

Referências

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. **Apoio Logístico** – Considerações e Propostas (um estudo). Rio de Janeiro: PADECEME, nº 9, 3º Quadrimestre/2004, pp. 29-40 e Revista de Intendência, nº 1, 1º Semestre/2005, pp. 27-34.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. **Explicando a Guerra** – Polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras. Rio de Janeiro: CEPHiMEx/DECEEx, 2013.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. **Operações Multinacionais**: condicionantes para a participação brasileira e reflexos para o país (enfoque: Logística). Rio de Janeiro: PADECEME, nº 12, 2º Quadrimestre/2006, pp. 19-31.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. **Reestruturação da carreira dos oficiais intendentos formados pela AMAN** – uma proposta. Rio de Janeiro: Revista de Intendência, nº 3, 2º Semestre/2007, pp. 25-28.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. 100 Anos da Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista da Cultura**, Ano XVII, nº 31, nov 2018, pp. 27-37.

LOPES, Ernesto Isaacodette Dutra Pereira Batista. **Histórico da Intendência do Exército Brasileiro**. Esboço do autor. Brasília, DF, 2018.

VIDEIRA, Antonio Celente. **Logística** – História e Evolução. Leituras Seleccionadas. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra/DALMob LS 712-05, 2005.

Dilemas de Metíoco¹: as antigas Escolas de Intendência do Exército (1921-1946)

“A intendência é o amigo dos maus dias!”

*Alcemar Ferreira Junior**

*Alvaro Luiz dos Santos Alves***

Introdução

O clássico “Formação do Oficial do Exército”, do Coronel Jehovah Motta, é leitura obrigatória acerca da educação superior do Exército Brasileiro. Da Real Academia Militar, de 1810, à Escola Militar, em 1945, nele, o autor traça o perfil dos alunos, recorda lembranças, traz a lume os currículos das respectivas escolas, as diversas influências exógenas e internas sobre o ensino militar e abre campo para a discussão sobre os diversos estabelecimentos de ensino do Exército.

Como não era o propósito daquele livro, dada a sua opção por suposta evolução linear da formação militar, é silente sobre diversas escolas de médio porte no Exército: a Escola de Veterinária do Exército²; a de Aplicação dos Serviços de Saúde e **as de Intendência** (Escola Superior

de Intendência da Guerra e a Escola de Administração Militar – 1921-1924, Escola de Intendência – 1924-1933 e Escola de Intendência do Exército – 1933-1946), objetos deste artigo. Outras escolas, como a de Aviação Militar e a de Aperfeiçoamento de Oficiais, por ainda estarem ativas ou terem sido incorporadas por outras Forças, mantêm suas histórias vivas.

Este artigo enquadra-se no escopo do Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT), relativo ao resgate das histórias dos estabelecimentos de ensino militares, busca preencher uma lacuna na história da formação da intendência anterior à transferência, em 1945, para a Escola Militar de Resende (atual AMAN) e é somente um esboço do potencial para pesquisa sobre a Educação militar, sem a pretensão de esgotar o assunto.

* Maj QCO/História (EsFCEEx/1999; EsAO/2008). Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (2001); Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2004) e Pesquisador no Arquivo Histórico do Exército.

** S Ten Cav (ESA/1993; EASA/2003; EsIE/2018). Mestre em História Social pela Universidade Salgado de Oliveira; Pesquisador no Arquivo Histórico do Exército; Membro do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEX) e Associado Aspirante ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

História das Escolas de Intendência

A intendência foi, desde 1821, contemplada no Exército com a criação de um Quartel-Mestre-General, responsável por alimentação, uniformes, pagamentos e outros itens afetos à área. A Intendência da Guerra foi criada em 1896, mas somente organizada em 1899, após o colapso de suprimentos em Canudos³, o que levou a uma maior preocupação com o Quadro de Intendentes da Guerra.

A especialização de funções e a necessária separação do exercício de Comando e Instrução da Administração Militar levaram à criação, em 1908, do Quadro de Intendentes, pela Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. O Decreto nº 6.971, de 4 de junho de 1908, complementado pelo Decreto nº 11.459, de 27 de janeiro de 1915, deram forma ao Corpo, definiram a hierarquia dos intendentes e estabeleceram as condições para o recrutamento de seus integrantes. Entretanto, entre 1908 e a criação das escolas, os oficiais do Quadro eram oficiais de outras Armas ou praças concursados, com experiência empírica na administração castrense, mas sem um curso específico de intendência.

Em pequenos exércitos de outras eras, era fácil para o gênio militar, como Metíoco, tomar para si a condução da guerra, com todas as suas implicações, e ainda preocupar-se com a parte logística. Nas guerras modernas – da de Secessão norte-americana, passando pela da Tríplice Aliança até a Franco-Prussiana de 1870 –, a mobilização em massa tornou mais difícil aquela centralização.

No século XX, a mobilização de todos os recursos nacionais empreendida pelas nações envolvidas na Grande Guerra tornou imprescindível um Quadro de Intendentes e de Administradores

Militares de alto nível e profissional. Nesse desiderato, o Decreto nº 14.385, de 1º de outubro de 1920, criou o Corpo de Intendentes da Guerra, composto por dois quadros: o de **Intendentes de Guerra** (Quadro de Direção e Alta Administração) e o de **Oficiais de Administração** (gestão e execução). Daí a origem das Escolas de Intendência. Além disso, aquele ato normativo foi a gênese das primeiras tropas de intendência, especializadas nos suprimentos em geral. O ministro Calógeras, em seu Relatório de 1921, foi taxativo sobre a necessidade imperiosa da organização sistemática dos suprimentos na Força Terrestre e da unificação destes com as forças de mar.

A efervescência do pós-guerra proporcionou a contratação de uma Missão Militar Francesa⁴, em 1919, fruto da atuação dos ministros Alberto Cardoso de Aguiar e João Pandiá Calógeras. Na gestão Calógeras, com a chegada da Missão, houve a criação de várias escolas. A Missão foi efetivada no Estado-Maior do Exército (órgão de planejamento da Força Terrestre) e nas escolas criadas sob sua inspiração ou já existentes (como a Escola de Estado-Maior), à exceção da Escola Militar, sob influência de uma Missão Indígena, brasileira.

Nesse contexto, a Escola Superior de Intendência da Guerra e a Escola de Administração Militar foram criadas pelo Decreto nº 14.385, de 1º de outubro de 1920 e organizadas em 9 de abril de 1921, com Comando unificado.

Não consideramos, como alguns autores, uma escola com dois cursos, pois havia diversos cursos nos programas de ensino para 1922 e 1923 dentro de cada escola.

Três anos depois, as Escolas foram fundidas em uma Escola de Intendência (1924-1933), pelo Decreto nº 16.475, de 12 de maio de 1924.

Por fim, em 1933, foi renomeada como Escola de Intendência do Exército (1933-1946), pelo Decreto nº 23.625, de 21 de dezembro de 1933, e manteve-se até 1946, quando foi extinta pelo Decreto nº 21.507, de 24 de julho de 1946, com o curso absorvido pela então Escola Militar de Resende⁵.

Instalações e cotidiano das escolas



Figura 1 – Quartel-General do Exército em 1921
Fonte: BRRJ – Quartéis/AHEX – Arquivo Histórico do Exército

A Escola Superior de Intendência da Guerra e a Escola de Administração Militar foram instaladas em 9 de abril de 1921, na ala esquerda do Quartel-General do Exército, na área da antiga Pagadoria (atual Ala Visconde da Gávea). Pelo Regulamento da escola, a direção técnica da escola era da Missão Militar Francesa e exercida, de 1921 a 1932, pelo intendente de 1ª classe, equiparado a coronel, Louis Buchalet⁶, Diretor Geral de Ensino, e pelos majores Sebastien Saly, Diretor de Ensino, e Joseph Ferdinand Fauvelet.

Concomitantemente às aulas, a vida diária das escolas era bastante diversificada. Compras de materiais, livros para biblioteca, organização de enfermaria, visita a instalações industriais etc. Nesse ano, por exemplo, foi dada a permissão de

compra de livros na Europa, com verba de 500 francos, efetuada pelo major Jestin, da MMF. No primeiro ano, as escolas não possuíam rancho e as refeições do pessoal das escolas foram ajustadas com os proprietários do restaurante do *Hotel Fluminense* (na Praça da República) e com o da casa *A Vegetariana*, na Rua de São Pedro, a 2\$800 cada refeição.

Em outubro de 1921, a escola recebeu a visita do embaixador extraordinário da França, general Mangin, acompanhado do Chefe da Missão Militar Francesa, do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado-Maior do Exército. A média das consultas na biblioteca, em 1928, foi de 30 livros consultados e 10 retirados sob empréstimo por mês. Quinze anos depois, a Biblioteca possuía mais de 300 volumes em português e francês.

No Relatório de 1927, o comandante lembrou ao Estado-Maior do Exército a proposta de dezembro de 1925 sobre a transferência da escola para o edifício desocupado pela Companhia de Metralhadoras Pesadas do 3º RI, à Avenida Pedro II, em São Cristóvão.

Nesse mesmo relatório, o comandante reclamou que:

“continua a Escola na parte do antigo Quartel General, onde funcionou a Pagadoria e cujo estado geral de conservação deixa muito a desejar. A parte interna, propriamente ocupada pela Escola, está relativamente limpa e conservada, tanto quanto permitem os nossos recursos. Pequenas e constantes reparações no telhado, forração de duas salas estragadas pela infiltração de águas pluviais, pequenas pinturas no corredor e consertos na instalações sanitárias, exigidas pelas más condições hygiênicas, reforma da instalação das campainhas electricas têm sido executadas com o pessoal do Contingente e por

operários cedidos gratuitamente pelo Serviço Central de Transporte, Arsenal de Guerra e Serviço Rádio do Exército, comprando somente o material estritamente necessário” (Relatório da Escola de 1927, pp. 355-356).

O relatório surtiu efeito, pois, em 30 de outubro de 1928, cumprindo a determinação do Ministro da Guerra, a escola foi transferida do edifício do Quartel-General, na Praça da República, para a ala direita do prédio situado à Avenida Pedro II, esquina da Rua São Cristóvão (atual Museu Militar Conde de Linhares). À época, esse aquartelamento era a parada da 1ª Companhia de Estabelecimentos (espécie de Companhia de Guardas), que ocupou o prédio até 1933, quando extinta para criação do 1º Batalhão de Guardas, instalado provisoriamente no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Uma década depois, em 1º de abril de 1938, a escola foi transferida para a casa que



Figura 2 – Antiga sede, atual Museu Militar Conde de Linhares
Fonte: Museu Histórico do Exército - Forte de Copacabana

servira de residência ao antigo Diretor da Intendência da Guerra, na Rua de São Cristóvão, 136. Segundo o comandante, o prédio era velho, não possuía alojamento para o contingente e estava em péssimo estado de conservação. Por esse motivo e como as aulas estavam suspensas desde o final de 1935, sequer descaixotara os documentos de seu Gabinete⁷. Para o ano de 1939, a escola foi reaberta e transferida para o prédio da Rua São Francisco Xavier, nº 302, anexo ao Colégio Militar do Rio de Janeiro⁸.

Entre os anos 1939 e 1943, não foi possível identificar prova documental, nos acervos sob guarda do AHEx, sobre o local exato de funcionamento da escola.

No ano letivo de 1943, a Escola funcionou no antigo prédio da Escola de Estado-Maior, à Rua Barão de Mesquita, no Andaraí (atual 1º Batalhão de Polícia do Exército)⁹.



Figura 3 – Antiga sede, atual 1º BPE
Fonte: 1º Batalhão de Polícia do Exército

Regulamentos, currículos e cursos

O primeiro Regulamento das Escolas foi aprovado pelo Decreto nº 14.764, de 7 de abril de 1921. Denominava, em conjunto, as duas escolas como Escolas de Intendência, embora ressaltasse os regimes interno e escolar diferentes. Subordinava-as administrativamente ao Ministério da Guerra e tecnicamente à Missão Militar Francesa.

Segundo o Ministro Calógeras, em 1921:

“não tiveram os Cursos, por deficiência de tempo o desenvolvimento necessário, funcionando as seguintes aulas: Geografia Econômica, matérias alimentares, higiene veterinária, artigos forrageiros brasileiros, curso geral de intenção, serviço de subsistências militares, legislação industrial e do trabalho, serviço de fardamento, equipamento e acampamento, administração do Exército, administração interna dos corpos de tropa e dos estabelecimentos militares; curso de administração geral, de

finanças públicas, noções de economia política, de direito administrativo e de organização administrativa brasileira e francês. (RMG-1922, p. 31). A Biblioteca recebeu 132 livros sobre assuntos diversos”.

Para 1922, foi liberada a inscrição de 1º, 2º e 3º sargentos no concurso à Escola de Administração Militar com os respectivos exames de seleção a serem realizados nas Regiões Militares, respeitando a idade máxima de 40 anos (para 1º e 2º sargentos) e 30 (para 3º sargentos), com pelo menos 5 anos de praça e aberto um Curso Preparatório, pela Portaria de 29 de novembro de 1921. Para o ano seguinte, foi criado um Curso Especial de Contadores mediante o Aviso nº 925, de 14 de novembro de 1922, com a previsão de 30 vagas.

O segundo Regulamento foi baixado pelo Decreto nº 16.475, de 12 de março de 1924, e impunha, como parte do exame de admissão, uma “certa condição moral para a matrícula”¹⁰.

Quadro 1 – Em 1921, como exemplo, um Quadro de Trabalho Semanal da Escola era assim:

DIA	HORA	ESCOLA SUPERIOR DE INTENDÊNCIA
		ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO MILITAR
MAIO 30 – 2ª FEIRA	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso Geral de Intendência (Cel Buchalet);
		Noções economia política (Maj Saly)
MAIO 31 – 3ª FEIRA	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso técnico de subsistência (Maj Fauvelet);
		Matérias alimentícias e higiene da alimentação (Maj Méd Mariz Pinto)
JUNHO 1º – 4ª FEIRA	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso Geral de Intendência (Cel Buchalet)
		Higiene veterinária (Maj Vet Marliangeas)
JUNHO 2 – 5ª FEIRA	9h15-10h15 10h30-11h30	Administração interna nos corpos de tropa (Maj Saly)
JUNHO 3 – 6ª FEIRA	9h15-10h15 10h30-11h30	Curso Geral de Intendência (Cel Buchalet)
		Noções de economia política (Maj Saly)
JUNHO 4 – SÁBADO	9h15-10h15	Curso técnico das subsistências (Maj Fauvelet)

Adaptado de: BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).

O comandante Freire Esteves, em seu Relatório de 1927, reclamou das dificuldades em aquilatar aquelas condições, embora fosse favorável à cobrança, e sugeriu a criação de uma aula de Educação Moral e Cívica para os alunos do Curso de Administração. Pediu, ainda, que aos alunos do Curso Superior de Intendência fosse dada permissão para assistirem como ouvintes aulas da Escola de Estado-Maior, a fim de estabelecerem, desde os bancos escolares, laços de amizade ou relações pessoais com os oficiais de Estado-Maior, que seriam úteis nos decorrer das carreiras. Por fim, sugeriu a transferência do curso preparatório dos sargentos candidatos ao Curso de Administração, para um anexo à Escola Militar.

Em 1927, o Diretor de Ensino, general Buchalet, da Missão Francesa, redigiu um novo programa para o concurso de administradores e contadores, incluindo: Direito Constitucional; Direito Privado; Direito Administrativo e Financeiro; Direito Penal Militar; Geografia Geral e Econômica; Economia Política; Legislação Militar; Topografia e manteve o Francês¹¹.

Em 1929, foram criados pelo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 18.995, de 21 de novembro de 1929, vários Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização. Os de Formação: um curso de Intendência e outro de Administração. Os de Aperfeiçoamento: um de Intendência, um de Aperfeiçoamento de Administração, um de Revisão e um Complementar de Intendência, para oficiais do Quadro de Contadores ou do extinto de Intendentes, sem o curso da Escola. Os de Especialização: Subsistências Militares; Especialização Administrativa dos Serviços de Saúde e Veterinária; Especialização Administrativa dos Serviços de Material Bélico e Engenharia; Especialização Administrativa dos Serviços de Aviação, além de um curso de Equitação, ministrado no 1º

Regimento de Cavalaria Divisionário. Por outro lado, baixou a idade para matrícula das praças no curso de administração para 28 anos¹².

Em diversos anos, não houve matrículas em um determinado curso ou na Escola como um todo, devido à falta de vagas nos Quadros de Intendentes. Entre 1936 e 1938, por exemplo, foi determinado pelo Ministro que a Escola não funcionaria.

Após o advento do Estado Novo, as condições de matrícula foram modificadas para uma seleção mais rígida e em conformidade com a que já ocorria na Escola Militar¹³, embora tenha mantido, para o Curso de Administração, somente um concurso interno entre sargentos, em conformidade com o Regulamento de 1941, aprovado pelo Decreto nº 6.585, de 10 de dezembro de 1940. Para todos os candidatos tornou-se obrigatório: ficha de informações; certidão de nascimento; atestados de vacinas; certificados de reservista (para civis) e ensino médio completo. Estendeu, ainda, o Curso de Administração para três anos.

Iniciou-se, naquele ano, na seleção para o concurso, parecer desfavorável a elementos supostamente indesejáveis ao oficialato: negros, filhos de estrangeiros, judeus, filhos naturais, entre outros. De agora em diante, antes do exame intelectual de admissão, o candidato passava por avaliação de uma comissão da escola, para apuração da idoneidade moral do candidato, lavrando um parecer sintético e fundamentado de cada inscrito. No concurso de 1944, o 3º sargento João Nascimento teve o seu requerimento negado pelo fato de ser filho natural. No documento está despachado “filho natural. Pai desconhecido. Arquite-se!”.

Pelo novo Regulamento, os Cursos de Administração e o Superior de Intendência foram transformados, respectivamente, em Curso de

Formação de Intendência e de Aperfeiçoamento de Intendência.

A evolução das funções do intendente nos 26 anos de funcionamento da Escola pode ser aquilataada nas palavras do então coronel Biosca, antigo aluno do Curso de Administração em 1922 e Chefe do Serviço de Intendência da FEB na Itália:

“passou em nosso Exército o tempo em que o Intendente era no Corpo de tropa uma figura que se procurava colocar em nível inferior, avelhantada e gasta, debruçado a escrever durante o expediente em grandes livros apoiados sobre uma carteira ladeado de vetustas prateleiras de um Almoxarifado, e de sacos de cereais, de latas de manteiga ou caixas de banha no interior de uma agência de rancho. Na paz, o moderno Intendente dirige a instrução de motoristas, de trabalhadores, de graduados, de especialistas e de datilógrafos nas Unidades de tropa de Intendência. Em determinados órgãos do Serviço superintende a disposição dos aprovisionamentos, a impulsão dos transportes, os carregamentos, as distribuições, as estocagens, o aproveitamento de recipientes e a recuperação de material; fiscaliza a fabricação de uniformes e de material de estacionamento. Noutros, planeja a distribuição de créditos, superintende a sua aplicação, movimenta recursos em dinheiro, relacionando-se com a Alta Administração Pública, civil e militar”¹⁴.

Também, a partir de 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, a Escola passou a formar os intendentes da Força Aérea Brasileira, até 1944.

“A primeira turma de alunos Intendentes da Aeronáutica foi matriculada em 1943 e, no ano de 1944, após um curso intensivo e sem interrupções, para atender às exigências do estado de guerra em que vivia o País, formaram-se 54 Aspirantes Intendentes da Aeronáutica”¹⁵.

Perfis dos comandantes, instrutores, corpo docente, pessoal administrativo e efetivo

O primeiro comandante, coronel de cavalaria Antônio Aranha Meira de Vasconcelos, possuía o curso geral (das três Armas) e o de estado-maior e engenharia, além de bacharel em ciências matemáticas e ciências físicas, tudo pelo Regulamento de 1898. Era auxiliado por outros cinco oficiais (fiscal, ajudante, secretário, tesoureiro e médico), dois sargentos auxiliares de escrita, um bibliotecário, três datilógrafas civis, um porteiro e dois contínuos. O primeiro corpo docente era integrado pelos doutores Carlos Delgado de Carvalho (geógrafo e diplomata), José Lopes Pereira de Carvalho, José Mattos de Vasconcelos e José Maria Vaz Lobo da Câmara Leal; pelos majores Alberto Mariz Pinto e Raymundo Pinto Seidl; pelos comandantes Marliangeas¹⁶, Joseph F. Fauvelet e Sebastien Saly, capitaine Dieulouard e coronel Louis Buchalet (franceses). A aula prática de francês era ministrada pelo major reformado Paulo Neves de Moraes Gomide, e a de administração e história do Brasil pelo major reformado Azor Brasileiro de Almeida¹⁷. O primeiro comandante permaneceu no cargo até meados de 1923.

Em 1927, assumiu o comando o coronel de intendência Julião Freire Esteves, que possuía o curso geral (das três Armas) e o de estado-maior e engenharia, o de revisão da Escola de Aperfeiçoamento e o superior de intendência da primeira turma, de 1921. O coronel era oriundo da infantaria, *jovem turco*, com passagem pelo Exército alemão, com experiência de combate na Revolta Federalista e fora transferido para o quadro de intendentes em 1922. A ascensão, após entrada no quadro foi meteórica¹⁸, devido à ausência de

oficiais habilitados e muitas vagas. De capitão, em 1921 ao cursar a Escola, foi promovido a major no meio do curso, a tenente-coronel em dezembro de 1921 e a coronel em setembro de 1923. Em 1927, o general Buchalet ainda era o Diretor da Escola e o Diretor de Estudos, o major Ernest Jestin, franceses da Missão. Todo o quadro de instrutores e estado-maior da Escola era integrado por oficiais de intendência brasileiros.

Nesse ano, o comandante designou, como adjuntos, oficiais brasileiros a fim de substituição dos diretores franceses. Um fato interessante ocorreu em 1927. O coronel Annibal Amorim, instrutor da Escola, escreveu e publicou o livro *Topografia Elementar de Campanha*, que foi vendido para todo o Exército.

Em 1935, sob o comando do coronel intendente de guerra Francisco de Paula Faria Júnior, todos os cargos de professores, instrutores e auxiliares de ensino estavam sendo exercidos por oficiais brasileiros com o curso da Escola. O coronel Anápio Gomes, comandante em 1944, possuía os cursos de Administração Militar de 1920, o Superior de Intendência, o de Aperfeiçoamento de Intendência e o de Intendência Superior, do Exército francês. O último comandante, em 1946, coronel Lauro Loureiro de Souza, cursara o de Administração Militar de 1920, o Superior de Intendência, o de Aperfeiçoamento de Intendência e o de Intendência da *The Quartermaster School*, em Camp Lee, Virgínia, Estados Unidos.

Perfis dos alunos matriculados

A primeira turma possuía 30 alunos na Escola de Intendência e 30 na de Administração Militar, além de 5 alunos ouvintes: 2 tenentes da Armada e três funcionários do Ministério da Guerra, no curso Superior de Intendência.

Na primeira turma, foram matriculados somente oficiais¹⁹. No curso Superior de Intendência, os **majores e capitães**: Manoel Antunes de Castro Guimarães Jr; Francisco de Paula Faria Jr; Abrilino Pinto Bandeira; Julião Freire Esteves; Annibal Amorim; Accacio de Faria Correa; Raymundo Mendes Burlamaqui; Raul Porto; José dos Mares Maciel da Costa; Antônio Ribeiro de Rezende; Alcebiades Alves de Almeida; Felipe Antonio Xavier de Barros; José Antônio de Coelho Ramalho; Manoel Pedro de Alcantara; Oscar Raphael Jost; Paulo de Araujo Bastos; Arnaldo Damasceno Vieira; Reynaldo Francisco Lourival; Claudio Monteiro; Heitor Abrantes; Emydio Seroa da Motta; Sebastião de Moura Albuquerque; Aristides Dario da Rosa; José de Lourdes Guimarães Padilha; Raymundo Nonato Lopes de Menezes; João Freire Jucá; Júlio Capitulino da Silva Pitta; Adolpho Luiz de Carvalho; Manoel da Silva Perdigão e Adolpho Philomeno Frony, mais dois tenentes da Marinha, Belmiro de Oliveira Pinto e Nestor Ferreira Cabral. No Curso de Administração Militar, **os 1º e 2º tenentes**: Cicero Costard; Anápio Gomes²⁰; Kyval da Cunha Medeiros; Alfredo Marinho Ravasco; Lauro Loureiro de Souza²¹; Henrique Guilherme Fernandes da Cunha; Octavio Sayão Masson; Hobson Coutinho; Nelson de Souza; Boaventura Nazareth; Argentino Indio do Brasil Salgado; Jayme Raulino de Faria; Quirino Araújo de Oliveira; Telon de Carvalho; Clodomiro Nogueira; Arcirio Gouveia; Sebastião Teixeira da Rocha; Aristophanes Ribeiro do Valle; Carlos Erasmo de Cerqueira e Silva; Alberto Augusto Martins; Alcebiades Simões Pires; João Capistrano Martins Ribeiro; Emílio Fernandes de Souza Docca; João Augusto de Siqueira; Joel de Almeida Castello Branco; Raul Vieira da Cunha; Athanasio Loureiro da Silva; Waldemar Rocha; Carlos Guimarães Cova e Graciliano de Abreu Gonçalves. O término dos cursos deu-se em 30 de novembro de 1921.

Cabe aqui uma menção à primeira turma de sargentos que foi matriculada no Curso Preparatório da Escola de Administração Militar em dezembro de 1921. Todos foram promovidos a oficiais de intendência no decorrer da carreira, muitos atingiram o generalato e pelo menos dois deles, Fernando Lavaquial Biosca (Chefe do Serviço de Intendência da FEB) e Leônidas Amaro, ascenderam a marechal.

1º, 2º e 3º sargentos: Antônio Viegas da Silva; Fernando Torres; Odilon Gomes da Silva; José Paulini; Leônidas Amaro; Francisco Olintho de Souza; Octávio Moreira Dias; Saturnino Satyro de Aguiar; Everaldo Porfírio de Araújo; Carlos Baptista Braga; Raymuno da Silva Barros; Fernando Lavaquial Biosca; Raul Dias de Santanna; Epifânio Ferreira Lima; Alvaro Costa; Francisco Gonçalves da Silva Jr; José Amado Coimbra; Aristóteles Corrêa de Faria Castro; Maximiano Lins Chaves; Severo Coelho Barbosa; Alcides Alcebíades Richter; Ricardo José Nascimento; Romeu Epaminondas da Silva; Antônio Elpídio Pierre; Raimundo de Menezes, Oscar Ribeiro Saldanha; José Ubirajara Xavier de Castro; Januário de Almeida Jenu;

Antonio Esteves Fernandes; Oldemar Travasso da Cunha Telles; Luiz Hygino Mussi; Sebastião Arruda; Alfredo Nogueira Júnior; Irineu da Silva Guimarães; Ortúlio Orestes Torres; Pedro Celestino Araújo; Durval dos Santos Maricato; Jacob Gomes; Oldemar Corrêa de Sá; Thomaz Nunes da Silva; Alcebíades Ribeiro dos Santos; Olympio Costa Leite; José Baptista de Carvalho; Pedro Ladário do Amaral Lisboa; Lino de Mello Lima Jacinto Vieira dos Santos; Flosculo Santiago Ramos; Manoel Sotero da Silva; Olegário de Oliveira Marcondes; Archimedes de Albuquerque Xavier; Othon Cabral da Silveira; Cândido Avelino de Barros; Murilo das Chagas Porto; Arlindo Seixas²²; Raphael Tobias de Menezes Britto; Raimundo Camillo de Souza; Manoel Arão Gonçalves de Lima²³; Felipe Marques; e Manoel José Monteiro.

Em 1922, foi autorizada, após concurso, a matrícula de três ou mais intendentes navais para o Curso Superior de Intendência, após tratativas com o Comando da Marinha.

Dos anos de 1921 a 1927, foram matriculados e concluíram os cursos o pessoal abaixo:

ANO	CURSO DE INTENDÊNCIA		CURSO DE ADMINISTRAÇÃO		CURSO DE CONTADORES*	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída
1921	35**	35	30	30	–	–
1922	16	15	36	36	–	–
1923	7	–***	23	–***	50	49
1924	10	7***	13	22***	24	–
1925	–	9	–	13	25	24
1926	–	–	–	–	15	25
1927	7	–	8	–	22	15
SOMA	70	61	110	101	136	113

Quadro 2 – * Criado em 1923; ** dois alunos eram da Marinha e três funcionários do Ministério da Guerra, como ouvintes; *** O curso foi estendido para dois anos.

Para o concurso de 1928, houve a inscrição de 212 sargentos para 50 vagas a serem ofertadas pelo curso. No exame de seleção, constavam questões de português, matemática, história do Brasil, química e física. No relatório de 1927, o coronel Freire Esteves reclamou da fraqueza intelectual das turmas, embora confessasse ser impossível aos sargentos adquirirem os conhecimentos necessários fora da Escola, por excesso de serviço, os baldos recursos e o tempo dispendido com cuidados com a família. Após a Revolução de 1930, aos tenentes comissionados (antigos sargentos) foi dada autorização para cursarem a Escola, se cumprissem os requisitos para a matrícula²⁴.

A turma do Curso de Administração de 1941 era composta por 100 sargentos e todos atingiram os postos de oficiais superiores ou generais. Alguns deles, posteriormente, como o tenente Pefani Daroz, foram voluntários ou convocados para servir na Força Expedicionária Brasileira, na Itália.

Conclusões

A priori, como conclusão, pensamos nas dificuldades em levantar dados sobre algumas escolas do Exército. Sobre as de intendência, infelizmente, nenhum ex-aluno deixou memórias ou livros, como ocorreu com a de Realengo. A busca sobre a história dessas Organizações deve ser feita nos documentos primários recolhidos ao

Arquivo Histórico do Exército, que, a despeito de todos os óbices, mantém vasto acervo disponível para consulta.

Como segundo ponto, nossa pretensão era preencher uma lacuna. As Escolas de Intendência desse período são totalmente desconhecidas do público interno da Força, sobretudo dos integrantes do serviço de intendência e dos pesquisadores em geral. Uma pesquisa sobre um estabelecimento de ensino militar, ainda que limitada, desvela um mundo interessante à história: influências estrangeiras (francesas e norte-americanas), ascensão social das praças e estratégias de carreira de oficiais, integrantes da escola, exclusão de elementos “indesejáveis”, currículos, a disciplina militar, a interação com os civis, entre outras possibilidades.

Por fim, serve ao Exército por resgatar a história de uma importante escola formadora de diversos militares da década de 1920 à de 1940, que influenciaram, pelo menos até 1970, o serviço de intendência do Exército²⁵ e tiveram papel relevante na Força Expedicionária Brasileira, integrando o serviço de intendência durante a Segunda Guerra Mundial (todo o quadro de oficiais de intendência da FEB foi formado na Escola). Esse serviço e sua Companhia de Intendência, órgão executor, foram os responsáveis por suprir, alimentar, transportar e equipar os 25.000 gloriosos pracinhas daquela Divisão Expedicionária. 

Referências

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). **Militares e Política**, nº 5 (jul-dez 2009), pp. 65-81.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Boletins da Escola de Intendência do Exército (1921-1946).

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Leis do Brasil (1921-1946).

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Relatório do Ministro da Guerra. 1921-1946.

BASTOS FILHO, Jayme A. **Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Volume I. Brasília: Tese de Doutorado em História para a obtenção do título de Doutor em História Social da Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2009.

BIOSCA, Fernando Lavaquial. A nova Intendência. **A Defesa Nacional**, nº 424, set 1949, Ano XXXVI, pp. 81-84.

CAMOLEZE, Edino. **História da Veterinária do Exército**. Compilação Histórica. Rio de Janeiro: s ed., 1996.

CASTRO, Celso; Izecksohn, Vitor e Kraay, Hendrik (Orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004.

DIRETORIA GERAL DE INTENDÊNCIA. **Revista de Intendência do Exército Brasileiro**. Ano XL, nº 150, nov/dez 1966 (Especial 46º Aniversário do Serviço de Intendência).

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **Sou o hoje, o amanhã: a Intendência da FAB e o seu Patrono**. Rio de Janeiro: INCAER, 2015.

LOPES, E.I.D.P.B. **A Escola de Intendência: Um resgate do papel da Missão Militar Francesa na reorganização da Intendência do Exército Brasileiro**, Revista do Exército Brasileiro, V. 155, nº 2, 2019, BIBLIEx.

MALAN, Alfredo S. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2018.

MCCANN, Frank. D. **Soldados da Pátria**. História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jheovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

NETO, Manuel Domingues. Influência estrangeira e lutas internas no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Org). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, sd.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Renovação e revoltas: a Escola Militar do Realengo entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930. **Revista Territórios e Fronteiras**, vol 2, nº 2 – jul/dez 2009.

TREVISAN, Leonardo N. **Obsessões Patrióticas**. Origens e Projeto de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.

Notas

- ¹ Dizia Plutarco, em seus Preceitos de Política, que “Metíoco comandava o Exército, inspecionava as estradas; preparava o pão para tropa, preparava o alimento para os soldados, comia e fazia tudo e Metíoco, finalmente, se arrependeu”. É uma alusão crítica ao militar que centraliza todas as tarefas em suas mãos, perdendo-se nas tramas burocráticas da caserna.
- ² Sobre a Escola de Veterinária, há o excelente estudo *História da Veterinária do Exército*, do coronel médico veterinário Edino Camoleze.
- ³ O marechal Bitencourt, atual patrono do serviço de intendência, foi o organizador da logística para a 4ª Expedição, que culminou na derrota definitiva de Canudos.
- ⁴ Sobre a Missão Militar Francesa (MMF), recomendamos as leituras dos livros do coronel Jeovah Mota; do general Alfredo S. Malan e do coronel Bastos Filho, da tese de Adriana Iop Bellintani e dos artigos de Rodrigo Nabuco de Araújo e Manoel Domingues Neto.
- ⁵ Desde 1945, já começara o 1º ano do Curso de Intendência na Escola de Resende, conforme o Decreto nº 17.728, de 2 de fevereiro de 1945, embora a formação das turmas de 1944 ainda permanecesse na Escola de Intendência, no Rio de Janeiro.
- ⁶ Posteriormente promovido a general, o intendente de 1ª classe Buchalet era o primeiro da turma da Escola Superior de Intendência. Bacharel em Direito pela Universidade de Paris, foi intendente da Divisão Langson (Tonkin), depois no Senegal, Sudão, Madagascar e na África Ocidental Francesa. Começou a guerra no Corpo de Exército Colonial, sendo depois intendente da 152ª Divisão de Infantaria. No fim da guerra, presidiu, na África Ocidental, a Comissão de Abastecimento e Requisições. Constava onze campanhas de guerra antes de vir ao Brasil e era condecorado com a Cruz da Legião de Honra, diversas medalhas coloniais e Humanitária de 1ª Classe, conforme Bastos Filho, *A Missão Militar Francesa no Brasil*, p. 126.
- ⁷ Relatório do Ministro da Guerra de 1938, pp. 89 e 90.
- ⁸ Boletim Interno da EIE nº 64, de 5 de maio de 1939, p. 175.
- ⁹ Boletim Interno da EIE nº 175, de 13 de agosto de 1943, p. 285.
- ¹⁰ Apesar da subjetividade, essa avaliação deveria ser feita com base nos assentamentos militares do candidato.
- ¹¹ A imposição desse Programa gerou atritos entre o Gabinete do Ministro e o pessoal da MMF na Escola por contrariar o Regulamento de 1924.
- ¹² Em 1942, aumentou para 30 anos. Boletim do Exército nº 49, de 4 de novembro de 1939, p. 3719.
- ¹³ Os controles disciplinares foram acentuados com muitas punições por atos banais, tais como: falta de continências, não cessão de lugar em transporte público a superior hierárquico e expulsões por faltas mais graves como endividamento e frequência a lugares inapropriados, como meretrícios.
- ¹⁴ BIOSCA, Fernando L. A nova Intendência. *A Defesa Nacional*. set 1948, ano XXXVI pp. 81-84.
- ¹⁵ Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. *Sou o hoje, o amanhã: a Intendência da FAB e o seu Patrono*. Rio de Janeiro: INCAER, 2015.
- ¹⁶ O comandante Marliangeas e o capitão Dieulouard eram os responsáveis técnicos (Diretores de Ensino) pela Escola de Veterinária do Exército.
- ¹⁷ Ao longo do ano, o efetivo foi aumentado.
- ¹⁸ Por exemplo, um companheiro de turma de infantaria, mais antigo em 1921, o capitão Propércio de Castro e Silva, era major em 1925, quando Freire Esteves já ascendera a coronel do Quadro de Intendentes em 1923.

- ¹⁹ Em julho de 1921, todos foram transferidos para o Quadro de Intendentes.
- ²⁰ Antigo 2º sargento com o Curso de Aperfeiçoamento da Instrução de Infantaria, de 1917, promovido a 2º tenente intendente em 1920.
- ²¹ Antigo 3º sargento com o Curso de Aperfeiçoamento da Instrução de Infantaria, de 1917, promovido a 2º tenente intendente em 1920.
- ²² Sargento com o Curso de Aperfeiçoamento da Instrução de Infantaria, de 1917.
- ²³ Sargento com o Curso de Aperfeiçoamento da Instrução de Infantaria, de 1917.
- ²⁴ Instruções Complementares ao Decreto nº 19.752, de 17 de março de 1931.
- ²⁵ O general José Jacintho de Camerino, Diretor de Intendência em 1966, era antigo sargento de infantaria que fizera o Curso de Administração da Escola em 1927 e 1928.

Turismo militar na Baía de Guanabara: uso do patrimônio histórico e cultural militar existente no seu entorno

*Antonio Ferreira Sobrinho**

Introdução

Este artigo tem o objetivo de levantar as possibilidades de desenvolvimento do turismo militar, usando o patrimônio histórico e cultural militar, existente no entorno da Baía de Guanabara, como atrativo nos roteiros turísticos das cidades do Rio de Janeiro – RJ e Niterói – RJ, particularmente aqueles que possam ocorrer por via marítima. Para tanto, o texto foi organizado por meio de uma sequência em que se problematizam as questões relativas ao patrimônio histórico e cultural militar, sobre o turismo militar e a sua importância para a valorização da cultura brasileira. Fundamentado em uma abordagem interdisciplinar, o presente trabalho foi construído metodologicamente mediante análise documental, a fim de auxiliar a compreensão do contexto histórico de cada atrativo turístico e, dessa forma, ressaltar sua importância. Do mesmo modo, o trabalho de campo realizado norteou e demonstrou a viabilidade da tratativa. Outra técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que contribuiu na delimitação e construção do tema abordado.

O artigo foi organizado em três seções, de maneira a contemplar a temática em pauta. Inicia com os conceitos que balizam o trabalho, para então levantar e analisar os monumentos, fortificações e instalações militares existentes às margens da Baía de Guanabara, que, pelas suas condições físicas e importância histórica, possam vir a se constituir em atrativos turísticos, bem como a sua infraestrutura náutica de atracação, para, enfim, com base na análise realizada, confirmar a validade da proposta de uso desse patrimônio, nos roteiros turísticos náuticos das cidades do Rio de Janeiro – RJ e Niterói – RJ.

Referencial teórico

A ideia de patrimônio histórico advém dos anos de 1930, quando foi criado, pelo governo Vargas, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), institucionalizando a preservação do patrimônio histórico e cultural do país, assumindo a tarefa de proteger, mas também identificar, selecionar, conservar e restaurar os bens culturais de natureza material (PEREIRA, 2012).

* Cel Art R/1 (AMAN/1971; EsAO/1982; ECEME/1986). Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2008); Membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Em 1938, apenas um ano após a criação do SPHAN, diversos fortes de arquitetura militar foram tombados. Castro, ao estudar as fortificações, afirmou que, logo nos primeiros anos de atuação, o SPHAN tombou

“vinte e quatro fortificações com o objetivo de preservar os monumentos de maior valor social, protegendo-os por lei contra a destruição ou adulteração” (CASTRO, 2013, p. 14).

Ainda para o autor, os fortes possuíam valor simbólico e não mercadológico, e a decisão dos funcionários do SPHAN daquela época, de tomar os fortes, foi sábia:

“uma visão que, se fosse encarada de forma pragmática e meramente utilitária, implicaria o desprezo dessas construções, que não tinham um uso concreto” (CASTRO, 2013, p. 15).

Na perspectiva de se dar outra funcionalidade para o espaço, é perfeitamente compatível o seu uso a partir da ótica do chamado “turismo militar”, uma das segmentações da atividade turística.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) adotou a seguinte definição para o turismo:

[...] O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38) – (<http://www.world-tourism.org>. Acesso em: 3 maio 2020).

Segundo Ignarra (2007), os atrativos estão relacionados com as motivações de viagem dos turistas e a avaliação que fazem desses elementos. Nesse sentido, verifica-se que o turismo militar está intimamente ligado ao turismo histórico-cultural, compreendido como [...] aquele que se

pratica para satisfazer o desejo de emoções artísticas e informação cultural, visando à visitação a monumentos históricos, obras de arte, relíquias, antiguidades, concertos, musicais, museus, pinacotecas [...] (MT, 2006, p. 5).

O turismo militar já vem sendo estudado, há algum tempo, no Brasil e no exterior, destacando-se, particularmente, em Portugal, de onde vem o conceito que melhor o define:

O Turismo Militar, enquadrado no Turismo Cultural, reúne todas as condições para ser considerado como uma acção de apropriação de recursos turísticos, nomeadamente de índole histórica e militar, que após um processo de transformação destes em atractivos é apresentado sob diferentes formas de atracção a um público-alvo indiferenciado, tendo em consideração a variedade de possibilidades inerentes ao conceito (COELHO, 2011, p. 24).

O turismo militar gera uma série de “produtos” que se relacionam, não apenas com os objetivos das forças militares, como também com todo o processo que envolve o ordenamento turístico e a receita gerada a partir dele. Coelho, ao pesquisar o potencial do turismo militar, notadamente das fortificações, em Portugal, lhe atribui como produção:

- **Atividades Didáticas e Pedagógicas:** as atividades didáticas e pedagógicas assumem-se como uma componente de vital importância para o seu desenvolvimento. Conhecer melhor o Turismo Militar é conhecer também uma faceta da história e cultura, tendo em consideração o fato de o Turismo Militar abordar um vasto espólio de patrimônio.
- **Eventos:** os eventos nele baseados reforçam turisticamente o território. O cruzamento entre o patrimônio civil e o patrimônio militar é inspirador.
- **Animação:** a utilização da animação como recurso de desenvolvimento da imagem local e

de entretenimento geral é uma opção viável e exequível. Tendo em consideração o elevado índice de associações culturais e recreativas, independentemente do seu objeto social, existentes ao longo do país, assim como grupos mais específicos, tais como empresas e associações vocacionadas para a recriação histórica, a animação e a recriação histórica são linhas relevantes.

– **Visitação:** a integração da componente do Turismo Militar num destino turístico é de um ponto de vista de segmentação desse destino, uma forma lógica de integrar um novo atrativo no produto turístico pré-existente, contribuindo para a sua diversidade concentrada. O “espírito do lugar” do território marca a paisagem militar como uma linha que importa reconhecer no contexto da realidade cultural nacional (COELHO, 2011, p. 27).

A partir das duas vertentes de análise – patrimônio histórico e cultural militar e turismo militar – tentar-se-á explicitar a viabilidade da proposição de um roteiro por via marítima, de visitação aos fortes e espaços históricos e culturais inseridos às margens da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, possibilitando a ampliação do seu potencial turístico, aproveitando-se de um local singular, de geografia única, facilitador para deslocamentos náuticos, e que reconta uma parte da história da formação do Brasil.

O turismo náutico na Baía de Guanabara

Postas essas reflexões teóricas em torno da temática em estudo, o próximo passo para o entendimento dessa proposta é uma ambientação no *locus* das atividades turísticas a serem sugeridas. A Baía de Guanabara (**Figura 1**): segunda maior baía do litoral brasileiro, possui uma área de cerca de 380km², englobando praticamente toda a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (INEA, s/d). Ao longo do seu contorno,

estendem-se belezas naturais de formações únicas, assim como construções de estruturas com finalidades diversas: habitacionais, defensivas e administrativas do Estado Brasileiro. A barra ou entrada da Baía de Guanabara mede aproximadamente 1.500 metros, tendo, de um lado, o Morro Cara de Cão, local de fundação da cidade do Rio de Janeiro, que abriga a Fortaleza de São João, e, do outro lado, a cidade de Niterói, onde está situada a Fortaleza de Santa Cruz da Barra (INEA, s/d). Essas duas fortificações estão incluídas no conjunto de outras dezenove, distribuídas pelo território nacional, para serem reconhecidas pela UNESCO em 2022, como Patrimônio da Humanidade.

A singularidade do seu relevo vai influir diretamente na arquitetura militar do sistema de fortificações que foi construído no seu entorno marítimo. Caracteriza-se justamente por seu caráter dinâmico, constituindo-se em um sistema defensivo/articulado/aberto, solução de grande complexidade, tendo em vista que, ao contrário dos exemplos europeus, as cidades do Rio e Niterói nunca foram dotadas de muralhas fechadas.

Essas características geográficas e de possibilidades de defesa exigiriam, em diferentes momentos históricos, uma acurada atenção para a localização e função de cada forte ou fortaleza, de modo que cada qual, a despeito do seu papel, funcionasse de modo integrado ao sistema defensivo da Baía de Guanabara, legando à posteridade, na sua orla, um verdadeiro colar de fortificações, que favorece e facilita o desenvolvimento de roteiros turísticos náuticos diversos em tempo e distância (SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 2).



Figura 1 – Baía de Guanabara com vista do Corcovado
Fonte: Disponível <https://www.queroviajarmais.com/pontos-turisticos-rio-de-janeiro/>

Embora possua essas características favoráveis, os atuais níveis de poluição da Baía de Guanabara apresentam considerável processo de degradação ambiental, prejudicando o aproveitamento turístico desse patrimônio. O lixo flutuante dificulta a navegação, causando atrito e reduzindo a velocidade dos barcos, além de causar acidentes.

Associar o turismo militar com a proposição de um roteiro náutico demandaria adequar a infraestrutura existente, a fim de proporcionar um programa histórico-cultural que possa transmitir aos visitantes, além da história militar presente naqueles espaços, noções de arquitetura militar, preservação ambiental e conscientização social, com as possibilidades geradas de abertura de novas vagas de emprego, que beneficiariam a população local.

Para isso, é importante compreender os aspectos conceituais e legais do que o Ministério do Turismo (MT) considera como turismo náutico (Figura 2):

[...] este segmento caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística, se diferenciando

dos outros segmentos na medida em que o seu principal elemento caracterizador é um equipamento náutico, agregando-se a este o patrimônio cultural e natural como fonte para a formatação de produtos turísticos singulares. [...] Cartilha do Turismo Náutico. 3ª Edição. Brasília: (MT, 2010).



Figura 2 – Saveiro – A embarcação mais utilizada nos passeios realizados na Baía da Guanabara
Fonte: Disponível em <http://saveiros.com.br/tour-pela-baia-de-guanabara/>

Como modelo dessa atividade turística na sua prática, estudou-se o funcionamento do PASSEIO MARÍTIMO (Figura 3) realizado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), a partir do Espaço Cultural da Marinha (ECM), localizado no *Boulevard Olímpico* (centro da cidade do Rio de Janeiro), próximo à Pira Olímpica, local de venda dos ingressos e do embarque. No decorrer do passeio, o visitante observa os principais pontos naturais e históricos da cidade maravilhosa, sem a possibilidade de visitá-los, enquanto uma guia de turismo apresenta as curiosidades e histórias, interagindo, a todo momento, com os turistas.

Os passeios ocorrem de quinta a domingo e nos dias de feriados, nos horários de 13h15min e 15h e tem a duração de 1h20min, aproximadamente. São realizados pelo Reboador Laurindo Pitta (90 lugares), nas quintas/sextas-feiras, e pelo saveiro Rei Thomas (130

lugares), sábados e domingos, contando, ainda, com a escuna Nogueira da Gama (70 lugares).



Figura 3 – Roteiro de turismo náutico da Marinha do Brasil pela Baía de Guanabara
 Fonte: Disponível em <https://www.marinha.mil.br/dphdm/passeio-maritimo-informacoes>

Diversas empresas de turismo náutico atuam na cidade, oferecendo verdadeiros *City Tours* diários pelo mar, cheios de histórias e lindas paisagens naturais. O roteiro utilizado (**Figura 4**), em média, é um pouco mais abrangente e de maior duração (2h) do que aquele apresentado pela Marinha (saída/chegada na Marina da Glória – 09h30min/1h30min).

No âmbito do Exército Brasileiro, essa temática está afeta à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), que, desde 2010, já trabalhava o assunto por meio da sua Seção de Patrimônio e Projetos Culturais. Naquela oportunidade, elaborou um plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía da Guanabara (SANTOS JÚNIOR, 2010), com o objetivo de viabilizá-lo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferecia financiamentos públicos para projetos de uso turístico de patrimônios culturais, os quais contemplavam os fortes. Esse projeto, no entanto, não foi executado, devido ao banco não ter feito os aportes dos recursos propostos (SANTOS JÚNIOR, 2010).

Posteriormente, em 2011, a Baía de Guanabara foi objeto de um outro plano de desenvolvimento de turismo náutico, dessa vez oriundo dos Ministérios das Cidades e do Turismo para a prefeitura do Rio. O projeto foi desenvolvido pela Diretoria de Planejamento e Projetos Urbanos do Instituto Niemeyer, não tendo



Figura 4 – Roteiro de turismo náutico pela Baía de Guanabara
 Fonte: Disponível em <http://www.riodejaneiroaqui.com>

sido executado (Jornal *O Fluminense*, 20 jul 2019, Niterói – RJ). Em 2019, novamente, o mesmo plano foi apresentado para investidores do setor náutico com interesse em pôr em prática as ideias nele contidas:

[...] O objetivo do plano foi identificar onde tinham atracadouros e nesses locais, num raio de 500 a 1.000 metros, indicar os pontos de atrativos turísticos para que nós pudéssemos de alguma forma potencializar as atividades turísticas da Baía de Guanabara [...] (*Revista Náutica*, Edição 346, 2019)

O plano previa a implantação de roteiros por meio de embarcações, que percorressem trajetos pré-determinados com embarque e desembarque de turistas nos atracadouros existentes nos atrativos, ao longo do circuito. O tempo de viagem seria de aproximadamente 180 minutos e seriam necessárias, no mínimo, duas embarcações no atendimento da rota, com intervalamento (tempo de espera máximo) de 50 minutos

(VOGEL, Denise. Plano de Desenvolvimento do Turismo Náutico BG/2010. RJ, 2011).

As pesquisas de campo aqui realizadas, com base nos estudos e propostas, até então apresentadas, buscou levantar, identificar e ordenar os monumentos, fortificações e instalações militares existentes às margens da Baía de Guanabara, que, pela sua importância histórica, pudessem vir a se constituir em atrativos turísticos, utilizando-a ao máximo, na sua porção marítima, insular e costeira.

Um outro objetivo importante dessa pesquisa foi verificar as condições físicas e estruturais desse patrimônio, no tocante à existência de pontos de atracação próprios ou nas suas proximidades, se já desenvolviam alguma atividade de visitação turística e se a estrutura física e de pessoal existente permitiria a sua inserção na atividade turística a ser proposta. Os resultados desse levantamento estão expostos a seguir, em forma de quadros, e do detalhamento histórico e cultural de cada atrativo:

Quadro 1: Patrimônio histórico jurisdicionado ao Exército Brasileiro

TIPO	NOME	LOCAL	ATRACADOURO
Museu/Forte	Museu Histórico do Exército/ Forte de Copacabana	Rio de Janeiro	Sim
Fortaleza	São João		Não (usa o atracadouro do Forte de Copacabana)
Forte	Duque de Caxias ou Forte do Leme		Não (só contemplação) Ilha da Lage
	Almirante Tamandaré (*)	Niterói	Não (usa o atracadouro da Estação das Barcas de Niterói)
	Gragoatá (*)		Não (usa o atracadouro da Fortaleza de Santa Cruz)
	Rio Branco		Sim
	Imbuí		Não (usa o atracadouro da Fortaleza de Santa Cruz)
	São Luiz		
Pico			

Fortaleza	Santa Cruz da Conceição (*)	Rio de Janeiro	Não (usa o atracadouro da Estação das Barcas do Rio – Praça XV)
Centro de Memória	(*) Asilo dos Inválidos da Pátria (Ilha de Bom Jesus)		Sim
Monumento	Monumento Nacional aos Mortos da 2ª GM		

Fonte: Inventário realizado pelo autor, 2019

Observação: (*) As instalações assinaladas apresentam necessidades de infraestrutura turística para recepcionar os visitantes (sanitários, bebedouros, telefones públicos, lanchonetes, áreas de descanso, lojas de souvenirs, melhoria dos acessos, segurança, sinalização e divulgação).

Complexo de Fortes de Niterói (Figura 5)

Localizados no município de Niterói – RJ, os Fortes Imbuí, São Luiz, Rio Branco, Pico, Graçatá e a Fortaleza de Santa Cruz foram construídos entre 1582 e 1918, com o objetivo de complementar o colar de fortificações integrante do sistema defensivo da Baía de Guanabara. O título de Patrimônio Mundial, concedido ao Rio pela UNESCO em 2016, contou com as suas preciosas colaborações, compondo as eleitas “paisagens cariocas entre a montanha e o mar”.



Figura 5 – Complexo de Fortes de Niterói
Fonte: Acervo do autor

Fortaleza de Santa Cruz da Barra (Figura 6)

Em 1555, Villegaignon improvisou uma fortificação para a defesa da entrada da Baía de

Guanabara, no contexto da invasão francesa à cidade do Rio de Janeiro (1555 a 1567). A posição foi efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1584, quando foi erguida uma bateria, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia, com o nome de Bateria N. Sra. da Guia, origem da Fortaleza de Santa Cruz da Barra.

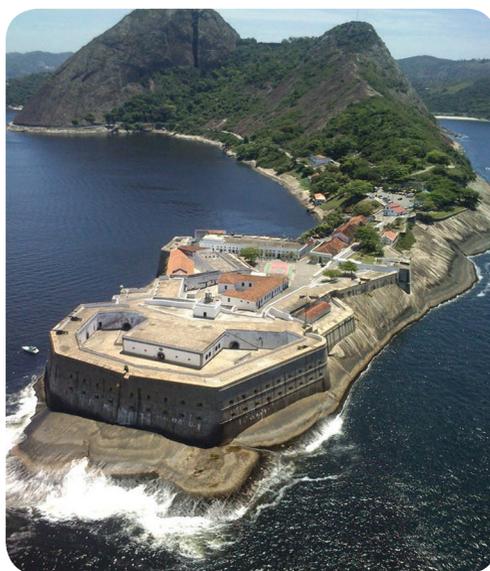


Figura 6 – Fortaleza de Santa Cruz
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_de_Santa_Cruz_da_Barra#/media/Ficheiro:Fortaleza_de_santa_cruz.jpg

Com uma área construída de 7.153m², passou por reformas e teve seu poder de fogo

ampliado por ordem do vice-rei Conde de Cunha (1765), visando a proteger o embarque de ouro de Minas Gerais, feito no porto do Rio de Janeiro. A fortaleza de Santa Cruz da Barra participou de momentos importantes de nossa história, impedindo invasões francesas e holandesas. Utilizada como presídio, recebeu figuras ilustres, como José Bonifácio, Bento Gonçalves e Euclides da Cunha. Durante a Revolta da Armada, lutou contra o Forte de Villegaignon. Em 1922, na Revolta Tenentista, disparou contra o Forte de Copacabana. Seu último disparo, contra o cruzador Tamandaré, foi dado em 1955. (Disponível em <http://www.funceb.org.br/espacoCultural.asp?materia=265>. Acesso em: 18 maio 2020).

Atualmente, existe um grande interesse na visitação da Fortaleza de Santa Cruz (60.000 visitantes/ano, conforme controle da Sec Com Soc da AD/1), cujo acesso se dá por terra de forma bastante dificultada pelas ruas estreitas do bairro de Juru-juba, em Niterói, constando no roteiro turístico da cidade, como seu 2º ponto mais visitado (Figura 7).

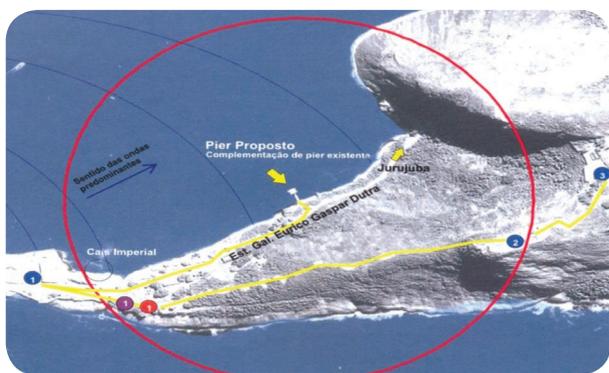


Figura 7 – Roteiro da Fortaleza de Santa Cruz

Fonte: Acervo do autor

Legenda: (1) Fortaleza de Santa Cruz (2) Capela de Santa Bárbara (3) Restaurante Zéfiro (4) Forte do Pico e (5) Forte São Luiz

As instalações de apoio turístico já existentes no local permitem atender o público visitante com venda de ingressos, uso de sanitários e restaurantes

(Restaurante Zéfiro). O aproveitamento da estrutura de atracadouros, que existe junto ao seu costão rochoso (Figuras 8 e 9), é uma solução excelente para o acesso aos Fortes Rio Branco, São Luiz e do Pico, além de ser uma alternativa para o Forte do Imbuí. Essa estrutura foi testada e aprovada pelas embarcações de empresas de turismo da região, em viagens experimentais.

O seu uso criará um destino de excepcional potencial turístico para o Rio de Janeiro e para o Brasil, gerando, em consequência da sua viabilização, a permanência de um ou mais dias do turista nacional e internacional nas cidades do Rio e Niterói.



Figura 8 – Atracadouro da Fortaleza de Santa Cruz (Cais José Dias)

Fonte: Acervo do autor



Figura 9 – Atracadouro da Fortaleza de Santa Cruz (Cais Imperial)

Fonte: https://www.google.com.br/search?xsrf=ALeKk03cSfv0-ijklUKTK3zwKhE5wBCW8g%3A1590965403765&lei=mzTU XtaELofC5OUP7_WRmAk&q=fotos%20fortaleza%20de%20santa%20cr

No Plano de Desenvolvimento de Turismo Náutico: BG/2010, aparece como solução a ser adotada para melhorar as condições de conforto e segurança para os visitantes no seu embarque e desembarque, em atracadouros desse tipo, a implantação de uma plataforma elevadiça (**Figura 10**), que permitiria vencer as oscilações de maré com segurança e aumentar a capacidade de receber embarcações de pequeno e médio porte. Em função das características locais mais desabrigadas e distantes das áreas edificadas, o referido plano prevê, também, que seja oferecida espera coberta (**Figura 11**) entre o cais e a plataforma.

Fortaleza São João da Barra do Rio de Janeiro (Figura 12)

Conhecida como Fortaleza de São João ou Forte São João, localiza-se no lado ocidental da barra da Baía de Guanabara, na várzea entre o sopé dos morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. A primitiva Fortaleza de São João foi erguida por Estácio de Sá, por ocasião da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565.

Ampliada e reformada ao longo do tempo, entrou em serviço em 1618 e é constituída por quatro redutos: São José, São Martinho, São Teodósio e São Diogo. Desarmada durante a Regência, foi, por ordem de D. Pedro II, inteiramente reformada em 1872. Participou de importantes episódios da história do país, guarnecendo vários Grupos de Artilharia de Costa até 1991 (Disponível em <http://www.funceb.org.br/espacoCultural.asp?materia=260>. Acesso em: 18 maio 2020).

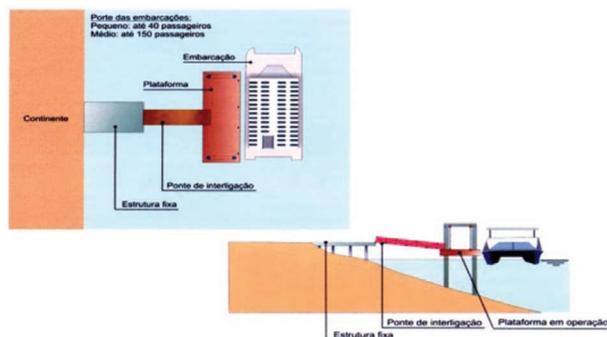


Figura 10 – Plataforma elevadiça

Fonte: Plano de Desenvolvimento de Turismo Náutico BG/2010



Figura 11 – Espera coberta

Fonte: Plano de Desenvolvimento de Turismo Náutico (BG/2010)



Figura 12 – Fortaleza de São João

Fonte: Disponível em <http://www.wikimapia.org>

Nessa fortaleza funcionam, atualmente, o Centro de Capacitação Física do Exército e a Escola Superior de Guerra (Avenida João Luiz Alves, s/nº, Urca, Rio de Janeiro). A fortificação recebe cerca de 5.000 visitantes por ano no seu roteiro turístico (**Figura 13**), conforme o controle

do Centro de Capacitação Física do Exército (CC-FEx). Embora exista facilidade de acesso terrestre, a visitação a partir da via náutica otimizaria o fluxo turístico por meio das embarcações oriundas da Marina da Glória com destino à Fortaleza de Santa Cruz ou aos Fortes de Copacabana e Duque de Caxias.



Figura 13 – Roteiro turístico da fortaleza
Fonte: Acervo do autor

A atracação poderia ser realizada em um cais existente, conhecido como “Maruja”, localizado na porção noroeste do forte ou adaptando um cais adjacente, situado junto à entrada da fortaleza (Figura 14).



Figura 14 – Cais situado junto à entrada da Fortaleza de São João
Fonte: <https://rioinformal.com/eventos/visite-a-fortaleza-de-sao-joao-na-urca/>

Forte de Copacabana (Figura 15)

O projeto para construção de uma fortificação na ponta da Igrejinha (Igreja de Nossa Senhora de Copacabana), remonta à época da transferência da capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), mas só sai do papel a partir de 1808, quando D. João VI determinou para o local o projeto de um novo forte, que somente vai ser artilhado em 1823, na conjuntura da Guerra da Independência, quando se receava um ataque da Armada Portuguesa à capital da nação recém-emancipada. Posteriormente, à época do Período Regencial, juntamente com as demais fortificações do país, foi desarmado em 1834 (resiscomsex.eb.mil.br).



Figura 15 – Forte de Copacabana
Fonte: <https://resiscomsex.eb.mil.br/web/resiscomsex/cml/>

No período republicano, quando da Revolta da Armada, a antiga posição voltou a ser artilhada em 1893. A fortificação definitiva, atual, só viria a se materializar, em 1908, quando se iniciou a sua construção, sendo inaugurada como Forte de Copacabana em 28 de setembro de 1914, pelo então presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (resiscomsex.eb.mil.br).

Atualmente sedia o Museu Histórico do Exército, despertando grande interesse na visita-ção das suas instalações, não só por ter sido palco de acontecimentos importantes da História do Brasil, mas, também, pelas atividades sociocultu-rais lá empreendidas.

Possui uma completa estrutura para a re-cepção dos visitantes, oferecendo lojas de *souve-nirs*/restaurante/cafeteria, salões para aluguel de eventos culturais e exposições temporárias, au-ditório, biblioteca, estacionamento e bilheteria. O Forte de Copacabana recebe mais de 400.000 visitantes/ano, sendo considerado o 3º ponto tu-rístico mais visitado do Rio de Janeiro (Sec Com Soc/MHEX/FC-2019).

A solução para atracação dos visitantes que lá chegarão e que, também, terão acesso ao Forte Duque de Caxias, no Leme, passa pela implanta-ção de uma plataforma elevadiça interligada ao cais já existente (**Figura 16**), no Grupamento Marítimo/Corpo de Bombeiros (GMAR), localizado no final da Praia (Posto 6), em área de Marinha, contígua ao Club Marimbás e ao Forte de Copacabana.



Figura 16 – Cais do Corpo de Bombeiros (GMAR)
Fonte: Acervo do autor

Igreja de Bom Jesus da Coluna/Asilo dos Inválidos da Pátria (Figura 17)

A Igreja do Bom Jesus da Coluna é a úni-ca edificação que restou do convento franciscano erguido na ilha de mesmo nome, às margens da Baía de Guanabara, nos primeiros anos do sé-culo XVIII. Há relatos afirmando que a capela teve grande prestígio na época de Dom João VI, devoto de São Francisco de Assis. Consta que, no local, foi realizado um banquete para festejar o nascimento de D. Maria da Glória, sua neta.



Figura 17 – Igreja de Bom Jesus da Coluna/Ilha de Bom Jesus

Fonte: www.suburbiosdorio.blogspot.com

No século XIX, a ilha foi desapropriada pelo Ministério da Guerra, que utilizou o con-vento, no período de 1823 a 1850, para isolamento dos portadores de diversas moléstias (lepra, febres e cólera). A partir de 1868, construíram-se outras

instalações, que passaram a servir de Asilo aos Inválidos da Pátria (AIP), oriundos da Guerra do Paraguai, Canudos e do Contestado (portal.iphan.gov.br). Esse valioso patrimônio histórico necessita ser conhecido, com vistas ao seu melhor aproveitamento, por parte do Exército e da sociedade brasileira, em atividades turísticas e culturais.

Nesse contexto, justifica-se plenamente a restauração do cais (Figura 18) já existente junto ao AIP (construído no século XIX, a mando da Princesa Isabel), de modo a viabilizar o acesso de roteiros turísticos, a partir de um dos circuitos a serem implantados na Baía de Guanabara.

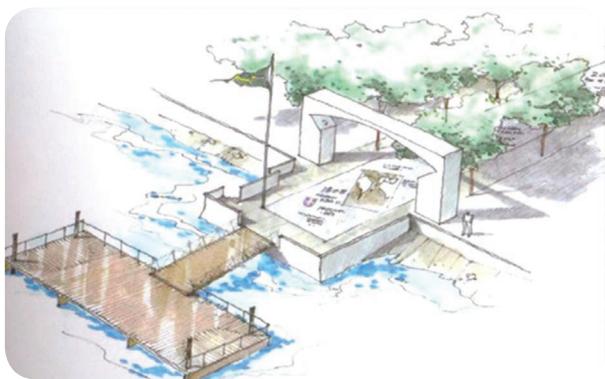


Figura 18 – Cais flutuante da Ilha de Bom Jesus
Fonte: Acervo do autor

Monumento Nacional aos Mortos da 2ª Guerra Mundial (Figura 19)

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM), conhecido como “Monumento aos Pracinhas”, foi idealizado pelo marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com o objetivo de homenagear

e trazer de volta à Pátria os restos mortais dos brasileiros mortos nos campos de batalha da Itália, enterrados no cemitério de Pistoia à época do conflito. Em dezembro de 1960, as 468 urnas com os despojos dos soldados brasileiros foram transladadas da Itália e entregues em solenidade militar, inaugurando o Monumento.

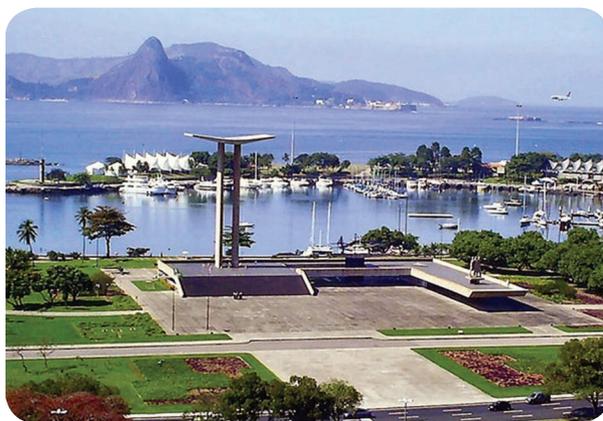


Figura 19 – Monumento Nacional aos Mortos da 2ª Guerra Mundial

Fonte: https://www.wikirio.com.br/Monumento_aos_Pracinhas

Localiza-se no Aterro do Flamengo, ao lado da Marina da Glória, local de partida dos passeios pela Baía de Guanabara, realizados pelas empresas do setor de Turismo Náutico do Rio. (https://www.wikirio.com.br/Monumento_aos_Pracinhas).

Por conta da sua justaposição à Marina da Glória e da existência de um cais em sua área, tem todas as condições de desempenhar o mesmo papel estratégico do Espaço Cultural da Marinha, no tocante ao embarque e desembarque dos turistas interessados em fazer os roteiros de turismo náutico a serem implantados, a partir do patrimônio militar existente no entorno da Baía de Guanabara.

Quadro 2: Situação do Patrimônio Histórico jurisdicionado à Marinha do Brasil

TIPO	NOME	LOCAL	ATRACADOURO
Museu	Espaço Cultural da Marinha	Rio de Janeiro	Sim
	Ilha Fiscal		Não (usa o atracadouro da Estação das Barcas ou o do Espaço Cultural da Marinha)
	Museu Naval		
	Forte São José (Ilha das Cobras)	Niterói	Sim
	Complexo Naval da Ponta da Armação		
	Museu da Imigração (Ilha das Flores)		

Fonte: Inventário realizado pelo autor, 2019

Espaço Cultural da Marinha (Figura 20)

O Espaço Cultural da Marinha, local de visitação e compra dos ingressos para a Ilha Fiscal e Passeio Marítimo, está passando por manutenção. O prédio museológico (**foto abaixo**) está fechado para obra de recuperação estrutural do píer. Como atrações culturais, tem: o submarino Riachuelo, o contratorpedeiro Bauru, o helicóptero *Sea King*, a Nau dos Descobrimentos e o carro de combate Cascavel. Do local, partem dois roteiros de turismo náutico, sendo um pela Baía de Guanabara e o outro para a Ilha Fiscal (<https://www.marinha.mil.br/dphdm/espaco-cultural-da-marinha>).



Figura 20 – Espaço Cultural da Marinha

Fonte: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/espaco-cultural-da-marinha>

Ilha Fiscal (Figura 21)

Transferida para a Marinha pelo Ministério da Fazenda, em 1913, a ilha é hoje parte do Complexo Cultural da DPHDM. Cenário do evento que ficou conhecido como “O último baile do Império”, realizado alguns dias antes da Proclamação da República, a Ilha Fiscal continua sendo um elo entre o presente e o passado. Décadas se passaram e o “Castelinho”, como é chamado por muitos, que testemunhou tantos fatos históricos, é, ainda hoje, uma das principais atrações turísticas do Rio (<https://www.marinha.mil.br/dphdm/ilha-fiscal>).



Figura 21 – Ilha Fiscal

Fonte: <https://www.viajenaviagem.com/2013/07/rio-5-passeios-para-combinar-com-o-mar/>

A Fortaleza de São José da Ilha das Cobras (Figura 22)

Foram construídas, na ilha, sucessivamente, três fortificações: Fortaleza de Santa Margarida, Forte Agostinho e Fortaleza Pau da Bandeira. Em 1761, o complexo recebeu o nome de Fortaleza de São José da Ilha das Cobras.

No contexto da conquista da Guiana Francesa pelas forças da Brigada Real da Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais, essa tropa foi aquartelada na Fortaleza em 21 de março de 1809, onde se encontra até os nossos dias (http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=301).



Figura 22 – Fortaleza de São José da Ilha das Cobras
Fonte: <http://www.patrimonio.org/wp-content/uploads/2017/05/Fortaleza-da-Ilha-das-Cobras-Imagem-Google-Street-View3-1.jpg>

O Museu Naval (Figura 23)

O museu está localizado em um prédio centenário no centro da cidade do Rio de Janeiro, junto ao píer de atracação da Estação das Barcas da Praça XV e do Espaço Cultural da Marinha. Possui, em seu acervo, modelos navais, obras de arte, canhões resgatados de navios naufragados, figuras de proa, medalhas e documentos históricos.

A exposição de longa duração “O Poder Naval na Formação do Brasil” ocupa sete salas do pavimento térreo do museu e destaca a importância do poder naval na história do País (marinha.mil.br/dphdm/museus/museu-naval).



Figura 23 – Museu Naval
Fonte: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/museus/museu-naval>

Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (Figura 24)

Sediado no Complexo Naval da Ilha das Flores (CNIF) e mantido por meio de um convênio entre a Marinha do Brasil e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores configura-se como um “museu a céu aberto”, cujo roteiro é mediado por estudantes de graduação em história da UERJ e orientado por totens espalhados ao longo da ilha. Além disso, esse espaço museológico possui, em sua sede administrativa, dois salões expositivos e um auditório, onde

atualmente encontra-se aberta a Exposição “Os moradores, suas fotos e suas memórias”, contando um pouco da história da primeira hospedaria de imigrantes criada pelo governo brasileiro, que funcionou entre 1883-1966 (https://www.marinha.mil.br/cgcfm/?q=centro_memoria_imigracao).

As visitas ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores são gratuitas, podendo ser realizadas às terças-feiras, quintas-feiras, sábados e domingos, mediante agendamento. Endereço: Avenida Paiva, s/nº, Ilha das Flores, Neves, São Gonçalo – RJ.



Figura 24 – Centro de Memória da Imigração/Cais da Ilha das Flores

Fonte: Acervo do autor

Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) – Complexo Naval da Ponta da Armação (Figura 25)

Construído entre os anos de 1644 e 1666, na Ponta da Armação, em Niterói, o edifício da Casa d’Armas da Ponta da Armação – de linhas austeras e nobres –, é um patrimônio histórico-naval brasileiro. Destinava-se a abrigar as atividades pioneiras de desenvolvimento tecnológico autóctone de sistemas de armas navais, para defesa dos interesses do País (<https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/96>).



Figura 25 – Casa d’Armas da Ponta da Armação

Fonte: <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/96>

Quadro 3: Situação do Patrimônio Histórico jurisdicionado à Aeronáutica			
TIPO	NOME	LOCAL	ATACADOURO
Museu	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER)	Rio de Janeiro	Sim

Fonte: Inventário realizado pelo autor, 2019

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (Figura 26)

O Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) está instalado no prédio onde funcionou a Estação de Passageiros de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont. O edifício foi construído pelo governo brasileiro, às margens da Baía de Guanabara e inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1938. Com o progresso da aviação e a obsolescência dos hidroaviões, substituídos por aviões mais modernos, o edifício ficou em desuso a partir de 1942.

Pela sua importância histórica e paisagística, o prédio foi tombado pelo IPHAN, em 29 de janeiro de 1957. Em 1986, passou a ser ocupado pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, tornando-se a sua sede definitiva: Praça Marechal Âncora, 15-A, centro, Rio de Janeiro (<https://www2.fab.mil.br/incaer/>).



Figuras 26 e 27 – Sede histórica e sede atual do INCAER
Fonte: <https://www2.fab.mil.br/incaer/>

Considerações finais

Do que foi apresentado, é possível concluir que o turismo militar na Baía de Guanabara tem possibilidades reais de ser realizado com sucesso, mediante utilização do patrimônio histórico-militar existente no seu entorno, potencializando a sua já inigualável vocação turística.

A Baía de Guanabara e seu entorno costeiro se revelaram, a partir do uso do legado/patrimônio militar como atrativo, o espaço geográfico propício para a configuração de um projeto de turismo militar, utilizando embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística, cujo desenvolvimento se dará à medida que se solucionem os pequenos problemas de revitalização dos seus pontos de atracação e de melhorias na infraestrutura de recepção e guia dos visitantes.

A existência de um patrimônio cultural de valor reconhecido mundialmente, como patrimônio da humanidade, aqui representado pelas fortificações militares da Baía de Guanabara, constitui um fator relevante de diferenciação para o turismo, justificando qualquer esforço público

ou privado para explorá-lo adequadamente.

A inovação dessa proposta reside em dar um destino à atividade turística náutica, hoje realizada na Baía de Guanabara, fortalecendo o viés histórico-cultural com a visita aos monumentos, fortificações e instalações militares integrantes dos roteiros, em vez da mera contemplação lúdica desse patrimônio.

Além da praia, sol e Carnaval, o visitante nacional e internacional terá ao seu dispor um produto diferenciado e completamente inovador, permanecendo aqui, por mais um ou dois dias além do previsto, só para sentir a [...] “ânسيا de experimentar o contato com a natureza, a tradição e o passado perdido” (TALAVERA, 2004, p. 154).

Por último, e complementando as conclusões acima referidas, salienta-se a necessidade de uma colaboração interdisciplinar e cooperação entre operadores culturais, institucionais e econômicos, na busca ao atendimento de políticas de comercialização desse produto turístico novo e promissor. 

Referências

Cartilha do Turismo Náutico: orientações básicas. 3ª Edição. Brasília: 2010.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. **Muralhas da memória:** fortificações, patrimônio e turismo cultural. Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Turismo em fortificações, v. 1, nº 1, pp. 08-22, out 2013.

COELHO, João Frederico Pinto. **Turismo Militar como segmento do Turismo Cultural:** Memória, Acervos, Expografias e Fruição Turística. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro. Portugal, 2011.

IGNARRA, L. **Fundamentos do Turismo.** 2ª ed. São Paulo: Editora Pioneira, 2007.

PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. Ramos (Orgs). **Patrimônio cultural:** políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

SANTOS JÚNIOR, José Cláudio dos. **Plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía de Guanabara.** UFSC, 2010.

SOARES, Inês V. Prado. **Direito ao patrimônio cultural brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

TALAVERA, A. O Rural como Produto Turístico: algo de novo brilha sob o Sol In: SERRANO, C.; BRUHNS, H.; LUCHIARI, M. (Orgs). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo.** São Paulo: Papyrus Editora: Campinas, 2004.

VOGEL, Denise. **Plano de Desenvolvimento do Turismo Náutico:** BG/2010. RJ, 2011.

Jornal *O Fluminense*, 20 jul 2019. Niterói – RJ.

Revista Náutica, Edição 346. **Onde Navegar,** O Roteiro do Leitor, 2017.

Revista Náutica, ago 2019. Rio de Janeiro – RJ (<https://www.nautica.com.br/baia-de-guanabara-turismo>). Acesso em: 17 nov 2019.

*Les dieux s'ent vont*¹: a Ilha do Bom Jesus e o Asilo de Inválidos da Pátria

Ana Beatriz Ramos de Souza*

Maristela da Silva Ferreira**

A Ilha do Bom Jesus, situada na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro e hoje incorporada à do Fundão, foi doada à congregação dos padres franciscanos, em 1704, sendo, por essa razão, também conhecida como Ilha dos Frades. O hospício e a Igreja de Bom Jesus tiveram suas obras iniciadas em 1705. Durante a permanência de Dom João VI no Brasil, o local foi muito prestigiado, tendo sido, inclusive, palco para a festa de São Francisco de Assis. Essa posição de destaque, entretanto, foi se perdendo, e acabou por entrar em declínio.

No período de 1823 a 1850, as dependências do convento foram utilizadas para isolamento dos portadores de diversas moléstias, tais como os lázaros e os doentes com vários tipos de febres e cólera.² Na ilha estaria uma das edificações mais interessantes para se compreender a dinâmica do processo relativo à construção da memória sobre a guerra contra a república do Paraguai – o Asilo de Inválidos da Pátria.

A construção de um Asilo que pudesse abrigar militares inválidos em combate já era

uma ideia presente mesmo antes da Guerra da Tríplice Aliança. A primeira iniciativa foi logo após a chegada da família real portuguesa ao Brasil. O Decreto de 24 de junho de 1810 (que fora ampliado um ano e meio depois com novas instruções) criou um corpo de inválidos para a guarda de presos, devendo ser respeitadas algumas exigências: ter servido por pelo menos 20 anos com boa conduta e não estar mais em condições de prestar seus serviços em um regimento, estando ainda eles submetidos às ordens do comandante do calabouço e do comandante dos guardas de polícia.³

Em 1815, por decreto, criou-se na Corte uma nova unidade denominada “corpo de veteranos”, substituindo o anterior “corpo de inválidos”. Os membros do corpo de veteranos recebiam soldo e possuíam farda, e nele poderiam ingressar oficiais, inferiores e soldados dos regimentos de infantaria e cavalaria, artilharia e do corpo da guarda real de polícia que não estivessem em condições de serem reformados por

* Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2020). Pesquisadora do Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEX) e Associada Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

** Ten Cel QCO – Letras/Inglês (EsFCEX/1992; EsAO/1999). Doutora em Estudos da Linguagem (PUC RIO/2010); Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2018) e Associada Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

tempo de serviço, mas que ainda fossem capazes de serviços menos ativos, podendo ser empregados em diferentes destacamentos em fortalezas e guarda de presos.⁴ O prédio, *a priori*, seria o criado pelo Conde dos Arcos em 1794 (na atual Rua dos Inválidos, Rio de Janeiro), e que fora incorporado aos próprios do governo por D. João VI no ano de 1816. Esse corpo foi extinto em 1831, pelo Decreto de nove de dezembro, e seu efetivo distribuído em outras unidades do exército.⁵

Foi somente em 1840 que se criou efetivamente, na Corte e em algumas Províncias, um asilo para praças de pré que estivessem em circunstâncias de serem reformadas. Nas instruções, o asilo deveria receber essas praças, que formariam esquadras ou companhias, sendo que os estabelecimentos seriam comandados por oficiais da reserva, que administrariam, imporiam disciplina militar e se responsabilizariam pela prática religiosa. Poderiam ainda ter alguma atividade de horta, ou outro serviço mecânico de que tivessem prática ou conhecessem, sempre em benefício do estabelecimento.⁶ Em 1841, pelo Decreto nº 244 de 30 de novembro, foi autorizada a criação de um asilo de inválidos nas imediações da Corte, podendo fazer parte dele os militares

[...] do exército que por ferimentos ou moléstias adquiridas em consequência dos trabalhos e fadigas do serviço se acharem inabilitados para continuar a servir e proverem por outros meios o seu necessário sustento.

Art. 3º Os oficiais que no mesmo asilo forem admitidos vencerão soldo correspondente às suas patentes. As praças de *pret* serão abonadas de soldo, etapa e fardamento, pagando-se tudo a dinheiro.⁷

Esse asilo existiu na Fortaleza de São João, funcionava precariamente e com pouca

importância, até pelo menos 1865 quando, pela iminência da guerra, percebeu-se que não tinha condições de suportar a demanda.

A Marinha iniciou “os trabalhos” para a criação de um asilo próprio, criando, entre os anos de 1853 e 1859, uma comissão de estudos para o referido asilo. Pertenciam a essa comissão Joaquim Marques Lisboa, futuro Visconde de Inhaúma, e o capitão-tenente João Maria Pereira de Lacerda. Logo no início dos trabalhos em dezembro de 1853, a comissão escolheu a parte oriental da Ponta da Armação, em Niterói, com “vista magnífica para a baía, para a capital do Império e a da Província”, com facilidade de água, embarque e desembarque, abundância de material construtivo, além de outras benesses.⁸ Além da Ponta da Armação, foram estudados outros locais como as Ilhas do Mocanguê e Mocanguê Pequeno, a Fortaleza de São João, um terreno em Botafogo e outro que seria doado próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas. O terreno da Ponta da Armação acabou sendo adquirido em 1855.

Ao final do ano de 1859, foi então realizado o parecer da comissão ao ministro da Marinha, informando a necessidade de se construir um edifício monumental, dirigido àqueles que, para desenvolver o progresso (da nação brasileira), sofreram mutilações em combate, e por outros acidentes da vida do mar, arruinaram ou perderam sua saúde. Na segunda parte do relatório, há a sugestão de não se pedir auxílio, e executar as obras com dinheiro do próprio ministério.⁹ Apesar da iniciativa, o cirurgião-chefe do corpo da Armada (que não foi identificado na documentação) deixa bem claro que a colocação do asilo na Armação, em Niterói, não era interessante, pois se situaria em um lugar

isolado, propondo então que, de acordo com o modelo francês e, portanto civilizado, a construção do asilo fosse na Corte, e não fora dela, como queriam os membros da comissão.¹⁰

A emergência do conflito, porém, não deixou muito tempo para que o Império resolvesse o problema. A Corte era assolada por diversas epidemias e, de todos os cantos do país, chegavam homens para compor as tropas.¹¹ Era necessário agir. Além disso, passaram a desembarcar na Corte doentes, feridos e mutilados, que, de acordo com os pronunciamentos e decretos do início do conflito, deveriam ser amparados pelo governo. Mas quem eram esses inválidos?

Marcelo Gomes, em brilhante tese sobre o Asilo de Inválidos da Pátria, recorreu a um dicionário de 1858 para exemplificar o que se entendia na época por *inválido*. Nesse dicionário, elaborado por Antônio de Moraes Filho, *inválido* seria definido como “fraco, enfermo, que não pode servir por doença ou velhice”; durante a guerra, segundo Marcelo, o termo havia sido alterado para “*inválido da pátria*” a fim de fornecer um caráter mais “maternal”.¹² Segundo o decreto de criação do Asilo de Inválidos da Pátria,

inválido da pátria poderia ser o militar ferido gravemente e sem condições de pleno restabelecimento físico, o mutilado em campanha em decorrência de ferimentos e da cirurgia de então, que não possuía outros recursos, senão apelar para a amputação. Poderia ser o doente crônico, sendo a moléstia adquirida no serviço do dia a dia, em condições adversas no quartel, em um navio ou em operações em que o exército ou marinha se envolviam. Poderia ser o militar já idoso, reformado, sem condições de adquirir seu próprio sustento ou que não teria alguém para mantê-lo.¹³

A Ilha do Bom Jesus pareceu, então, um lugar apropriado para receber esses homens. Já era habitada por religiosos e civis há mais de um século. Em março de 1865, alguns destacamentos do exército ficaram nela aquartelados, aguardando o encaminhamento para o teatro de operações. O diretor do arsenal de guerra ficou incumbido de providenciar para que o vapor Santa Isabel fizesse todos os dias uma viagem à Ilha do Bom Jesus, a fim de levar material para os que lá estivessem alojados, substituindo-o caso ele não estivesse disponível.¹⁴ Nesse mesmo documento, existe outra ordem, comunicando que o arsenal deveria oferecer serventes e ferramentas necessárias ao capitão Manoel Joaquim Guedes, encarregado de providenciar o arranjo e a limpeza dos aquartelamentos estabelecidos na Ilha do Bom Jesus e Armação em Niterói.¹⁵ Percebe-se, assim, que ambos os locais foram utilizados para as tropas em trânsito. O relatório do Ministro da Guerra de 1867 apresenta uma explicação para a escolha da Ilha, e revê, analisando o contexto da época, as ideias de construção de um asilo para inválidos, existentes desde 1840.

A citação é longa, mas a leitura vale a pena para o entendimento da percepção dos políticos do Império sobre a situação dos inválidos da pátria, bem como sobre a necessidade urgente da criação de um asilo.

É geralmente reconhecida a necessidade de um asilo, onde achem abrigo da miséria e da mendicância os defensores da pátria, que por ela derramaram o seu sangue, e invalidaram-se. [...] Hoje, que a nação se levantou para desafrontar a injúria atroz traiçoeiramente a ela irrogada, e que de todos os ângulos do Império viu seus filhos correrem pressurosos com sacrifícios de suas comodidades, do seu bem estar e de sua própria vida, devemos todos,

guiados pelos sentimentos de reconhecimento, interessar-nos pela sorte dos que se inutilizam na defesa de tão nobre causa, e se impossibilitaram de adquirir os meios de sua subsistência. É uma dívida de honra pelo país contraída; cumpre satisfazê-la. [...] Por toda a parte se manifestou o interesse pelos bravos feridos e inutilizados em combates; a praça do comércio do Rio de Janeiro, que nas conjunturas difíceis é sempre a primeira a patentear seu amor pátrio, reuniu-se e resolveu coadjuvar o governo, não só com meios pecuniários, senão também com os serviços ao alcance de seus membros; e, possuída do filantrópico desejo de ser útil aos brasileiros invalidados no serviço das armas, deliberou, no dia 25 de fevereiro de 1865, a criação de um asilo de inválidos. Foi geralmente abraçada a ideia; nacionais e estrangeiros, todos têm concorrido com seu óbolo para a fundação de tão patriótica quanto piedosa instituição: uma sociedade organizou-se com o título de Asilo de inválidos da pátria, tendo por sede a capital do Império, e por fim auxiliar o governo imperial na fundação e custeio de um tão importante estabelecimento. [...] A localidade que, segundo a opinião de profissionais, melhores condições reúne para se estabelecer o asilo, é a ilha do Bom Jesus, situada na baía desta capital. Pela sua posição, é ela abrigada dos miasmas paludosos, e convenientemente refrescada pelos ventos gerais; isolados do resto da população, seus moradores encontram facilidade de se transportarem para a cidade, ou desta regressarem para a mesma ilha. Com a extensão suficiente para um estabelecimento, como deve ser o asilo de inválidos, por toda a parte oferece a ilha do Bom Jesus excelentes banhos de mar, presta-se perfeitamente não só ao plantio de arvoredos, formando lindas alamedas, senão como a cultura dos vegetais próprios das hortas e jardins; ao passo que favorece o entretenimento da pesca. [...] E mui breve será inaugurado o asilo de inválidos da pátria naquela localidade.¹⁶

Do documento depreende-se pontos interessantes. O primeiro deles é a ênfase na questão nacional e na formação do patriotismo; em segundo, a menção feita ao “auxílio” protagonizado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. Logo que iniciada a guerra, a Associação Comercial do Rio de Janeiro abriu uma subscrição pública para angariar fundos para a construção e manutenção do asilo. Foi criada, então, a “Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria”, com estatuto próprio, em Decreto de 15 de dezembro de 1867, que nomeou para o conselho o presidente da Associação Comercial, José Joaquim de Lima e Silva, irmão do Duque de Caxias e futuro Visconde de Tocantins, a fim de angariar fundos para o asilo.

Em todo o Império, foram abertas subscrições públicas para arrecadação de dinheiro, pois, apesar de contribuir com avultada quantia, o governo imperial alegava não possuir fundos para gerir sozinho essa despesa. Além da construção e manutenção do asilo, a Associação Comercial ficaria também responsável pelas pensões às mães, viúvas e filhas dos militares mortos ou impossibilitados do serviço em combate.¹⁷

Além da subscrição¹⁸, a Sociedade promoveu espetáculos no Real Gabinete Português de Leitura para angariar fundos. Entretanto essa não foi tarefa fácil. O ano de 1867 foi extremamente penoso para a praça de comércio, principalmente com o evento chamado de “quebra do Souto”.¹⁹ Por esse motivo, podemos ver nos jornais diversas manifestações de populares e organizações a fim de arrecadar fundos para o asilo. Diversos bazares, patrocinados pelas senhoras, ocorreram na Corte, e um deles chamou nossa atenção, com uma manchete carregada de ironia. O jornal *Diário do Rio de Janeiro* anunciava

que o bazar contaria com a “ilustre presença” de Jovita Feitosa²⁰, figura feminina que “destoava” bastante dos padrões das chamadas ilustres damas da Corte.

Além dos bazares, foram promovidos passeios de barco pela baía da Guanabara (em direção a Paquetá), concertos e bailes musicais, sendo o mais famoso o promovido por Gottschalk.²¹ Em três de maio de 1869, Gottschalk chega ao Rio de Janeiro, fazendo grandes amizades, principalmente com Henrique Fleiuss, que lhe deu significativa cobertura no jornal *A Semana Ilustrada*. O asilo recebeu de Gottschalk uma homenagem em seu concerto de 21 de novembro de 1869, merecendo até mesmo a primeira página da *Semana Ilustrada*. O Rio vivia o entusiasmo cívico do fim próximo da guerra e, segundo José Murilo de Carvalho, Gottschalk soube aproveitar-se disso.²²

Estreou em três de junho no Teatro Lírico Fluminense, localizado na antiga Praça da Aclamação. Angelo Agostini observou que a sala estava cheia como um ovo. [...] O êxito foi estrondoso e repetiu-se nos concertos dos dias 6 e 15 de junho. [...] No concerto do dia 18, o pianista executou pela primeira vez suas *Variações sobre o Hino Nacional Brasileiro*, que a partir daí foram exigidas pelo público em todas as apresentações.²³ [...] Gottschalk foi pego pela febre amarela que o fez delirar durante quatro dias. [...] Conseguiu salvá-lo o dr. Severiano Martins. Depois de breve passagem por São Paulo e Santos, voltou ao Rio e retomou os concertos em setembro. [...] Encorajado pelo êxito [...] planejou um concerto monstro, algo jamais visto na cidade. O imperador colocou as bandas militares a sua disposição. [...] O concerto foi dia 24 de novembro no Teatro Lírico, naturalmente repleto. Uma multidão se comprimia nas ruas adjacentes na expectativa

de ouvir alguma coisa. [...] Tal foi o êxito que o pianista planejou outra exibição para o dia 27. Mas tinha chegado ao limite das forças. No dia 25, ao tentar executar *Morta* nos salões da *Sociedade Filarmônica Fluminense*, teve um desmaio. A 26, teatro cheio, plateia ansiosa, não conseguiu sair dos bastidores, contorcendo-se em cólicas. [...] Morreu a 18 de dezembro no Hotel Bennet, na Tijuca.²⁴

O asilo sob o olhar de seu primeiro capelão

O que sabemos sobre a instalação e construção do asilo devemos ao seu primeiro capelão Manoel da Costa Honorato²⁵, que publicou, em 1869, o livro “*Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria*”²⁶.

A obra foi financiada pelo próprio Honorato. O asilo chegou a ter alguns volumes dele, e toda a arrecadação com as vendas foi revertida para o próprio asilo. A partir dessa descrição, podemos contextualizar as questões referentes ao asilo. Há, ainda, um outro documento, que é de grande importância: bilhetes escritos pelo imperador, sobre assuntos relativos ao asilo e à ilha, para diversas autoridades, que estão disponíveis no Arquivo Imperial de Petrópolis. D. Pedro II visitava constantemente as obras, bem como o asilo provisório na Armação. Cada detalhe por ele percebido era imediatamente transformado em bilhete para o responsável. Essa imagem de “protetor e zeloso” será constante nesse momento e podemos dizer que faz parte do arcabouço simbólico da monarquia.

A obra passou por vários problemas, e a Sociedade que angariava fundo em pouco ou nada contribuiu com as obras, ficando a cargo do governo e da subvenção do imperador.

Foi escolhida para sua inauguração a simbólica data de 29 de julho de 1868, aniversário da princesa Isabel, herdeira do trono. Nada mais propício do que associar a ela um símbolo do que poderia ser considerada uma lembrança da civilização. Sobre a inauguração, vamos recorrer ao livro de Honorato.

Segundo os jornais, cerca de três mil pessoas estiveram presentes à inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria, dentre elas vários corpos militares convocados, e outra avultada quantidade de pessoas que desembarcava na ilha. A família imperial compareceu em peso, acompanhada de seus ministros, do corpo diplomático estabelecido na Corte, bem como os comandantes dos navios estrangeiros fundeados na baía da Guanabara.

Após o desembarque da galeota imperial, o próprio imperador fez questão de auxiliar no desembarque dos inválidos que estiveram presentes.²⁷ Em uma gravura presente no jornal *Vida Fluminense*, e citada por Ricardo Salles no livro *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*²⁸, podemos ver claramente as dificuldades de quem chegava à ilha, o que deixava em evidência as obras ainda inacabadas (**Figuras 1 e 2**).

Nessa mesma imagem, uma situação pitoresca: a falta de lanches fez com que o coronel Lázaro José Gonçalves montasse uma barraquinha de quitutes e aperitivos, mas que por lá só recebia seus convidados. O evento foi noticiado no *Diário do Rio de Janeiro*, que fez um agradecimento especial a ele por terem conseguido algo para comer.²⁹

Nesse dia havia sido colocada uma placa em mármore no *hall* de entrada do Pavilhão 1 (o único a estar pronto e ainda existente no mesmo local), que marca efetivamente o evento para as futuras gerações, com os seguintes dizeres:

“No reinado de D. Pedro II. Sendo Ministro da Guerra o Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, erigiu-se este edifício em 1868.”

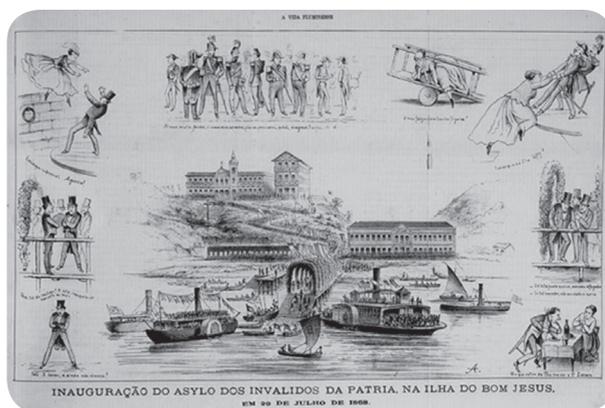


Figura 1 – Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria
Fonte: Jornal Vida Fluminense – 3 de agosto de 1868

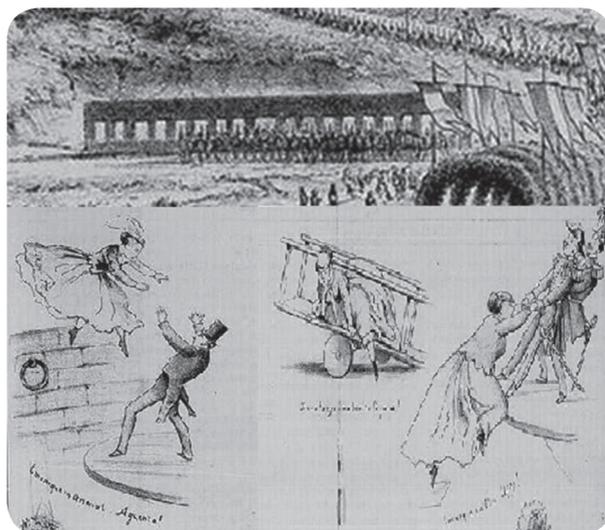


Figura 2 – Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria (Detalhes)
Fonte: Jornal Vida Fluminense – 3 de agosto de 1868

Após sua inauguração, o asilo ficou disponível para visita pública, enquanto as obras ainda eram executadas. O asilo só passou a receber os inválidos a partir de outubro. Em

ofício ao Ministro da Guerra, é relatada a visitação de cerca de 798 pessoas no mês de agosto.³⁰

A estrutura física do asilo foi descrita por Honorato, que, de início, já advertia ao leitor para o fato de que não encontraria

“suntuosidades de grandes e majestosos palácios, nem o mármore em relevo a cada canto, nem ricas e colossais colunas”,

como era o seu “primo” francês.³¹ E, complementando, reforça que o homem que havia se sacrificado pela pátria não exigia isso, mas desejava unicamente a simplicidade, a singeleza, gostava do asseio e abominava tudo quanto pudesse afogar a vaidade.

Em referência à atuação do monarca, Honorato descreve os prédios, afirmando que ele era “tão singelo quanto pudessem ser os bons sentimentos daqueles que os fizeram fundar”.³²

Inicia a descrição dos espaços físicos a partir do cais de desembarque, em frente aos pavilhões da administração e do Museu Militar. Os prédios situados atrás do desembarque eram de pedra, com duas escadas, sendo uma de cada lado; dos dois edifícios (ou pavilhões), um está situado à direita e o outro à esquerda do desembarque; ambos possuem numerosas janelas, na frente e atrás, para a circulação do ar; o que está à frente do morro onde se localiza a igreja do Bom Jesus da Coluna tem dois pavimentos, dos quais o inferior era destinado às oficinas (que foram sendo implantadas com o passar do tempo e tiveram alteradas as funções – a princípio eram de alfaiates, substituídas em 1872 pelas de escola de “primeiras letras”, e, em outubro do mesmo ano, por uma de sapateiro, podendo o asilado usufruir dos “lucros” que lhes garantia o regulamento). O piso superior foi destinado ao Museu Militar.



Figura 3 – Vista frontal do Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus

Fonte: Manoel da Costa Honorato. Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869

O segundo edifício, apesar de ser simétrico ao primeiro, mantinha algumas diferenças quanto às subdivisões internas e ao fundo. No térreo, ficava o corpo da guarda; e, à esquerda, um compartimento que servia para depósito de vários objetos, onde, por exemplo, eram colocadas em seus cabides as armas que serviam à guarda diária. A ligação entre os dois pavimentos era (como ainda é hoje) feita por uma espaçosa escada, com corrimãos e balaústres envernizados, onde, em seu patamar, vê-se gravada a placa em mármore que saúda a inauguração.³³

Atrás do prédio existia ainda um jardim e, próximo a ele, estava a lavanderia. À distância de 23 palmos dela, um pequeno e elegante edifício em forma de *chalet*, onde estava instalado o gasômetro, fornecendo gás extraído do petróleo, para a iluminação da ilha (este prédio mereceu vários bilhetes do imperador acerca do perigo decorrente da proximidade com os outros prédios). Do desembarque, parte a ladeira que dá subida ao segundo morro, formando um zigue-zague em sua extensão, cercada de uma muralha que serve de

parapeito, com calçamento de paralelepípedos, e iluminada com lâmpioes a gás; em cima do morro, existia um prédio, que abrigava o refeitório, com grandes varanda à frente; o primeiro pavimento era destinado ao refeitório dos soldados, o segundo para recreio deles, e o terceiro para a habitação do comandante do asilo.³⁴ O grande número de alojados em 1869, segundo Honarato, não permitia que esse prédio funcionasse da maneira prevista, servindo o segundo e terceiro andares para alojamento das companhias.

Na frente do *chalet*, havia uma placa de mármore com a inscrição

“D. Pedro II, Imperador do Brasil e perpétuo defensor, mandou erigir este asilo para os bravos que ficaram inutilizados na defesa da pátria, 1868”;

em outra pedra de mármore, à direita, estavam gravados emblemas marciais, onde se lia a data da inauguração oficial do asilo, e, em simetria, via-se, à esquerda da pedra, ainda em branco, que serviria para marcar a data da conclusão da guerra.

Sobre a sacada do segundo pavimento, encontravam-se três escudos, igualmente em mármore, com as seguintes inscrições: ao centro – Marquês de Caxias; à direita – General Polidoro; e à esquerda – Visconde de Herval; sobre o terceiro pavimento, outras três placas de mármore, em forma de escudos, com as seguintes inscrições: ao centro – Conde de Porto Alegre; à direita – Barão do Triunfo; à esquerda – General Argolo.³⁵ A colocação e escolha dos locais de inserção das placas já nos dizem muito sobre as escolhas dos símbolos nacionais relativos à guerra e a construção dos heróis que o Império escolheria ao final da campanha. Possivelmente com o advento da República, elas foram retiradas e

a única que restou, a relativa à inauguração do asilo, logo no *hall* de entrada, recebeu as armas da República, com um barrete frígio logo acima.

No corredor de entrada do pavilhão 2, fora colocada, no ano de 1911, uma placa alusiva à construção, mas que marcava a atuação da República nesse processo:

“Asylo de inválidos da Pátria. No reinado de D. Pedro II, sendo Ministro da Guerra o Conselheiro de Estado, Barão de Muritiba, foi construído esse edifício em 1869 e reconstruído em 1911, sendo Presidente da República o Exm. Snr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Ministro da Guerra o Exm. Snr. General de Divisão Emygdio Dantas Barreto”.

A presença do presidente Hermes da Fonseca nesse contexto é bastante significativa, pois com ele, que era veterano da guerra e sobrinho do marechal Deodoro da Fonseca, a memória relativa ao conflito é “reativada” a partir dos processos de pagamento das dívidas com os voluntários da Pátria.

Panteão dos imortais

Tal como o *Hotel des invalides* de Paris, o Asilo de Inválidos da Pátria também receberia os corpos dos seus grandes heróis. Era necessário, conforme o “modelo francês”, que tivesse um panteão. Faltava-lhe, portanto, um cadáver, de preferência que tivesse tido uma morte gloriosa e que tivesse alguma relação com a guerra. Foram dois. Em proporções menores e por pouco tempo. Mesmo assim, dois oficiais, símbolos da guerra, tiveram seus restos mortais lá depositados com toda a pompa: o brigadeiro Antônio Sampaio e o general Osório.

No livro do general Paulo de Queiróz Duarte, *Sampaio*³⁶, encontramos a descrição não

somente de sua vida e carreira, mas também de todo o cerimonial disposto em sua homenagem na Ilha do Bom Jesus. Sampaio havia sido ferido em 24 de maio de 1866 na batalha de Tuiuti, recebendo três ferimentos: o primeiro, por granada, gangrenou sua coxa direita; os outros dois foram nas costas. Em estado muito grave, foi levado ao hospital de Corrientes, onde permaneceu por pouco mais de um mês entre a vida e a morte, pois os médicos não conseguiram retirar todos os fragmentos dos projetis que estavam em seu corpo. Atendendo a seu pedido, os médicos decidiram transferi-lo para o hospital brasileiro aberto em Buenos Aires, que possuía melhores condições de tratamento. Sampaio foi então embarcado em Corrientes no vapor *Eponina*, onde veio a falecer em 6 de julho de 1866, antes mesmo de desembarcar em Buenos Aires.³⁷

Chegando a Buenos Aires, o corpo foi levado para o Hospital Militar ali existente e, por ordem do governo brasileiro, foi embalsamado. No domingo, 8 de julho, às duas horas da tarde, foi sepultado, sendo seu caixão recebido por uma guarda de honra argentina, prestando-lhe as honras fúnebres militares, enquanto se ouvia à distância as salvas de artilharia, disparadas pela corveta Niterói. Sobre a urna funerária, que era de madeira mogno com um caixão de zinco, estavam as bandeiras dos países da Tríplice Aliança: Brasil, Uruguai e Argentina; e sobre o ataúde foram depositadas as insígnias e as condecorações recebidas por Sampaio.³⁸ Diante da comoção, inclusive nos jornais, não foi difícil a escolha de Sampaio para “inaugurar” o “panteão de heróis” na ilha.

Em dezembro de 1869, ficou decidido, então, que os restos mortais do general Sampaio

seriam trasladados de Buenos Aires para o asilo. No conjunto documental do Arsenal de Guerra, podemos encontrar os ofícios, as ordens do dia, bem como as diversas instruções para o evento.³⁹ Em 16 de dezembro, é publicado o

“Programa do saimento e depósito do cadáver do General Antônio de Sampaio na Capela do Asilo de Inválidos da Pátria”.

Toda a pompa foi preparada: a capela deveria ser ornada de preto; efetivos militares deveriam estar a postos no arsenal para as salvas correspondentes; os inválidos deveriam formar alas desde o cais de desembarque até a capela a fim de receber o corpo, seguindo, após a chegada do féretro, na retaguarda, fechando o acompanhamento; as autoridades se alternariam para carregar o caixão.

A capela deveria igualmente ser preparada, e os ofícios do arsenal registram inclusive a disposição dos padres, das músicas e das velas. O Barão de Muritiba, em aviso de 14 de dezembro de 1869, fixa a data para a cerimônia, marcada então para 20 de dezembro. E assim ocorreu.

Entretanto, em 1871, o presidente da Província do Ceará criou uma subscrição destinada à construção de um mausoléu para receber os restos mortais de Sampaio. Em 16 de novembro de 1871, às 6 horas da manhã, os restos mortais de Sampaio foram retirados da ilha do Bom Jesus e encaminhados ao Ceará, sendo depositados na Catedral, enquanto se concluía seu mausoléu no Cemitério de São João Batista, onde, por fim, descansa Sampaio, desde 25 de outubro de 1873.

Outro vulto militar e da Guerra da Tríplice Aliança que teve seus restos mortais depositados na ilha foi o general Osorio.⁴⁰ Na mesma noite de sua morte, em 4 de outubro de 1879,

seu corpo foi embalsamado a fim de ser trasladado para o Rio Grande do Sul, sendo depositado na manhã seguinte em um caixão de chumbo, colocado dentro de outro caixão de raiz de nogueira. Uma comissão de parlamentares da Câmara dos Deputados foi designada para acompanhar o corpo. A família, contudo, decidiu manter seus restos mortais no Rio de Janeiro.

Na manhã de 6 de outubro, o corpo de Osorio seguiu para a igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, onde houve ato religioso e foram prestadas honras militares. Em seguida, foi levado para a capela do Arsenal de Guerra, em meio a homenagens de populares e oficiais, ficando em capela-ardente até 16 de novembro. Acredita-se que foi exatamente nesse período que a família decidiu pela manutenção de seu corpo na Corte e optou por depositá-lo na capela do Asilo dos Inválidos da Pátria. No cortejo até o asilo, esteve presente D. Pedro II, que teria, também, ajudado a carregar o caixão, ato não previsto pelo cerimonial oficial.⁴¹

A família do general Osorio solicitou que o corpo fosse novamente trasladado. O provedor da Irmandade aceitou o pedido da família e seus restos mortais foram agora para a Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, com apelo popular e missa de corpo presente acompanhada pelo Conde d'Eu, em 3 de dezembro de 1887, sendo até aberto o caixão de Osorio. O corpo foi colocado em um sarcófago mandado construir junto ao coro da igreja. Em 21 de julho de 1892, novamente o corpo de Osorio foi mudado de lugar, agora para o monumento em sua homenagem construído na Praça XV de novembro, onde permaneceu até 19 de novembro de 1993, quando foi, pela última vez, trasladado para o Parque Histórico Marechal

Manoel Luís Osorio, em Tramandaí – RS, seu local de nascimento (como relata, com mais detalhes, artigo do coronel Souza Filho, *Osorio: o cidadão-soldado no bronze da história*, igualmente publicado nesta edição).

A imagem da Nossa Senhora de Sant'Ana

Outro ponto carregado de simbolismo são os objetos. Há relatos de que a imagem de Sant'Ana presente na capela do asilo, por exemplo, seja oriunda da igreja de Humaitá. Em um bilhete do imperador, relativo a uma de suas visitas ao asilo e datado de setembro de 1870, ele, dentre outras observações sobre o estado de coisas no asilo, afirma que

“a imagem de Sant'Ana que veio do Paraguai, para onde deveria voltar, até por ter sido essa restituição lembrada lá pelo Conde d'Eu, ainda se encontra no asilo”.⁴²

Alguns dias depois, em ofício de 29 de setembro de 1870, Garcez Palha, novo diretor do asilo, comunicou ao general Caldwell, ajudante-general, que, devido à ordem do Imperador, a imagem da Nossa Senhora de Sant'Ana deveria ser reconduzida para a República do Paraguai. Procedeu-se a uma investigação e, ao final, foi informado ao general Caldwell que a imagem oriunda do Paraguai já havia sido devolvida (enviada ao arsenal para ser encaminhada ao Paraguai em 22 de abril daquele ano) e que, no complexo do asilo, havia uma imagem da mesma Nossa Senhora de Sant'Ana, pertencente originalmente à sua capela.⁴³ Até hoje não se sabe se, de fato, a imagem que está na capela da ilha é a trazida de Humaitá ou não. Essa história é contada com orgulho por seus habitantes.



Figura 4 – Imagem de Sant’Ana – Capela do Bom Jesus da Coluna

Fonte: Acervo pessoal (2018).

O asilo na República

Após o ânimo inicial, as visitas ao asilo cessaram, possivelmente pela distância e por problemas de indisciplina no local, e o número de aquartelados foi diminuindo não só pelas “altas”, mas também pela urgência do Império em enviá-los novamente para suas províncias; os custos eram elevados e a Associação Comercial não ajudava financeiramente, conforme o prometido.

Com a República, a situação do asilo e dos asilados ficou mais difícil. Em 1893, por exemplo, foi enviada ordem para que mulheres e filhos de asilados fossem desarranchados e, em 17 de abril e 22 de setembro do mesmo ano, ficaram proibidos os casamentos de asilados.⁴⁴

As ilhas próximas, que faziam parte do Arquipélago do Fundão, passaram a receber o lixo oriundo da Corte já no final do Império, o que

foi acentuado no início do período republicano. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na Seção de Limpeza Pública, vemos documentos de concorrência pública para depósito de lixo em parte da Ilha do Sapucaia, fronteira à ilha do Bom Jesus. Um desses documentos chama a atenção, pois o requerente solicita autorização para usar do lixo despejado para o cultivo de cereais, hortaliças etc., que seriam enviadas à capital e oferecidas gratuitamente, como contrapartida, às casas de caridade pertencentes ao município.⁴⁵

É importante lembrar que o asilo ainda recebeu inválidos de duas outras campanhas, Canudos e Contestado, fato registrado em placa monumental que é mostrada atualmente aos visitantes como marco histórico.

Nada foi alterado até o ano de 1909, quando os jornais relatam um incêndio que destruiu completamente um dos prédios que servia de alojamento para os asilados que não possuíam residência ou que não receberam autorização para construí-la. Esse acontecimento fez com que o asilo se tornasse novamente notícia. Consta que dois marinheiros, revoltados com a situação do local, resolveram colocar fogo em um dos prédios, destruindo-o completamente. O fogo se iniciou por volta de 1 da manhã, sendo cessado somente por volta das 4 horas. Dos dois “criminosos”, um foi preso e o outro cometeu suicídio, e seu corpo (ou o que sobrou dele pelos relatos) foi encontrado carbonizado horas depois.⁴⁶

Após esse triste evento, a revista de variedades *Kosmos* fez uma grande matéria sobre o asilo e a Ilha do Bom Jesus (**Figura 5**). Além de diversas fotografias, inclusive de asilados ainda remanescentes da Guerra da Tríplice Aliança, posando com seus fardamentos, a revista traçou um panorama histórico bem interessante da evolução do asilo. Em uma das fotos, mostra um

prédio em ruínas, enfatizando que ali estava o Museu Militar, além do alojamento que fora atingido pelo incêndio.

A reportagem reforça a ideia de D. Pedro II como “monarca magnânimo”, aquele que fez com que o asilo vivesse, durante o Império, seus áureos dias, com as relíquias da guerra, escolas, oficinas e afins. A República, segundo o articulista Leal de Souza, não olhou para o asilo com o mesmo zelo, inclusive mencionando a questão do lixo que levava uma “vizinhança imunda, sob negras nuvens de moscas”. Mencionou, ainda, o estado de ruína dos prédios, principalmente da igreja, que, naquele contexto, servia de alojamento e estava com sua nave coberta de camas, e comentou a respeito do tratamento dispensado aos restos mortais dos heróis, comparando-os ao modo como são tratados os heróis no *Hotel des Invalides* em Paris. Leal chegou a conversar com os inválidos do Paraguai, que a esta altura não chegariam a uma dezena, e percebeu neles uma admiração pela monarquia, que, segundo eles, se preocupava com os inválidos, lembrando as visitas da Família Imperial, notadamente da Princesa Isabel (“plena de bondade meiga”), do Conde d’Eu (“que os amava”) e do próprio Imperador (“de pródiga generosidade”). Leal assim descreveu os inválidos:

“exaustos, olvidados na merencória solidão onde jazem, estes heróis não seguiram a marcha dos homens válidos, e, desconhecendo o Brasil moderno – estrangeiras na Pátria, as suas almas antigas vivem exiladas na era nova. Os seus ouvidos, fechados a todos os incômodos rumores de nosso tempo, escutam, surdos, em ecos renovados, o fragor das batalhas soberbas, e os murchos olhos, cegos para as coisas vivas do presente, apenas veem, nas paisagens mortas de outrora, as massas épocas dos guerreiros. Não se individualizam nas façanhas evocadas e conservam-se, narrando-as, no seu

posto anônimo nas filas dos batalhões. Reconstituindo a tela rota do lustro heroico, os seus abatidos corpos rejuvenescem; movem-se leves, com agilidade airosa e moça. Álacres, em voz agora vibrantes, encandeiam os episódios...”⁴⁷



Figura 5 – Revista Kosmos

Fonte: Revista Kosmos. Volume VI – nº 1. jan 1909. Biblioteca Nacional.

Considerações finais

Aos poucos, o asilo perde sua referência de memória dos inválidos da pátria e da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1922, ano de comemoração do centenário da Independência do Brasil, consta nos registros diários do comandante do asilo a entrega de objetos históricos ao diretor do Museu Nacional. Nesse mesmo ano, em 11 de junho, foi realizado um almoço cheio de pompa para os veteranos da guerra ainda residentes no asilo.

Em 1925, contudo, o asilo perde completamente sua função, tornando-se um presídio,

de acordo com o aviso de 27 de junho, em que o Ministro da Guerra coloca uma parte da ilha, a que estava reservada a um presídio militar, à disposição do Ministro da Justiça para servir de “presídio para presos políticos”, ficando encarregado da segurança o capitão da Brigada Policial Pedro Goitacazes. Entretanto o prédio foi esvaziado no ano seguinte.⁴⁸

Colocando em perspectiva os acontecimentos aqui narrados, parece inevitável concluir que ocorreu com o asilo um dos apagamentos relativos à memória da guerra. Criado em período conhecido como “apogeu do império” para ser depositório do orgulho nacional, tornou-se, gradativa e crescentemente, um problema para as autoridades republicanas, o que, lamentavelmente, levou-o ao esquecimento e ao abandono. 

Referências

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Coleção: Prefeitura do Distrito Federal. Série: Limpeza Pública. Notação 31.2.51.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP.** (1866-1885 e 1892-1930).

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. Documento 2289/77-144-7043.

ARQUIVO NACIONAL. **Arsenal de Guerra.** IG7 383. ARQUIVO NACIONAL. **Arsenal de Guerra.** IG7 358.

ARQUIVO NACIONAL. **Arsenal de Guerra.** Administração. Ajudante General. IG2 22.

ARQUIVO NACIONAL. **Ministério da Guerra.** IG1 481.

ARQUIVO NACIONAL. **Ministério da Marinha.** XM 676.

BESSONE, Tânia Maria Tavares. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BIBLIOTECA NACIONAL. **A Notícia.**

BIBLIOTECA NACIONAL. **A Semana Ilustrada.**

BIBLIOTECA NACIONAL. **Diário do Rio de Janeiro.**

BIBLIOTECA NACIONAL. **Estatuto da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, 1867.**

BIBLIOTECA NACIONAL. **Revistas Kosmos.** Ano VI, volume I.

BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1810.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

- BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1815**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1831**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1831.
- BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1840**. Tomo III, parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1841**. Tomo IV, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1864.
- BRASIL. Ministério da guerra. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1979.
- CHALLOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. **General Osorio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DUARTE, Paulo de Queiróz. **Sampaio**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1988.
- FARIAS, José Airton de. **História da Sociedade Cearense**. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.
- GOMES, Marcelo Augusto Moraes. **A Espuma das Províncias** – um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol. 2, nº 3, ago/dez 2007.
- HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica da Ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria**. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869.
- HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica da Ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria**. ed. fac-similar. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2019 [1869].
- RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: memórias e imagens. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2003.

Notas

- ¹ “Os deuses estão indo” (livre tradução). Título da matéria do jornal A Semana Ilustrada, onde se noticia a morte de Sampaio. A Semana Ilustrada, 29 jul 1866. Biblioteca Nacional.
- ² Cf. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2087>.
- ³ BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1810. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.
- ⁴ BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1815. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.
- ⁵ BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1831. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1831.
- ⁶ BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1840 – tomo III, parte II. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.
- ⁷ BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1841 – tomo IV/ parte I. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1864.
- ⁸ ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Marinha – XM 676.
- ⁹ Idem, ibidem.
- ¹⁰ Idem, ibidem.
- ¹¹ Sobre as epidemias na Corte durante o Império, mais precisamente durante o Segundo Reinado, conferir: CHALLOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.
- ¹² GOMES, Marcelo Augusto Moraes. A Espuma das Províncias – um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007.
- ¹³ Idem, 49-50.
- ¹⁴ Arsenal de Guerra (1865). IG7 383. Ministério da Guerra. ARQUIVO NACIONAL.
- ¹⁵ Idem, Ibidem.
- ¹⁶ BRASIL. Ministério da guerra. Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.
- ¹⁷ Estatuto da Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria, de 1867, parágrafo 6º.
- ¹⁸ No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no Fundo “Guerra do Paraguai”, podemos encontrar uma série de recibos de doação, sendo a maioria de valores baixos. Cf. Códice 44-1-48.
- ¹⁹ A crise comercial e bancária de 1864, conhecida como a Crise do Souto, nome esse relacionado com a bancarrota da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituiu-se no ápice de uma situação de crise, que vivia a Praça Comercial do Rio de Janeiro desde 1860. Como é de conhecimento da historiografia econômica brasileira, tal crise estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei nº 1.083, de 22 ago 1860, conhecida como a Lei dos Entraves. Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro”. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Vol. 2, nº 3 – ago/dez 2007.
- ²⁰ Diário do Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Jovita Feitosa nasceu na localidade de Brejo Seco, região dos Inhamuns, no Ceará, em 1848. Aos 12 anos, ficou órfã de mãe e foi morar com um tio, no Piauí. Fugiu aos 17 anos para Teresina, com o propósito de ir à Guerra do Paraguai, e, para driblar a proibição, resolveu criar um disfarce, cortando o cabelo e usando chapéu. O disfarce de Jovita foi descoberto antes

mesmo que ela fosse à batalha. No entanto, representando um incentivo à luta, ela ainda seguiu com um dos batalhões para o Rio de Janeiro. Em novembro de 1865, o ministro da guerra expediu ofício impedindo que ela fosse à guerra. FARIAS, José Airton de. *História da Sociedade Cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

- ²¹ Nascido em Nova Orleans em 1829, de pai inglês educado na Alemanha e mãe pertencente à família de nobres franceses, praticamente dizimada durante a revolta haitiana, passou a infância sob a influência da cultura europeia do pai, das histórias da avó sobre o Haiti e da música negra de Nova Orleans. Aos treze anos foi enviado a Paris a fim de se aperfeiçoar no piano, ficando por onze anos por lá estudando. Voltou aos Estados Unidos em 1853, e em 1857 estava em Havana, onde começou a redigir um diário com o título de Notas de um pianista, onde é possível perceber o caminho por ele percorrido. Por cinco anos percorreu vários países do Caribe, compondo, dando aulas e fazendo concertos; entre 1862 e 1865 percorreu o Canadá e Estados Unidos. Após breve passagem por São Francisco – e um grande escândalo amoroso – resolveu Gottschalk percorrer os países da América do Sul. Em seu diário, anotava os acontecimentos políticos, as guerras, as revoltas, a corrupção, passando pelo Peru, Chile, Argentina, Uruguai e, finalmente, o Brasil.
- ²² CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Editora UFMG, 1998, p. 397.
- ²³ <https://www.youtube.com/watch?v=m8kqYhEiFME>.
- ²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 397 e 398.
- ²⁵ Manoel da Costa Honorato era veterano de guerra, condecorado com a medalha de campanha, atuante no meio intelectual de seu tempo, com diversos livros publicados, foi membro de instituições literárias e científicas, incluindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi nomeado para o asilo em 1867, exerceu sua função até dezembro de 1869, mas, devido a enfermidade, acabou se afastando. Fora pesquisado por Tania Bessone e Cláudia Rodrigues, que destacam o acervo literário, mas também sua “luta” para tentar se afirmar como alto membro da sociedade. Cf. RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; BESSONE, Tânia Maria Tavares. *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- ²⁶ No decorrer do ano de 2019, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), por meio de seu Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar (CEPHiMEx), desenvolveu a primeira fase do projeto de pesquisa “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”. Como um dos produtos dessa pesquisa, em novembro daquele mesmo ano, em esforço conjunto, equipe de pesquisadores do CEPHiMEx, juntamente com o apoio da Biblioteca Nacional (BN) e da editora da Biblioteca do Exército (BIBLIEx), lançou edição facsimilar da obra do capelão, com tiragem de 500 exemplares. Essa reedição preenche uma lacuna e acaba por fomentar novamente o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre tão relevante patrimônio histórico e cultural.
- ²⁷ HONORATO, Manoel da Costa. *Descrição topográfica da Ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria*. Typografia Americana: Rio de Janeiro, 1869. p. 25.
- ²⁸ Cf. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2003. p. 196.
- ²⁹ *Diário do Rio de Janeiro*. 30 jul 1868. Biblioteca Nacional.
- ³⁰ Arquivo Nacional. Ministério da Guerra. *Ofícios Antônio Carneiro Leão*. IGI 481.
- ³¹ HONORATO, Manoel da Costa. *Op. cit.*, p. 31.
- ³² Idem, *ibidem*.

- ³³ Toda a descrição pode ser encontrada em Manoel da Costa Honorato. Op. cit., p. 31 e no Arquivo Histórico do Exército. Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP. Livro nº 01 (1866-1885).
- ³⁴ Idem, *ibidem*.
- ³⁵ Idem, *ibidem*.
- ³⁶ Não faremos aqui uma biografia aprofundada do militar. Para estudos mais aprofundados sobre sua vida e sua carreira, cf. DUARTE, Paulo de Queiróz. Sampaio. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988; CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.
- ³⁷ Idem, *ibidem*, p. 284.
- ³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 284 e 285. Logo após o anúncio de sua morte, a Câmara Municipal de Alegrete (RS), resolveu dar à Rua da Beneficência o nome de Rua General Sampaio. Nessa rua, ele residiu por alguns anos quando comandava o 4º Batalhão de Fuzileiros. Até hoje a rua conserva esse nome.
- ³⁹ Arquivo Nacional. Arsenal de Guerra (1869). IG7 358. Outra fonte utilizada foram as Ordens do Dia do AIP para o ano de 1869. Arquivo Histórico do Exército.
- ⁴⁰ Novamente não faremos aqui uma exposição dos feitos militares ou políticos, muito menos uma biografia, apenas relacionando sua morte com a importância dada ao asilo naquele contexto histórico. Para saber mais sobre Osorio, sugerimos a pequena, mas elucidativa biografia escrita por Francisco Doratioto. Cf. Francisco Doratioto. General Osorio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Por sinal esta coleção possui biografias muito interessantes elaboradas por grandes pesquisadores, e que oferecem uma leitura fácil e mais rápida.
- ⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 235-236.
- ⁴² Arquivo Histórico do Museu Imperial. Documento 2289/77-144-7043).
- ⁴³ Arquivo Nacional. Arsenal de Guerra. Administração. Ajudante General (1870). IG2 22.
- ⁴⁴ Arquivo Histórico do Exército. Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP. (1892-1930).
- ⁴⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção: Prefeitura do Distrito Federal. Série: Limpeza Pública. Notação 31.2.51. 20 jul 1895.
- ⁴⁶ A Notícia. 25 jan 1909. Biblioteca Nacional.
- ⁴⁷ Revistas Kosmos – ano VI, volume I. Janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.
- ⁴⁸ Arquivo Histórico do Exército. Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP. Livro nº 04 (1920-1930).

Osorio¹: o cidadão-soldado no bronze da história

*Marcelo Vieira de Souza Filho**

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1894. Às 10 horas da manhã, uma tropa ocupa o entorno da Praça XV. Uma tribuna foi erguida no meio da Praça para receber as autoridades políticas convidadas. Estiveram presentes à festa cinco ministros: o da pasta do Interior; o do Exterior e da Fazenda; o da Indústria e das Obras Públicas; o da Guerra; e o da Marinha. Senadores e Deputados compareceram em grande número, assim como militares, e, além deles, o comandante superior da Guarda Nacional, o prefeito municipal e a comissão de Intendência Municipal. Uma comitiva uruguaia, composta de três generais e alguns oficiais que vieram trazer as medalhas comemorativas da Guerra da Tríplice Aliança, também esteve presente.

Estavam presentes também os filhos do general Osorio, o homenageado do dia: Fernando Luis Osorio, Francisco Luis Osorio e Manuela Osorio Mascarenhas.² Prudente de Moraes, a três dias de sua posse, também compareceu, todavia Floriano Peixoto, ainda presidente, a figura mais aguardada dentre as autoridades políticas convidadas, não compareceu à cerimônia. A participação do marechal era tida como certa e caberia a ele, inclusive, conduzir o momento alto da festa: baixar as cortinas que encobriam a estátua e

inaugurar oficialmente o monumento em homenagem ao general Osorio. Alegando estar doente, Floriano Peixoto não compareceu à inauguração. Em seu lugar, enviou o general Bibiano Sérgio da Fontoura Costallat, então ministro da Guerra, que pronunciou o seguinte discurso:

“(...) em nome da classe a que pertenço, constituída pela armada e exército nacionais, pois não há a distinguir dentre o marinheiro e o soldado brasileiro, entre os representantes dos heróis de Riachuelo e do 24 de maio, entre Osorio e Barroso, venho dirigir-vos algumas palavras. Senhores, eis-nos diante deste monumento formado de bronze e de granito, a desafiar o perpassar do tempo, erguido pelo povo para perpetuar a lembrança de um herói brasileiro cuja vida foi uma conquista constante de louros que engrinaldam a fonte da pátria. Abrase o peito do Brasil e do seu coração emerge o vulto grandioso do legendário guerreirão! Osorio! Seu nome só compõe uma sublime epopeia de pátria Brasil (...). A essa comissão patriótica, que tão bem representa o sentimento de povo brasileiro, devemos o pagamento da dívida que contraímos contigo, Osorio!³

A fala do general Costallat não somente exaltava a figura de Osorio, mas também se referia à Marinha, algo que seria visto como uma vontade conciliatória, pois, no ano anterior, a

* Cel Cav (AMAN/1992; EsAO/2000). Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHI-MEx); Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2010) e Associado Aspirante ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Revolta da Armada opôs as duas forças. Assim que cessaram os discursos, Costallat convoca a filha do general, Manuela Osorio Mascarenhas, para retirar a cortina que encobria a obra. O que ocorreu, então, foi uma verdadeira ovação popular, e de todos os lados da praça ouviam-se aplausos com prolongadas salvas de palmas. Entoaram músicas militares, o Hino Nacional, e salvou a artilharia de terra e mar. Apesar da chuva, que começou a cair às 3h da tarde, o entusiasmo popular não foi arrefecido.⁴ Mas como surgiu a ideia de um panteão para o general Osorio?

O que consideramos um panteão?

A palavra Panteão deriva de *Pan* (todo) e *Theos* (deus) e significa “o templo dedicado a todos os deuses”. Em Roma, construiu-se um templo com o objetivo de ser consagrado a todos os deuses. Era o *Pantheon*. No decorrer da história, o Panteão passou a designar o local onde se depositavam os restos mortais de homens ilustres e notáveis, que prestaram grandes serviços à Pátria. Na França, em 1791, o processo revolucionário transformou a Igreja de Santa Geneveva no Panteão moderno, como forma de cultuar os grandes homens, com a legenda “Aos grandes homens, a Pátria reconhecida”. Assim, os deuses e santos são substituídos pelos “heróis nacionais”. Estava instituído o Panteão moderno, cujo modelo passou a ser copiado por outros países.⁵

No panteão, a adoração não estaria dirigida aos restos mortais, mas, sim, um tributo à memória daquele ao qual foi dedicado. Um panteão serve para conjugar duas temporalidades inconsistentes: a da posteridade, definida como uma memória unânime que imortaliza, e o evento, o mais pontual e mais provável de reversões repentinas.⁶ No Brasil, a instituição do regime republicano fez aflorar a ideia de construção de panteões, em um claro esforço de promover

a “pedagogia da nação” e a construção de uma nova galeria de heróis.

Um ano antes da inauguração do panteão de Osorio, Rodrigo Otávio⁷ publica o livro intitulado *Festas Nacionais*, em que mostra as festas de interesse, a partir da noção de refundação de toda uma mitologia necessária para a consolidação da jovem República. Mas o que nos interessa nessa obra é o Prefácio escrito por Raul Pompéia⁸, no qual procurou fundar uma nova concepção de nação, que teria como base a associação entre o povo e o exército.⁹ Ainda segundo Raul Pompéia,

“os militares deveriam ser respeitados como expressão maior das forças revolucionárias que lutavam pela emancipação nacional, e o fato dos militares terem feito a República seria uma honra para o exército, que era o povo em armas”.¹⁰

Talvez a grande questão, que traria dificuldades para a aceitação ampla dessa ideia, seria o alcance dos livros em uma sociedade em que poucos sabiam ler, e a jovem República necessitava chegar a diferentes setores a fim de reafirmar seus preceitos. Para tanto, José Murilo de Carvalho, ao examinar as questões simbólicas trazidas pelos momentos iniciais do novo regime, afirmou que

“a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de redefinição de identidades coletivas”¹¹.

Nesse momento, então, qualquer possibilidade de retomar narrativas que recolocuem os militares em posição essencial para sociedade era bem-vinda. Segundo Adriana Barreto,

“é nesse sentido que o governo militar de Deodoro recupera com especial entusiasmo a história e acima de tudo a imagem do general Osorio. Resta indagar por que uma república proclamada por militares deveria retornar a

lideranças do império para trabalhar a imagem do exército. O motivo central nesse caso é exatamente a frágil unidade do grupo de militares que ascendia ao governo, unidade forjada pouco antes do 15 de novembro. A república ainda não havia completado um ano e as duas lideranças militares de 1889, Deodoro e Benjamin Constant, já trocavam acusações a ponto de serem apartados por terceiros para que não chegassem ao confronto físico. No mesmo governo, havia ainda os republicanos históricos, que, como vimos, ocupavam uma posição bastante delicada em face da consolidação do caráter militar da república. Por ser um oficial do império, Osorio aparecia como um nome neutro que também agradava ao grupo histórico por ter sido um símbolo militar e político do partido liberal.”¹²

Mas qual o motivo da escolha do general Osorio para representar, naquele momento, os anseios de formação do imaginário republicano? Segundo Doratioto, Osorio era, até fins da década de 1860, uma figura regional. Já general, liderou a organização do Partido Liberal gaúcho, projetando-se nacionalmente graças à sua atuação na Guerra da Tríplice Aliança, quando sua bravura o tornou popular entre a tropa, que o seguia mais pelo arrebatamento e por suas qualidades pessoais do que pela obediência devida pelo regulamento militar, tornando Osorio o oficial mais popular do exército.¹³ Sua popularidade era tamanha que, até a década de 1920, ele foi o soldado mais lembrado e admirado, a ponto de a principal comemoração anual militar, constituindo-se praticamente o “Dia do Exército”, ser o aniversário da Batalha do Tuiuti, travada em 24 de maio de 1866, e na qual sua atuação foi decisiva para rechaçar o ataque paraguaio.¹⁴

Mas a criação de um panteão para Osorio ainda estava longe de ser efetivada. Na noite de sua morte, em 4 de outubro de 1879, seu corpo

foi embalsamado a fim de ser trasladado para o Rio Grande do Sul, sendo depositado, na manhã seguinte, em um caixão de chumbo, colocado dentro de outro caixão de raiz de nogueira. Uma comissão de parlamentares da Câmara dos Deputados foi designada para acompanhar o corpo. Na manhã de 6 de outubro, o corpo de Osorio seguiu para a igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, onde houve ato religioso e foram prestadas honras militares, sendo levado, em seguida, em meio a homenagens de populares e oficiais, para a capela do Arsenal de Guerra, ficando em “capela-ardente” até 16 de novembro. Acredita-se que foi exatamente nesse período que a família decidiu pela manutenção de seu corpo na Corte e optando por depositá-lo na capela do Asilo dos Inválidos da Pátria. No cortejo até o asilo, esteve presente D. Pedro II, que teria até mesmo ajudado a carregar o caixão, quando, pelo cerimonial oficial, isso jamais deveria ter acontecido.¹⁵ Em 3 de novembro de 1887, seu corpo foi novamente trasladado, agora para a Igreja da Santa Cruz dos Militares, com missa de corpo presente acompanhada pelo Conde d’Eu, com o caixão sendo aberto, permitindo que algumas de suas condecorações pudessem ser observadas:

“tendo o sr. Dr. Fernandes Francisco da Costa Ferraz de ir ao Asilo dos Inválidos da Pátria examinar o cadáver do General Marquês do Herval, que ali se acha embalsamado [...] manda dispor de um operário para abrir o caixão e as fitas das Grã-Cruzes do Cruzeiro, São Bento, de Avis e Cristo e da medalha de Monte Caseros, para substituir as que acham estragadas”.¹⁶

Depois, Osorio foi colocado em uma espécie de sarcófago mandado construir junto ao coro da igreja, onde permaneceu até 21 de julho

de 1893, quando foi enviado ao panteão da Praça XV. Mas a história do panteão se iniciou bem antes, e tratar desse tema seria impossível sem mencionar a atuação da “Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária”, fundada em 8 de novembro de 1857, por Antônio Álvares Pereira Coruja, juntamente com mais 24 membros. A sede estava localizada em uma casa na Rua da Misericórdia, número 45, e a “Sociedade Riograndense” admitia sócios de três tipos: *sócio efetivo* (somente gaúchos); *sócio especial ou contribuinte* (não gaúcho) e *sócio benemérito ou remido* (gaúcho e não gaúcho). A diferença básica entre os tipos de sócio, para além do local de nascimento, estava no pagamento de mensalidade, pela qual quem paga – no caso o sócio efetivo – pode votar e ser votado. Os recursos para sua manutenção eram provenientes do pagamento dessas mensalidades, além das aplicações financeiras feitas pela Sociedade.¹⁷ O general Osorio era sócio efetivo da Sociedade desde a sua fundação.

Logo após a morte do general, os membros da “Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária” já elaboravam formas de homenagear o ilustre sócio. Dessa forma, menos de uma semana após, é proposta uma Comissão para obtenção de valores a fim de promover a construção de um monumento para homenagear o general Osorio. Participavam dessa Comissão alguns personagens ilustres da época, como, por exemplo, o Barão de Andaraí (presidente); o Comendador e Presidente do Banco da Lavoura e Comércio, João Valverde de Miranda (vice-presidente); e como 1º e 2º secretários, Bernardino de Ávila e Souza e Cândido Gaffrée, respectivamente. Todos gaúchos. O escultor Rodolfo Bernardelli passou a integrar a Sociedade a partir de 1880.

Os recursos para a execução do monumento eram provenientes de subscrições públicas,

complementados com valores da própria Sociedade. Em pouco tempo, os valores foram alcançados, mas o projeto ainda demorou algum tempo para ser colocado em prática, visto que Rodolfo Bernardelli estava na Europa. Retornando ao Brasil em 1888, Bernardelli logo participa de reuniões da Comissão, elaborando inclusive a minuta do que seria o contrato definitivo, inserindo as especificações e exigências estéticas feitas pela Comissão. O contrato ainda descrevia como o monumento a Osorio deveria ser esculpido, ressaltando principalmente a necessidade de sua aproximação com a tropa bem como ressaltando suas grandezas recebidas:

O general Osorio em uniforme simples de espada em punho deu o comando e ainda com o olhar anima seus soldados a marchar avante. O cavalo tem o movimento do trote, este grupo pousa sobre um pedestal de gênero renascença, a parte anterior e posterior é circular, e os lados são retos, na parte anterior e posterior deverão ser colocadas as inscrições e coroas de louro e carvalho. Dos lados irão dois altos relevos representando batalhas. O pedestal e degraus serão de granito do nosso mais belo e harmonioso com o bronze, pousara sobre três degraus sobre formas variadas; no primeiro degrau junto ao pedestal serão colocados na parte anterior os emblemas em bronze das grandezas civis por ele adquiridas durante sua vida, na parte posterior a espada, o poncho e o livro da história onde será gravado o dia do nascimento do grande homem. Dos lados serão colocados troféus militares.¹⁸

Firmado o contrato e as diretrizes relativas ao monumento, faltava determinar o local. Nesse sentido, a comissão enviou ofício à Câmara Municipal, para que ela se pronunciasse sobre qual seria o local indicado para tal, mas não foi um ato pacificado e gerou grande discussão.

Havia uma verdadeira disputa sobre o melhor local. Os moradores da Praça General Osório¹⁹ enviaram ofício à Câmara solicitando que o monumento fosse colocado naquela localidade; outra proposta era de colocar o monumento entre o Campo da Aclamação e o Quartel Militar do Campo, local onde atualmente se encontra o Panteão do Duque de Caxias.²⁰ Entre os anos de 1888 e 1890, não foi encontrado nenhum outro documento, nem da Comissão muito menos da Câmara, sobre o monumento. Somente em 31 de janeiro de 1890, um novo ofício é enviado à Câmara, informando que ia requerer a posse do local destinado e concedido por ela. Mas a Comissão sugere uma nova destinação: o antigo Largo do Paço, agora Praça XV de Novembro.²¹ Para a Intendência Municipal, a Praça XV seria o local perfeito, pois representava “um local apropriado e compatível com os méritos do grande cidadão que queremos pôr em bronze”.²² Para Adriana Barreto de Souza, essa escolha e cuidado

chama atenção ainda para o fato de que a região [a Praça XV] é o cartão de visitas para o estrangeiro que desembarca na capital e que, portanto, deve estar totalmente desimpedida. Assim, seguindo a orientação de Bernardelli, a praça XV vira um grande passadiço com *bulevares* apenas nas laterais e com o monumento do Osório ao centro. Cravada no coração da cidade, era a estátua do grande cidadão que deveria acompanhar o cotidiano turbulento dos habitantes locais e saudar o estrangeiro que viesse conhecer a mais nova república sul-americana.²³

A preparação do local foi cuidadosa, visto que o monumento representava um ato simbólico de recriação de um herói que pudesse, naquele momento, integrar o *corpus* mítico da República. Nesse sentido, o poder simbólico se faz presente. Segundo Pierre Bourdieu, “o poder

simbólico é um poder de construção da realidade”.²⁴ A imagem de Osório como um soldado, e com o grande apelo popular que possuía, traria um simbolismo que, naquele momento, serviria para consolidar o regime. O mesmo autor continua afirmando que esse é um

“poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”.²⁵

Os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.²⁶

As obras na Praça XV demoravam mais do que o esperado. Foi necessária a intervenção de Bernardelli, que enviou ofício à Intendência Municipal, incluindo até mesmo uma planta do espaço planejado, pressionando-a para a efetivação das obras. No planejamento inicial de Bernardelli, o lançamento/inauguração das obras deveria ocorrer em grande pompa, contando até mesmo com a presença do marechal Deodoro e da família de Osório para o trabalho de lançamento da pedra fundamental do monumento. A Revolta da Armada e a renúncia de Deodoro, no entanto, adiaram mais uma vez os planos.

Assumindo a presidência, o marechal Floriano Peixoto acelerou os trabalhos para o monumento, a fim de associá-lo ao seu governo, e, para tanto, o novo presidente se aproxima da Comissão. Tornando-se um personagem chave na concepção da primeira etapa da cerimônia de inauguração do monumento, Floriano decidiu a data e a hora da cerimônia: 21 de julho de

1892, às 11 horas da manhã para a transladação do corpo do general Osorio da Igreja da Santa Cruz dos Militares para o pedestal da Praça XV. Segundo a ata da Comissão:

O Sr Presidente da República marcou o dia 21 do corrente às onze horas da manhã para efetuar-se a transladação do corpo do general Osorio da Igreja da Santa Cruz dos Militares para a cripta do monumento fundado na Praça Quinze de Novembro; (...) O Presidente da República queria dar a esta solenidade toda a pompa atendendo aos serviços prestados à Pátria pelo legendário general, sentindo que o espaço a percorrer não fosse maior, pois faria formar toda tropa aqui existente para prestar-lhe as devidas honras; que a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, cujo provedor é o Sr general Antonio Maria Pego, mostrou-se solícito e incansável, e deliberou fazer por si a cerimônia religiosa devido ao alto apreço que ligava à memória do legendário general; e que o Sr general Francisco Antonio de Moura, Ministro da Guerra, deu com a maior solícitude todas as ordens para que nada faltasse a essa cerimônia e pôs à disposição da Comissão tudo o que ela requisitasse.²⁷

Então, às 11 horas do dia 21 de julho, autoridades e convidados se reuniram na Igreja da Santa Cruz dos Militares, sendo lida, na ocasião, a ata de encerramento do corpo do general, a qual ficou depositada com as moedas e jornais do dia. Prosseguindo o programa de comemorações, Cândido Gaffrée, que se tornara presidente da Comissão, leu um discurso em que exaltava principalmente as qualidades do general na Batalha de Tuiuti, bem como a postura de político, figura mais importante para esse contexto:

“Os trabalhos da guerra não o escusaram dos da paz, morreu no serviço do Estado. [...] A humanidade lhe deve a libertação de um povo

oprimido; a América a queda do ditador, cuja crueldade a assombrou, e o Brasil a defesa de sua integridade”.²⁸

Com o início do movimento do “jacobinismo”, a aproximação de Floriano com a Comissão ficou mais evidente, e os jornais que defendiam essa pauta faziam questão de ressaltar a biografia de Osorio, mas relegando a Guerra de Tríplice Aliança a segundo plano, até mesmo criticando-a.²⁹ A imagem de Osorio passou a ser aproximada de Floriano, que, nesse momento, recebia duras críticas devido à sua atuação frente às Revoltas Federalista e da Armada. A Comissão, percebendo essa intenção, não ficou satisfeita e cobrou Bernardelli sobre o andamento da estátua equestre que seria colocada sobre o pedestal.³⁰ No trecho, deixam claro que havia uma relativa pressão e que a Comissão não pretendia ceder:

Estamos sofrendo pressões de gente muito poderosa para que a estátua seja inaugurada até novembro. Quando organizamos a subscrição, queríamos apenas louvar o maior dos guerreiros que já defenderam nossa pátria (...). Os agentes da ditadura insistem que a estátua deve estar pronta no próximo mês.³¹

A Comissão pretendia inaugurar o monumento completo no dia 10 ou 24 de maio de 1893, respectivamente aniversário de Osorio e da Batalha de Tuiuti, mas o atraso nas obras inviabilizaria tal intento. Um ano mais tarde, em nova reunião, a Comissão demonstra o quanto o contexto político estava interferindo e complicando, em certa medida, seus planos. Em 13 de outubro de 1894, Cândido Gaffrée lembrou à Comissão uma visita que ocorreria em novembro da delegação do Uruguai, que pretendia realizar a entrega de medalhas comemorativas da

Guerra da Tríplice Aliança, acreditando que esta seria uma ótima oportunidade para a inauguração, fato que foi aprovado por Floriano Peixoto. Ainda nessa sessão, foi acordado o que viria a ser escrito no pedestal: *A Osorio – o Povo* (inscrição que fora colocada no centro de uma coroa de carvalhos); atrás, sua data e local de nascimento – *10 de Maio de 1808 na Província do Rio Grande do Sul*. Floriano também se encarregou de dar a pompa necessária à ocasião, ordenando que a guarda de honra da estátua fosse composta por um contingente de *inválidos da pátria*, e etapa dobrada para todo corpo do exército que estivesse na capital no dia 12, considerando este dia de festa nacional. Foram feitos até convites para a cerimônia, com os seguintes dizeres:

A comissão do Monumento ao general Osorio tem a honra de convidar a V. Exa. para assistir à inauguração do mesmo monumento, que será efetuada pelo Exmo Snr. marechal Presidente da República, no dia 12 do corrente, à 1 hora da tarde, na Praça Quinze de Novembro (Figura 1).³²

Não foi possível a distribuição efetiva dos convites e a Comissão, então, resolveu facultar o acesso do público, mesmo sem o convite, objetivando transformar a cerimônia em um evento cívico e popular.³³ Entretanto, em vez de a inauguração ocorrer no dia 15 de novembro, quinto aniversário da República, ela ocorreu no dia 12 do mesmo mês. Para a inauguração, estava prevista uma “grande marcha cívica”, composta pelos alunos dos colégios públicos e particulares, de integrantes de associações patrióticas, comerciais, recreativas, beneficentes e de funcionários públicos, bem como a presença maciça dos batalhões aquartelados na cidade. O governo

pretendia promover, segundo o jornal *O Paiz*, uma grande confraternização do povo. Para tanto, previa, ao final das comemorações cívicas, um espetáculo com divertimentos populares.³⁴ Após o discurso do general Costallat, já citado na abertura deste artigo, o panteão do general Osorio foi inaugurado.

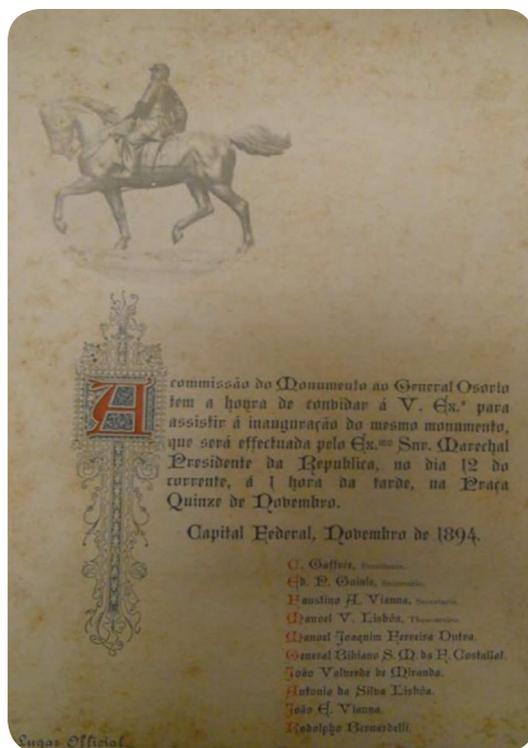


Figura 1 – Convite para a inauguração do Panteão de Osorio

Fonte: Biblioteca Nacional. Setor de Obras Raras

Podemos considerar o panteão do general Osorio uma espécie de *representificação*, pois é a partir dele que a recordação seria reconhecida como um ato de alteridade, tomando forma pública de culto e de promoção de uma narrativa específica.³⁵ Essa forma de “trazer à vida” os grandes homens faz com que a chamada “memória dos mortos” se torne um recurso essencial

para a construção da identidade, cuja finalidade é “instigar pela emoção, uma memória viva”, sendo o monumento, desse modo, a imagem de uma permanência, a que o grupo deseja para si mesmo. Ao receber os restos mortais, o monumento deixa de ser somente assim considerado e passa a ser um mausoléu. O panteão seria algo além disso, pois guardaria não somente as cinzas, mas trabalharia com toda uma alegoria a fim de contar uma história, uma espécie de culto cívico da nação. Nesse sentido, o panteão do general Osorio serviria muito bem para essa finalidade.

Sobre a estátua equestre realizada por Bernardelli, Adriana Barreto a descreve como

a imagem de um militar propriamente dito. Na parte anterior do monumento, no primeiro degrau foram colocados emblemas de bronze dos principais atos da vida do general e na parte posterior o que Bernardelli denominou “o livro da história”. Nele, estaria gravado o dia do seu nascimento e seus principais feitos. De ambos os lados foram colocados ainda seus troféus militares e, completando a imagem, estão o seu poncho e a espada de campanha. Um traço que mereceu atenção especial de Bernardelli foi a modelagem do cavalo. No seu arquivo foi possível encontrar uma pasta só com fotografias de monumentos equestres, que destacavam os cavalos. Tratava-se de um estudo cuidadoso. São fotos de monumentos de várias cidades dos Estados Unidos, França e Itália. Em todas elas, os cavalos encontram-se em movimento. É dessa maneira que Bernardelli esculpe o cavalo de Osorio. Sobre o cavalo, o herói homenageado seguia os modelos estudados pelo estatuário. A imagem retratava uma situação de guerra: Osorio tem uma das mãos nas rédeas enquanto a outra empunhava a espada no ar. Em carta ao Barão do Andaraí, presidente da comissão, Bernardelli afirma que procurou lhe dar um “... ar natural: a cabeça exprimindo valor e franqueza enquanto o bra-

ço direito de um movimento nervoso é levado para trás, o que dá ao corpo movimento que desenha largamente a parte anterior e posterior”. O uniforme era o de campanha, bastante simples. Para executar toda a obra, foram derretidos vários canhões utilizados na Guerra do Paraguai, proposta do estatuário.³⁶

A estátua equestre mede cerca de 8 metros de altura, tendo sido confeccionada em Paris com o bronze dos canhões apreendidos na guerra. Sua base é de granito dos Alpes e fora construída uma cripta para ali depositar os restos mortais de Osorio. Bernardelli sofreu diversas críticas relativas à concepção do monumento: alguns achavam o fardamento simplório ou as feições brutas, mas, de acordo com o interesse político, a concepção foi exatamente como o planejado. Outro ponto de crítica foi o fato de o escultor ter concebido a estátua de Osorio sem as botas de cavalaria, fato este explicado devido a um problema que o general adquiriu em campanha, na batalha de Passo da Pátria, o que causou uma séria inflamação que o impediu de calçar botas pelo resto da vida. Anos mais tarde, o *Diário de Notícias* assim relembrou o fato:

Henrique Bernardelli, irmão do escultor, contou-nos toda história e pediu que fôssemos o cruzado da sua divulgação. Não foi engano de Rodolfo Bernardelli. Ele estudou tudo o que um escultor estuda para fazer um monumento daquele tipo: indumentária militar, ambiente histórico etc. E fez o que era certo. Vestiu o general Osorio com o segundo uniforme, do qual fazem parte as botas. Quando a maquete ficou pronta, convidou a filha do homenageado, D. Manuela Luiz Osorio Mascarenhas, e, ao visitar o atelier, vendo o modelo, ela se dirigiu ao escultor e declarou – Está muito bonito. Mas é interessante que meu pai esteja com botas, quando, desde 1866, ele não as pôde mais usar

até o resto da vida. A pergunta de Bernardelli, ela esclareceu: – Choveu torrencialmente enquanto se desenvolvia a batalha do Passo da Pátria, na qual meu pai esteve combatendo durante 24 horas. Quando transpôs o rio, as botas estavam encharcadas e não podia tirá-las, observando que as pernas estavam inchadas. Ordenou ao seu bagageiro que lhe cortasse as botas a faca, o que foi feito. Voltando a combater, já no final dessa batalha lutou meu pai sem botas. Mais tarde, sob tratamento na cidade de Pelotas, o médico sugeriu a aplicação de uma ducha em cada perna, do que resultaram duas feridas de mau caráter, que não cicatrizaram. Ante o que expusera a filha de Osório, Rodolfo Bernardelli resolveu fundir o monumento sem botas, inspirado no propósito de realçar, perante as gerações, o sacrifício do grande general. No dia da inauguração da estátua, Bernardelli foi acoimado de ignorante e a poucos pôde explicar a razão daquela aparente lacuna do seu trabalho. Deixou em testamento ao museu a “maquete”, pedindo-me seu irmão Henrique que contasse o caso aos colegiais que visitam o Museu. E assim o tenho feito.³⁷

Ao retratar esse detalhe, Bernardelli tentou exprimir o lado mais humano de Osório. Na edição do jornal *O Paiz* de 13 de novembro de 1894, dia seguinte da inauguração, repercutia a inauguração, afirmando que tinha sido aquela a “manifestação do espírito popular brasileiro” (**Figuras 2 e 3**).³⁸ No discurso de Leôncio de Carvalho, político que integrou juntamente com Osório o Gabinete de 1878, estava clara a imagem que ficou do general:

Como cidadão, o general Osório amou sempre a democracia [...] justo é hoje, pois, que militares e paisanos ligados em cordial amplexo saúdem afetuosamente o ínclito general e benemérito cidadão, a quem devem tantos e tão valorosos serviços; curvem-se reverentes diante da abençoada estátua, que, atestando o consórcio do militarismo com a liberdade, exuberantemente demonstra que o povo e o exército, naturais aliados, devem confraternizar seus esforços em defesa do grande princípio fundamental de todos os poderes políticos: a soberania da nação.³⁹



Figura 2 – Panteão de Osório no dia da inauguração
Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/04/monumento-general-osorio-na-praca-xv-de.html> (Acesso em: 20 maio 2020)



Figura 3 – Concorrência do povo na inauguração do Panteão do General Osório
Fonte: Instituto Moreira Sales <http://201.73.128.131:8080/portals/#/detailpage/79105> (Acesso em: 20 maio 2020)

Osorio, um soldado do Império, passou a ser igualmente um soldado-cidadão da República. A partir daquele momento, o panteão concentrou as manifestações cívicas que ocorriam todos os anos em 10 de maio – nascimento de Osorio, e 24 de maio – Batalha do Tuiuti (**Figura 4**). Para comemorar a inauguração, *O Paiz* publicou a poesia feita por Gavroche, pseudônimo utilizado por Arthur de Azevedo, que assim dizia:

*Está tão contente o Zé Povo,
Que até não cabe na pele:
Osorio vive de novo
No bronze de Bernardelli.⁴⁰*

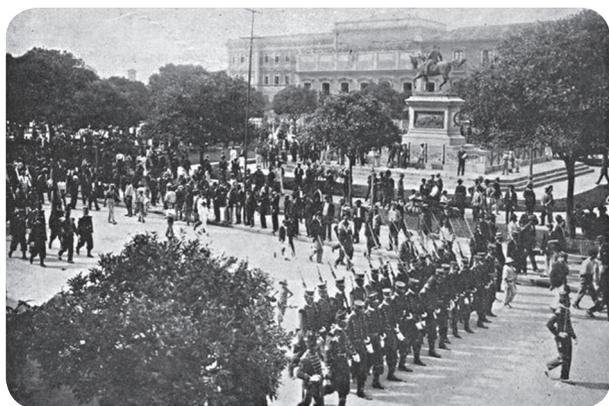


Figura 4 – Comemorações da batalha do Tuiuti (24 de maio de 1907)

Fonte: Revista Fon-Fon. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional

Com o passar dos anos, as cerimônias relativas ao general na Praça XV foram arrefecendo, sendo rememoradas somente durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Por muitos anos, o panteão ficou relegado ao esquecimento, mas o vulto do general consolidou suas bases no imaginário e na História do Brasil. No dia 19 de novembro de 1993, Dia da Bandeira, foi realizada uma nova exumação dos restos mortais do general Osorio, que foram transferidos do panteão para

o Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osorio, no município de Tramandaí – RS, local onde se encontra preservada a casa simples em que nasceu, em 10 de maio de 1808 (**Figura 5**). Durante a exumação no monumento, foram encontrados fragmentos em decomposição de seu uniforme militar, bordados, botas, dragonas, franjas, botões dourados, um par de esporas, uma espada de serviço de oficial-general e as seguintes medalhas e condecorações militares: Medalha da Campanha do Uruguai e de Buenos Aires (1852), Medalha da Campanha do Uruguai (1865), Medalha da Campanha do Paraguai (1870) com passador de ouro número 4, Placa de Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, Medalhão pendente da faixa de Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, Medalha de Oficial da Ordem da Rosa, Placa de Grã-Cruz da Ordem da Rosa, Placa de Grã-Cruz da Ordem de Cristo, duas medalhas da Ordem de Aviz (Cavaleiro ou Oficial), medalha pendente da faixa de Grã-Cruz da Ordem de Aviz e Placa de Grã-Cruz da Ordem de Aviz.⁴¹



Figura 5 – Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osorio
Fonte: <https://www.facebook.com/Parque-Hist%C3%B3rico-Marechal-Manoel-Luis-Osorio-513664375359257/events/>

Considerações Finais

Hoje o general Osorio descansa no local onde nasceu e foi projetado para as vitórias, tendo sua memória como herói ressaltada e dignificada no parque que recebeu seu nome. Filho de estancieiro, aprendeu desde muito cedo a dominar os animais que lhe serviam como montaria. Assentou praça no Exército Imperial aos 15 anos de idade, galgando todos os postos da hierarquia militar. Participou das principais lutas do Exército durante o Império, tendo atuação destacada nas Campanhas da Independência,

Cisplatina, Farroupilha e até na Guerra da Tríplice Aliança. Recebeu títulos de nobreza: barão, depois visconde e, finalmente, primeiro e único Marquês de Herval. Em seu brasão, figuram três estrelas douradas, que representam os ferimentos que sofrera no rosto durante a Batalha de Avaí, em dezembro de 1868. Em 13 de março de 1962, o general Osorio foi reconhecido como Patrono da Cavalaria, e, a fim de homenageá-lo e tomá-lo como exemplo de bravura e destemor, entre tantos outros atributos e valores, o dia do seu nascimento, 10 de maio de 1808, passou a ser comemorado como o Dia da Cavalaria. 

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CATROGA, Fernando. **O culto dos mortos como uma poética da ausência**. V 12, nº 20. Uberlândia: Art-Cultura, jan-jun 2010.

DE SOUZA, Adriana Barreto. **Osorio e Caxias**: os heróis militares que a República manda guardar. Belo Horizonte: Varia História, nº 25, julho de 2001, pp. 231-252.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DORATIOTO, Francisco. **General Osorio**: a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FABRE, Daniel. L'atelier des héros. In: CENTLIVRES, Pierre; FABRE, Daniel; ZONABEND, Françoise. **La fabrique des héros**. Paris: Ministère de la Culture/Éditions de la Maison des sciences de l'homme, Coll. "Ethnologie de la France", cahier 12, 1999.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 5ª ed., 2000.

Monumentos da Cidade. Rio de Janeiro: S. A. **Diário de Notícias**, 1946.

MUZZI, Amanda. **Jacobinos**: abordagem conceitual e performática. In: CANTAREIRA, Niterói, edição 13. Disponível em www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13. Acesso: 15 maio 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **As armas e as letras**: a guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História Social, PPGHIS/UFRJ, 2011.

ORIÁ, Ricardo. **Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais**: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 3, nº 6, pp. 43-66 – 2014.

SOARES, Ethiene Cristina Moura Costa. **General Osorio e a República**: um estudo sobre memória e política (1879-1930). Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012.

Notas

- ¹ Cabe esclarecer que optamos pela grafia original do nome do general, sem o acento, que não era usado nem pelo general nem por seu filho e biógrafo, Fernando Luis, muito menos por seus descendentes hoje.
- ² “**Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio**”. Notação: 46.3.41. Ata de 15 de novembro de 1894. Setor de manuscritos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ³ “**Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio**”. Notação: 46.3.41. Ata de 15 de novembro de 1894. Setor de manuscritos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ⁴ Cf. Ethiene Cristina Moura Costa Soares. **General Osorio e a República**: um estudo sobre memória e política (1879-1930). Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012. pp. 54-56.
- ⁵ ORIÁ, Ricardo. “Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História.” *Revista História Hoje*, v. 3, nº 6, pp. 43-66 – 2014, p. 46.
- ⁶ FABRE, Daniel. “L’atelier des héros”. in CENTLIVRES, Pierre; FABRE, Daniel and ZONABEND, Françoise. **La fabrique des héros**. Paris, Ministère de la Culture/Éditions de la Maison des sciences de l’homme, Coll. « Ethnologie de la France », cahier 12, 1999, p. 18.
- ⁷ Rodrigo Octavio (Rodrigo Octavio de Langaard Menezes), advogado, professor, magistrado, contista, cronista, poeta e memorialista, nasceu em Campinas – SP, em 11 de outubro de 1866. Participou, desde o início, do grupo de escritores que fundaram a Academia Brasileira de Letras, sendo o fundador da cadeira nº 35, que tem como patrono Tavares Bastos. Fez seus estudos de Direito na Faculdade de São Paulo, onde se formou aos 20 anos, em 1886, iniciando a vida pública na magistratura, tendo sido nomeado, em 1894, secretário da Presidência da República no governo de Prudente de Moraes (1894-1896). Posteriormente, exerceu a advocacia até 1929, data em que foi nomeado, pelo presidente Washington Luís, ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que se aposentou em 1934. Foi consultor-geral da República (1911-1929); delegado plenipotenciário do Brasil em diversas conferências internacionais, como as de Haia, para o Direito relativo à Letra de Câmbio (1910 e 1912); de Bruxelas, para o Direito Marítimo (1909, 1910 e 1912); a Conferência Científica Pan-Americana de Washington (1916); da Paz, de Paris (1919), tendo assinado o Tratado de Versalhes; foi vice-presidente na I Assembleia da Liga das Nações (1920); membro da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos, reunida no Rio de Janeiro (1927); presidente da Seção de Direito Internacional Privado; membro da Comissão Permanente para a Codificação do Direito Internacional e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual. Faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de fevereiro de 1944. Cf. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/rodrigo-octavio/biografia>. Acesso em: 15 maio 2020.
- ⁸ Raul de Ávila Pompeia nasceu em Jacucanga, Angra dos Reis – RJ, em 12 de abril de 1863. É o patrono da cadeira nº 33, por escolha do fundador Domício da Gama. Apoiador da República logo após sua implantação,

- foi nomeado professor de mitologia da Escola de Belas Artes e, a seguir, diretor da Biblioteca Nacional. No jornalismo, revelou-se um florianista exaltado, grande jacobino que era, em oposição a intelectuais do seu grupo, como Pardal Mallet e Olavo Bilac. Numa das discussões, surgiu um duelo entre Bilac e Pompeia. Combatia o cosmopolitismo, achando que o militarismo, encarnado por Floriano Peixoto, constituía a defesa da pátria em perigo. Pôs fim à vida, com um tiro no coração, no dia 25 de dezembro de 1895. Cf. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/raul-pompeia/biografia>. Acesso em: 15 maio 2020.
- ⁹ Cf. Adriana Barreto de Souza. “Osorio e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar”. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 25, jul 2001, pp. 231-252.
- ¹⁰ Idem, p. 234.
- ¹¹ Cf. José Murilo de Carvalho. **A formação das almas**. Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 11.
- ¹² Adriana Barreto de Souza, op. cit, p. 234.
- ¹³ Cf. Francisco Doratioto. **General Osorio: a espada liberal do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 18-19.
- ¹⁴ Sobre a atuação de Osorio na batalha de Tuiuti cf: Idem, ibidem. pp. 144-146; Idem. **Maldita Guerra**, op. cit., pp. 220-225.
- ¹⁵ Idem, ibidem, pp. 235-236.
- ¹⁶ **Arsenal de Guerra (1886)**. Ministério da Guerra. IG7 174. Arquivo Nacional.
- ¹⁷ Segundo Ethiene Cristina Moura Costa Soares, analisando as atas das reuniões, era possível constatar que a Sociedade tinha por objetivo reunir os gaúchos de posses residentes na capital do Império para ajudar os gaúchos “necessitados” do Rio de Janeiro, sobretudo aqueles que tiveram que fugir após o término da Farrroupilha. Daí resultaria, segundo ela, o outro objetivo da Sociedade: proporcionar o convívio de ricos e pobres gaúchos, a exaltação do amor ao Rio Grande, por sua gente, história e tradição. Cf. Ethiene Cristina Moura Costa Soares. **General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012. p. 25.
- ¹⁸ **Arquivo Rodolfo Bernardelli**. mapoteca, pasta 27, nº 12/IX. Museu Nacional de Belas Artes.
- ¹⁹ Cabe ressaltar que a Praça General Osorio em 1885 era uma localidade na região central da cidade do Rio de Janeiro, que desapareceu quando da abertura da Avenida Presidente Vargas na década de 1940 do século XX. A atual localização, no bairro de Ipanema, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, só foi inaugurada no ano de 1894 quando da abertura de ruas do bairro pelo Barão de Ipanema. GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 5ª ed., 2000.
- ²⁰ **Papeis sobre o projeto e execução da estátua do General Osorio**. Fundo: Câmara Municipal. Coleção Prefeitura do Rio de Janeiro, Série Estudos. Notação 48.1.68. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.
- ²¹ **Monumento a Osorio**. Setor de manuscritos. Notação: 46.3.34. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ²² **Monumento a Osorio**. Setor de manuscritos. Notação: 46.3.34. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ²³ Adriana Barreto de Souza. “Osorio e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar”. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 25, julho de 2001, pp. 237-238.
- ²⁴ Cf. Pierre Bourdieu. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 9.
- ²⁵ Cf. Idem, ibidem, pp. 14 e 15.
- ²⁶ Idem, ibidem, p. 10

- ²⁷ “**Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio**”. Notação: 46.3.41. Ata de 20 de julho de 1892. Setor de manuscritos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ²⁸ “**Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio**”. Notação: 46.3.41. Ata de 27 de maio de 1893. Setor de manuscritos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- ²⁹ “O vocábulo *jacobino*, que já era utilizado no final do Império como sinônimo de “republicanos radicais”, durante o governo do marechal Floriano Peixoto, tornou-se sinônimo para os voluntários dos batalhões patrióticos – destacamento composto por jovens que se alistavam voluntariamente para lutar pela República, armados e incentivados pelo marechal Floriano – e que, assim como a imprensa, constituía um importante instrumento de ação política. O termo era usado ainda para designar os mais veementes florianistas, “os chamados amigos do marechal Floriano”, cf. Ethiene Cristina Moura Costa Soares. **General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012. p. 43; e Amanda Muzzi. “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. In **Cantareira**, Niterói, edição 13. Disponível em www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13. Acesso em: 15 nov 2019.
- ³⁰ Apud. Rodrigo Perez Oliveira. **As armas e as letras: a guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História Social, PPGHIS/UFRJ, 2011. p. 127. Cabe ressaltar que o documento mencionado não foi encontrado. Além dele, Adriana Barreto também se utiliza dessa fonte.
- ³¹ Apud, Rodrigo Perez Oliveira. Op. cit., p. 26.
- ³² **Convite para inauguração do monumento ao general Osorio**. Setor de Obras Raras. Biblioteca Nacional.
- ³³ Cf. **Gazeta de Notícias**. 10 e 11 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.
- ³⁴ **O Paiz**, 12 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.
- ³⁵ Catroga. “O culto dos mortos como uma poética da ausência”. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 12, nº 20, jan-jun 2010, pp. 13-14.
- ³⁶ Adriana Barreto de Souza. “Osorio e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar”. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 25, jul 2001, pp. 234-236.
- ³⁷ **Monumentos da Cidade**. Rio de Janeiro: S. A. Diário de Notícias, 1946, pp. 22-23.
- ³⁸ **O Paiz**, 13 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.
- ³⁹ O discurso na íntegra pode ser encontrado no AGC, seção de manuscritos. “Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osório” – 4. 07. 87 ou ainda na edição do dia 13 de novembro de **O Paiz**.
- ⁴⁰ **O Paiz**, 12 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.
- ⁴¹ Cf. **História dos monumentos do Rio**. Disponível em: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/04/monumento-general-osorio-na-praca-xv-de.html>. Acesso em: 15 nov 2019.

No coração da guerra total: a participação brasileira na Grande Guerra

*Carlos Roberto Carvalho Daróz**

O Brasil foi o único país sul-americano a participar, com o envio de forças militares, das duas guerras mundiais. Seu ingresso na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorreu após diversos de seus navios terem sido afundados por submarinos alemães (*U-boots*)¹, o que resultou no envio, para o Teatro de Operações da Itália, em 1944, da Força Expedicionária Brasileira, composta por uma divisão de infantaria e de um grupo de aviação de caça, além da participação na Campanha do Atlântico Sul. Os feitos dos militares brasileiros no conflito são assunto bastante conhecido no Brasil, com diversos trabalhos publicados e associações de ex-combatentes organizadas em diferentes cidades.

Tal memória, no entanto, não existe acerca da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – a Grande Guerra –, que revelou ao mundo toda a capacidade destrutiva da guerra total.² O conflito também chegou ao Brasil pelo mar, quando navios mercantes brasileiros começaram a ser afundados por submarinos alemães, que desenvolviam uma campanha de bloqueio naval contra a navegação aliada. Diante dos ataques, em 1917 o Brasil reconheceu

estar em estado de guerra contra a Alemanha, e uniu-se, ainda que de forma modesta, ao esforço internacional contra os germânicos. No último ano do conflito, 1918, o Governo brasileiro deu sua contribuição, enviando uma divisão naval para patrulhar a costa ocidental da África, uma missão médica militar e um grupo de oficiais do Exército para a França, além de um grupo de aviadores navais para treinamento e posterior atuação em combate na Inglaterra, Itália e Estados Unidos da América (EUA).³

Esse silenciamento da memória é potencializado pela carência historiográfica sobre o tema, havendo muito poucas obras com uma abordagem direta sobre a participação brasileira na Grande Guerra. Nesse sentido, na oportunidade em que se rememora o centenário do conflito, uma intenção deste trabalho é revisitar a história da participação das Forças Armadas do Brasil no conflito.

Poucos pesquisadores se debruçaram sobre a temática da participação brasileira na Grande Guerra, no passado e na contemporaneidade. Praticamente só são encontrados registros muito de passagem sobre essa participação nas obras de referência geral, de História do Brasil, e até

* Cel Art R/1 (AMAN/1991; EsAO/1999). Doutorando em História Social (UFF); Mestre em História (UNIVERSO/2018); Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2009); Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e professor do curso de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

mesmo de história militar brasileira. Hernâni Donato, no clássico e bem documentado *Dicionário das Batalhas Brasileiras*⁴, consagrou apenas 22 linhas à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. A *História do Exército Brasileiro*, editada em 1972 pelo Estado-Maior do Exército, em três volumes que totalizam mais de mil páginas, dedicou apenas um curto capítulo de cinco páginas ao assunto.⁵ Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, em sua obra *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*, faz uma abordagem sobre o conflito à luz da diplomacia brasileira e das grandes potências.⁶ O historiador francês Olivier Compagnon, em uma perspectiva da história comparada, traçou um paralelo entre os posicionamentos brasileiro e argentino diante da guerra, no contexto das rivalidades regionais entre os dois países no continente.⁷

Os almirantes João Prado Maia e Arthur Oscar Saldanha da Gama realizaram estudos centrados na divisão naval organizada pela Marinha do Brasil para patrulhar a costa ocidental do continente africano.⁸ Outro pesquisador que se dedica à participação da Marinha no conflito é Francisco Eduardo Alves de Almeida, que publicou relevantes trabalhos abordando a atuação da divisão naval.⁹ Mais recentemente, no ensejo do centenário da guerra, o pesquisador Carlos Daróz publicou *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*, obra que revisita a participação brasileira no conflito à luz da história militar e que se constituiu em referência sobre a temática no Brasil.¹⁰ O mesmo autor produziu um estudo acerca da atuação dos aviadores navais brasileiros na Itália, Inglaterra e EUA durante a Grande Guerra.¹¹ Mais recentemente, o mesmo historiador organizou, juntamente com Mary del Priore, a coletânea *História do Brasil nas duas guerras mundiais*, que dedica cinco capítulos

sobre a Grande Guerra, abordando diferentes aspectos do conflito.¹²

Este ensaio tem como proposta revisitar a participação do Brasil no conflito mundial de 1914-1918 e analisar o papel exercido pelas forças militares do país empregadas no conflito, e, assim, lançar uma luz sobre esse pouco conhecido episódio da história militar brasileira.

Brasil: um país neutro

O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do Império Austro-Húngaro, e sua esposa em Sarajevo, na manhã de 28 de junho de 1914, desencadeou um conflito que resultaria na morte de 10 milhões de pessoas e deixaria 20 milhões de feridos, mutilados e incapacitados. Entretanto, como ocorreu em boa parte da Europa, no Brasil o atentado e os fatos sucedâneos não levaram à percepção do perigo que se avizinhava. A diplomacia brasileira também não conseguiu avaliar a gravidade da situação. O jornal *Correio da Manhã* publicou a opinião do Dr. Cyro de Azevedo, que fora embaixador do Brasil junto ao Império Austro-Húngaro. De acordo com a apreciação do diplomata, o assassinato não traria maiores consequências. Dizia ele:

Não creio que o lamentável atentado contra o arquiduque Fernando [Ferdinando] tenha raízes na política ou na opinião pública. A minha primeira impressão é que o brutal assassinato não passa de um desvairamento isolado, sem nenhuma razão de justiça que o atenué.¹³

O rompimento do tênue equilíbrio na Europa e a deflagração da guerra não provocaram nenhum sobressalto imediato nos países latino-americanos, inclusive no Brasil, embora, nos principais centros urbanos do país, predominasse uma

forte influência cultural francesa, decorrente da *Belle Époque*. Em razão da aplicação da Doutrina Monroe, os países da América Latina estavam muito mais ligados aos EUA do que às potências europeias, o que fez com que a escalada da crise que resultou no conflito não fosse percebida com clareza por suas chancelarias.

Dado o desinteresse geral dos governos latino-americanos, foi natural que se declarassem neutros diante de uma “guerra europeia”, pois nenhum deles identificava qualquer razão para se aliar a qualquer um dos dois blocos antagônicos.

O Brasil, que entraria em guerra com a Alemanha somente em outubro de 1917, formalizou sua condição de país neutro por meio do Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914, mesma data em que os britânicos declararam guerra às potências centrais. O decreto estabelecia as regras gerais de neutralidade do país no caso de guerra entre as potências estrangeiras, embora protestasse pela via diplomática contra a invasão da Bélgica pela Alemanha.¹⁴ Redigido com 27 artigos, o documento elencava uma série de regras de conduta, que tinham como objetivo manter o Brasil fora do conflito, muitas delas ligadas à navegação nas águas territoriais e à utilização dos portos nacionais por navios dos países beligerantes.

À época, a Alemanha era o segundo maior parceiro comercial do Brasil, só perdendo para a Grã-Bretanha, condição que fazia ser intenso o trânsito de navios mercantes entre os dois países. Com o início da guerra, 734 navios alemães, mercantes e de transporte de passageiros, temendo ser apresados pelas marinhas aliadas, solicitaram refúgio em portos de países neutros, que, à luz do direito internacional, deveriam salvaguardá-los.¹⁵ Nesse contexto, paralelamente

ao decreto de neutralidade, o governo brasileiro determinou a internação de 44 navios mercantes alemães e dois austro-húngaros que se encontravam em portos brasileiros.

A guerra chega às águas brasileiras

Com o início da guerra na Europa, a Grã-Bretanha logo fez valer seu poderio naval para atacar as linhas de navegação alemãs onde fosse possível. O Atlântico Sul era estratégico para as potências europeias, pois por ele passavam as principais rotas marítimas para os oceanos Pacífico e Índico. Como a Alemanha possuía importantes vínculos comerciais com a América do Sul e com suas colônias africanas, em agosto de 1914 dezenas de navios alemães navegavam no Atlântico Sul e, apesar da neutralidade do país, a guerra não tardou a chegar às águas costeiras do Brasil.

Na manhã de 14 de setembro de 1914, o navio de passageiros alemão convertido em corsário *Cap Trafalgar* estava sendo abastecido pelo navio-carvoeiro *Eleonore Woermann*, ao largo da ilha de Trindade, quando foi surpreendido pelo cruzador auxiliar HMS *Carmania*. Após breve perseguição, os canhões dos dois navios abriram fogo, dando início a um intenso duelo que durou cerca de duas horas. Como os canhões britânicos possuíam maior alcance e eram servidos por uma central de tiro mais moderna, o *Cap Trafalgar* foi duramente atingido e afundou. Outros enfrentamentos entre britânicos e alemães ocorreram em águas brasileiras. A importância estratégica do Atlântico Sul e os combates navais travados na região, já nos primeiros meses do conflito, eram um prenúncio de que a neutralidade do país não era definitiva. Pelo mar, a guerra chegava perto do Brasil.

Bloqueio marítimo e a campanha submarina

A guerra no mar ocorreu de forma particularmente intensa no conflito. As forças navais foram empregadas não somente para destruir as esquadras inimigas, mas, principalmente, para bloquear as rotas comerciais marítimas e estrangular a economia dos oponentes. Os britânicos bloquearam o Mar do Norte já em 1914, na tentativa de neutralizar o comércio marítimo da Alemanha. Tal decisão trouxe reflexos negativos para a economia brasileira, visto que o neutro Brasil tinha a Alemanha como seu segundo maior parceiro comercial.

Desde antes da guerra, os alemães tinham consciência da superioridade naval da Grã-Bretanha, mas, ainda assim, procuraram formas de comprometer a economia de guerra britânica, baseada, principalmente, no comércio marítimo internacional. Para isso, no dia 4 de fevereiro de 1915, o Secretário de Estado para a Marinha da Alemanha, almirante Alfred von Tirpitz, em resposta às ações da Marinha Real, determinou um bloqueio naval ao redor das ilhas britânicas e da Irlanda, com o objetivo de sufocar sua economia. Para isso, devido à inferioridade da Marinha Imperial em relação à sua oponente britânica, os alemães utilizaram seus incursores de superfície e, principalmente, sua frota de submarinos.

No dia 3 de maio de 1916, o submarino alemão *UB-27*¹⁶ afundou o cargueiro *Rio Branco*, quando navegava em águas restritas, o primeiro navio de bandeira brasileira a ir ao fundo do oceano. O vapor havia sido cedido ao governo britânico e navegava a seu serviço, com tripulação norueguesa, o que tornou o ataque legal à luz das leis de guerra. Apesar disso, entretanto, o

afundamento provocou comoção e protestos no Brasil, pois o *Rio Branco* navegava com bandeira brasileira e com a inscrição “BRASIL” pintada bem visível em seu casco. Apesar dos protestos, o fato de o afundamento ter sido efetuado de acordo com as regras de guerra fez com que o governo brasileiro se mantivesse cauteloso e conservasse sua situação de país neutro.

Em janeiro de 1917, o conde Johann von Bernstorff, embaixador alemão em Washington, alertou ao Secretário de Estado dos EUA, Robert Lansing, em um comunicado diplomático, sobre os perigos que corriam os navios de países neutros:

[...] Os navios neutros que navegam nestas zonas de bloqueio o fazem por sua própria conta e risco. Embora cuidados tenham sido tomados para que navios neutros que estão a caminho de portos das zonas de bloqueio em 1º de fevereiro de 1917, [...] é altamente recomendável avisá-los com todos os meios disponíveis, a fim de fazer com que regressem.

Os navios neutros que, em 1º de fevereiro, estiverem nos portos das zonas de bloqueio poderão, com a mesma segurança deixá-los. As instruções dadas aos comandantes de submarinos alemães preveem um período suficientemente longo, durante o qual é garantida a segurança dos passageiros em navios de passageiros inimigos desarmados. [...]¹⁷

Ao tomar conhecimento do anúncio do bloqueio, o Brasil não poderia aceitar passivamente os seus termos, pois sua economia dependia essencialmente das exportações de café para a França e para a Grã-Bretanha. Embora o país não considerasse o café como produto de guerra, e, por isso, os navios brasileiros que o transportavam estariam, em tese, livres de ataques, a Alemanha julgava o transporte de café para seus inimigos como contrabando, o que tornaria qualquer ataque justificável.

Mesmo ciente da ameaça proporcionada pelos *u-boots*, o mercante *Paraná* zarpou do Rio de Janeiro no dia 9 de fevereiro de 1917, com destino ao porto francês de Havre, carregado com 95.000 sacas de café e de feijão. Após escala no Recife, onde passou uma semana completando seu carregamento com sacas de açúcar, o navio partiu para aquela que seria sua última viagem. Na noite de 3 para 4 de abril de 1917, o *Paraná* navegava a cerca de 10 milhas ao largo do cabo Barfleur, a poucas horas de navegação de seu porto de destino, com todas as luzes acesas, a bandeira nacional hasteada em seu mastro e o nome "BRASIL" pintado nitidamente em seu casco de aço, tudo de acordo com as exigências feitas aos navios de países neutros. Perto da meia-noite, sem qualquer aviso prévio, o navio foi atingido por um torpedo a bombordo, na altura do compartimento de máquinas, a cerca

de um metro abaixo da linha de navegação, exatamente onde a inscrição "BRASIL" estava pintada no costado. O *Paraná* começou a soçobrar, quando o agressor, o submarino alemão *UB-32* emergiu. Sob o comando do kapitänleutnant Max Vieberg, que recentemente havia recebido a mais alta decoração alemã, a *Pour le Mérite*¹⁸, o *UB-32*, mudando de bordo, disparou cinco tiros de canhão contra o casco do navio já avariado e com as máquinas paradas, com a clara intenção de afundá-lo rapidamente. A decisiva intervenção de uma torpedeira francesa, que patrulhava a área, impediu uma tragédia, pondo o submarino em fuga e recolhendo os naufragos no dia seguinte. O *Paraná*, contudo, afundou nas primeiras horas do dia 4, levando consigo o 4º maquinista Antônio Machado Soares e dois foguistas brasileiros.



Figura 1 – O jornal Correio da Manhã, editado no Rio de Janeiro, noticia, em primeira página, o afundamento dos navios mercantes Lapa e Tijuca
Fonte: Biblioteca Nacional

O afundamento do *Paraná* provocou grande comoção no Brasil. A agressão reverberou na imprensa nacional, que passou a cobrar uma atitude mais enérgica do governo brasileiro e o alinhamento com os EUA na guerra contra a Alemanha. O afundamento provocou diversas manifestações públicas a favor da declaração de guerra. No sul do país e em São Paulo, dezenas de estabelecimentos comerciais e propriedades de imigrantes alemães e de seus descendentes foram atacados e pilhados.

Na manhã de 28 de março de 1917, o cargueiro *Tijuca* zarpou do Rio de Janeiro com destino ao porto de Havre, na França. Após realizar escalas no Recife, no arquipélago de Cabo Verde e na Ilha da Madeira, o *Tijuca* partiu de Funchal em 12 de abril, para cumprir a última etapa de sua viagem. Na noite de 20 de maio, porém, quando navegava em águas do Canal da Mancha a poucas milhas da ilha francesa de Ouessant, um torpedo arreventou seu casco a estibordo. Imediatamente, seus tripulantes abandonavam o navio e conseguiram divisar o submarino que os atacou, o *UC-36*¹⁹, que se aproximou para abordar uma das baleeiras de socorro que haviam sido baixadas ao mar. O comandante do submarino kapitänleutnant Gustav Buch²⁰ tentou interrogá-los, primeiro em alemão e depois em inglês, mas, como os brasileiros não compreendiam, finalmente utilizou o idioma espanhol. Após isso, o comandante Buch ordenou o disparo contra uma baleeira que estava vazia, desejou cinicamente “boa viagem” aos naufragos, e partiu com seu submarino. Perdeu a vida no ataque apenas um tripulante, o marinheiro João Gomes de Lima, vitimado pela explosão do torpedo. Posteriormente, os 36 tripulantes sobreviventes do navio foram conduzidos a Bordeaux e depois a Portugal, pelo paquete francês *Garenne*.

O Brasil ainda recebia as notícias do afundamento do *Tijuca* quando, apenas dois dias depois, em 22 de maio, o submarino *U-47* interceptou o cargueiro *Lapa*, do Lloyd Nacional, ao largo do Cabo Trafalgar, na costa espanhola.

O afundamento dos navios teve como consequência o fim da neutralidade brasileira perante a guerra entre os EUA e a Alemanha, e o confisco dos navios alemães que estavam retidos nos portos brasileiros desde 1914, o que foi formalizado pelo Decreto nº 12.501, publicado no dia 2 de junho. Com o fim da neutralidade, o presidente Wenceslau Braz autorizou o uso dos portos brasileiros por navios de guerra norte-americanos, que aproveitaram de imediato a oferta para marcar presença e demonstrar força. Em maio de 1917, a Marinha dos EUA enviou o Esquadrão de Patrulha do Atlântico Sul para o Brasil, sob o comando do almirante William Banks Caperton, Comandante-em-Chefe da Frota do Pacífico, com o claro propósito de “mostrar a bandeira” e reafirmar sua influência junto ao país e às demais nações sul-americanas.

O país ingressa no conflito

No dia 18 de outubro, o mercante *Macau* navegava a 200 milhas do Cabo Finisterra, na Galícia, acidente fisiográfico que forma a extremidade ocidental da Península Ibérica, local onde, em 1747, a esquadra francesa de Jacques-Pierre de La Jonquière foi derrotada pelos navios ingleses do almirante George Anson, durante a Guerra de Sucessão Austríaca. Nessa posição, já em águas espanholas, o *Macau* foi interceptado e torpedeado pelo submarino *U-93*. O comandante alemão, kapitänleutnant Helmuth Gerlach, ordenou ao capitão brasileiro e a um tai-feiro que desembarcassem e subissem a bordo do

submarino, enquanto os demais tripulantes procuravam abrigo nas baleeiras. Em poucos minutos, o *Macau* desapareceu sob as águas do Atlântico, mas todos os 47 tripulantes que estavam nas baleeiras conseguiram se salvar.

A notícia do torpedeamento do *Macau* chegou ao país somente cinco dias depois, no dia 23 de outubro. A indignação que se seguiu ao afundamento fez recrudescer a revolta popular. No Rio de Janeiro, armazéns, restaurantes, fábricas e jornais de empresários germânicos foram vandalizados e saqueados, a exemplo do que ocorria em São Paulo e no sul do país. O afundamento do *Macau* também foi a gota d'água para o governo brasileiro, restando apenas reconhecer a existência de um estado de guerra já existente. O presidente Wenceslau Braz encaminhou ao Congresso Nacional, em 25 de outubro, uma mensagem apresentando sua disposição em romper a neutralidade e reconhecendo que o Brasil, de fato, já se encontrava em guerra.

Na manhã do dia 3 de novembro, apenas uma semana após o reconhecimento do estado de guerra pelo Brasil, o submarino alemão *U-151*, comandado pelo kapitänleutnant Walde-*mar Kophamel*, outro agraciado com a medalha *Pour le Mérite*, atacou, em um único dia, dois navios mercantes brasileiros, no Porto Grande do Mindelo, no arquipélago de Cabo Verde: o *GuaHYba* e o *Acary*²¹.

Uma vez oficialmente em estado de guerra, o Brasil apressou-se em oferecer seus préstimos à causa aliada, apesar da carência de infraestrutura e de seu pouco expressivo poder militar. Entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917, ocorreu em Paris a Conferência Interaliada, na qual o representante brasileiro, Olyntho de Magalhães, antigo Ministro das Relações Exteriores, ofereceu uma divisão naval para patrulhar e combater

os submarinos alemães no Atlântico Sul. Pressionada pela falta de unidades navais, a Grã-Bretanha logo aceitou a oferta brasileira de uma frota composta por cruzadores e contratorpedeiros. Na ocasião também ficou decidida a abertura dos portos brasileiros para as nações aliadas, o envio de aviadores navais para a Inglaterra e de uma missão médica militar para a França.

Como contribuição para o esforço de guerra, o Brasil cedeu para a França 30 dos 44 navios alemães que haviam sido confiscados pelo prazo de um ano e a um custo de cerca de 105 milhões de francos, os quais operariam com tripulações brasileiras. Além disso, foi criada, em 21 de dezembro, a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França. Sob o comando do general Napoleão Felipe Aché, a comissão funcionaria com oficiais brasileiros adidos ao Exército francês e, no desempenho dessa tarefa, muitos entrariam em combate incorporados às unidades francesas.

O Brasil na guerra

O elevado número de baixas na guerra, até então sem precedentes em qualquer conflito anterior, tornava difícil o apoio de saúde, mesmo para os exércitos das principais potências mundiais. Simplesmente não havia médicos e enfermeiros suficientes para tratar da crescente quantidade de feridos²² e doentes e assegurar um atendimento eficaz. Tal dificuldade foi agravada pela gripe espanhola que se abateu sobre a Europa e que, em meados de 1918, assumiu a proporção de uma pandemia.

Para atender a essa demanda, durante a Conferência Interaliada, realizada em Paris na última semana de novembro de 1917, ficou decidido o envio de uma missão de assistência médica militar para a França, a fim de auxiliar no tratamento

de feridos daquele país. Para isso, no dia 10 de julho de 1918, foi criada a Missão Médica Militar Brasileira (MMMB)²³, com o propósito de instalar e operar um hospital com capacidade para 500 leitos em Paris. A Missão partiu para a França em agosto de 1918, sob a chefia do médico José Thomaz Nabuco de Gouvêa, civil comissionado no posto de coronel. Era constituída por 131 homens, entre médicos militares e civis comissionados, acadêmicos de medicina e auxiliares. No decorrer da viagem, contudo, o navio que conduzia a MMMB foi severamente atacado pela gripe espanhola, resultando na morte de alguns de seus integrantes e ficando outros internados em um hospital da Argélia francesa. Em Paris, a Missão Médica instalou um hospital militar destinado a socorrer feridos de guerra e, também, a população civil vitimada pela pandemia e prestou excelentes serviços, elogiados unanimemente pelos franceses, nos meses finais da guerra. Mesmo depois de extinta a Missão, com o fim do conflito, médicos brasileiros permaneceram trabalhando no hospital até novembro de 1919, quando o governo brasileiro fez entrega das instalações do hospital à Faculdade de Medicina de Paris.



Figura 2 – Integrantes da Missão Médica Militar Brasileira fotografados junto com o presidente da República Wenceslau Braz (de terno preto) antes de sua partida para a França em 1918

Fonte: Wikimedia Commons

Três grupos de aviadores navais foram enviados para países aliados com o propósito de frequentarem cursos de especialização e participarem do conflito. Na Itália e nos EUA, os aviadores brasileiros concluíram os cursos, mas não chegaram a voar em combate, visto que a guerra terminou antes que isso fosse possível. O grupo de pilotos navais enviado para a Inglaterra voou junto à recém-criada *Royal Air Force* (RAF)²⁴, e, após o período de treinamento, alguns voaram em missões de patrulhamento antissubmarino no Canal da Mancha, integrando a 10ª Força de Defesa Costeira da RAF.²⁵ Durante os voos de treinamento, perdeu a vida o tenente Eugênio Possolo, vitimado por acidente aéreo.



Figura 3 – Aviadores navais brasileiros durante treinamento na Real Força Aérea britânica

Fonte: Wikimedia Commons

No final de 1917, foi organizada no Brasil uma comissão de estudos composta por 24 oficiais brasileiros, de todas as armas e serviços, que, sob o comando do general Napoleão Felipe Aché, deveria partir para a França e se incorporar às operações de guerra, com o objetivo de obter informações e viabilizar a aquisição de material bélico que pudessem ajudar

o Exército brasileiro no seu esforço de atualização, de acordo com a doutrina militar mais atualizada na França. A Missão Aché, como ficou conhecida, não se limitou à observação e ao estudo, mas boa parte de seus integrantes foram autorizados a participar ativamente de operações de guerra do Exército francês, inclusive comandando pequenas frações. Alguns chegaram a ser promovidos por seu desempenho corajoso, em combate, como José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, tenente de cavalaria promovido a capitão, e Tertuliano Potyguara, capitão de infantaria, ferido na Batalha de Saint Quentin, promovido por bravura ao posto de major. A Missão Aché também perdeu um de seus integrantes, o tenente Carlos de Andrade Neves, morto em Meaux, vitimado pela gripe espanhola, quando servia no 8º Regimento de Artilharia de Campanha francês.²⁶

Além de policiar o extenso litoral do país e fornecer por empréstimo aos Aliados expressivo número de navios confiscados aos alemães nos portos nacionais, a Marinha do Brasil constituiu uma Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), composta pelos cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia*; contratorpedeiros *Piauhy*, *Parahyba*, *Rio Grande do Norte* e *Santa Catarina*; tãnder *Belmonte* e rebocador *Laurindo Pitta*, com cerca de 1.500 homens, sob o comando do contra-almirante Pedro Max de Frontin. A missão de que foi incumbida era o patrulhamento antissubmarino da área marítima compreendida entre o Senegal, o arquipélago de Cabo Verde e o Estreito de Gibraltar, região de importância vital para o abastecimento dos Aliados e com atividade de submarinos alemães.

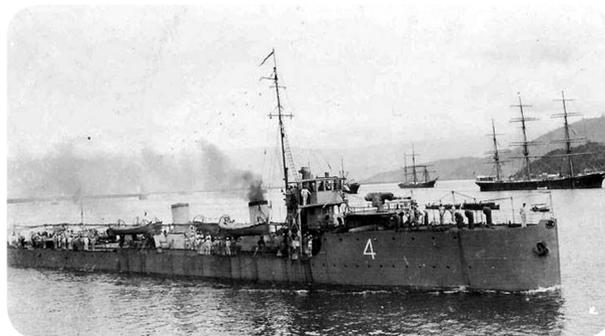


Figura 4 – Contratorpedeiro Rio Grande do Norte, uma das unidades da Divisão Naval em Operações de Guerra. A divisão foi extremamente prejudicada devido ao surto de gripe espanhola entre suas tripulações

Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

A atuação da DNOG, no entanto, foi extremamente prejudicada pelo surto de gripe espanhola, que, nos primeiros dias de setembro, atacou com grande violência as tripulações dos navios, que ficaram muito desfalcadas. Mais de 100 tripulantes morreram, 140 outros precisaram ser transportados de volta ao Brasil em estado muito grave, incontáveis outros foram também atingidos, mas conseguiram se recuperar. A DNOG precisou ficar imobilizada cerca de dois meses na costa senegalesa, aguardando a substituição dos tripulantes doentes e a recuperação dos que haviam sido atingidos com menor gravidade. Somente no dia 3 de novembro pôde partir para Gibraltar, aonde chegou a 10, apenas um dia antes de terminado o conflito mundial. Embora não tenha chegado a travar combates prolongados, as perdas foram muito pesadas na Divisão Naval, que perdeu cerca de 10% de seu efetivo inicial.²⁷

Considerações finais

Se, por um lado, a participação brasileira teve um impacto muito reduzido diante da magnitude

da guerra, por outro, foi muito importante para o país. Ela foi suficiente para que, após o armistício, o Brasil tivesse assento na conferência de paz entre as potências vencedoras, obtendo compensações que, do ponto de vista material, foram bastante vantajosas. O Brasil foi ressarcido do valor de seus navios afundados pelos submarinos e pôde incorporar definitivamente à sua frota, mediante pagamento meramente simbólico, os navios inimigos que confiscara no ano anterior.

Apesar de todos os países envolvidos terem sofrido prejuízos variados decorrentes de sua participação na guerra, as consequências econômicas para o Brasil foram moderadamente positivas. Em um primeiro momento, com o bloqueio naval imposto pelos alemães, as exportações de produtos nacionais caíram, produzindo uma crise na economia cafeeira, visto que o café era o principal item da pauta de comércio exterior do país. Os importados procedentes da Europa também foram severamente afetados pelo conflito e, como o Brasil dependia essencialmente dos produtos industrializados europeus, verificou-se a necessidade de substituir as importações para atender o mercado interno, levando o país a experimentar um inédito surto de industrialização.

A Grande Guerra provocou profundas mudanças nos campos político, econômico e social do Brasil. As transformações no campo militar, no entanto, foram ainda mais significativas. Quando o conflito alcançou o país, as forças armadas encontravam-se em situação precária, sendo a sua última experiência de conflito internacional a Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, travada meio século antes. E foi com um exército pequeno, uma marinha com meios obsoletos e uma aviação ainda incipiente que o Brasil enfrentou o Império Alemão do *kaiser* Guilherme II.

Anos antes do conflito, a fragilidade do Exército Brasileiro já suscitava debates sobre a viabilidade de se contratar uma missão militar de instrução no estrangeiro. Devido às afinidades culturais com a França, ao fato de ter sido o Exército francês o grande vitorioso da Grande Guerra e ao trabalho da Missão Aché, o governo brasileiro tomou a decisão estratégica de modificar a orientação profissional de seu exército, afastando-o da influência alemã e aproximando-o do paradigma francês. Nesse sentido, o Brasil contratou duas missões militares francesas para modernizar e adestrar o Exército: uma específica para implantar a aviação militar, a partir de julho de 1919, e outra mais ampla, iniciada em setembro do mesmo ano.

Um legado muito importante da guerra para o Brasil foi o surgimento da força blindada no Exército, o que ocorreu por intermédio do capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que integrou a Missão Aché. Depois do armistício, José Pessoa permaneceu servindo à Comissão de Estudos na França, até 1920 e, nesse período, foi designado para implantar uma unidade de blindados quando retornasse ao Brasil. Em 1921, o Exército Brasileiro organizou a Companhia de Carros de Assalto, com sede na Vila Militar, no Rio de Janeiro²⁸, a primeira tropa blindada no país, e nomeou para comandá-la seu maior especialista: o capitão José Pessoa. Com sua experiência, adaptou os *FT-17* para o ambiente operacional brasileiro, corrigindo uma série de pequenas falhas de projeto e afirmando a presença dos blindados na América do Sul.²⁹ Em razão de seu pioneirismo, José Pessoa é considerado o “pai das forças blindadas” brasileiras.³⁰

Uma nova e maior guerra voltaria a atingir o Brasil em 1943 e, como ocorrera na Grande Guerra, também chegaria pelo mar, quando

submarinos alemães e italianos atacaram a navegação mercante brasileira, dessa feita provocando centenas de mortes. Entretanto, mesmo diante do sacrifício, resiliência e capacidade de superação da DNOG e da incapacidade do Exército em enviar uma força expedicionária considerável para lutar na Europa, as lições não foram plenamente aprendidas. Quando a 2ª Guerra Mundial envolveu o país, as Forças Armadas brasileiras continuavam despreparadas, o que não impediu que o Brasil, dessa vez, contribuísse de

forma bem mais significativa com os novos Aliados do que fizera na Grande Guerra. Mas essa é outra história.

Passados cem anos, o rebocador *Laurindo Pitta*, rigorosamente preservado pela Marinha do Brasil, segue realizando seus cruzeiros pela Baía de Guanabara, agora conduzindo turistas e estudantes. O último sobrevivente da DNOG é o testemunho vivo e silencioso da participação e do sacrifício de tantos brasileiros que realizaram a longa travessia para lutar na Grande Guerra. 

Referências

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. **Desventuras em série**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/desventuras-em-serie>. Acesso em: 20 dez 2014.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. A perda do encouraçado Britannia e a Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918: fatos e controvérsias. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, v. 13, nº 25, pp. 50-59, 2017.

ALVES, Joaquim Vitorino Portela. **Os blindados através dos séculos**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1964.

CASTRO, Adler Homero. O Brasil na 1ª Guerra Mundial e a DNOG. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, nº 14, ago 2014. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/artigo8RBHM14.pdf>. Acesso em: 18 out 2014.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia**. São Paulo: Contexto, 2016.

DARÓZ, Carlos. **Da Ilha das Enxadas à Cattewater: os aviadores navais brasileiros na Grande Guerra**. Revista Navigator, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 25, pp. 25-35, 2017.

DEL PRIORE, Mary; DARÓZ, Carlos. **História do Brasil nas duas guerras mundiais**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

DONATO, Hernani. **Dicionário das batalhas brasileiras**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001.

DUFFY, Michael. **Military casualties of World War One**. In: [firstworldwar.com](http://www.firstworldwar.com/features/casualties.htm). Disponível em <http://www.firstworldwar.com/features/casualties.htm>. Acesso em: 22 jun 2015.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1972.

FERRO, Marc. **História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

FIRST WORLD WAR. Primary documents – Germany’s Policy of Unrestricted Submarine Warfare, 31 jan 1917. Disponível em http://www.firstworldwar.com/source/uboaat_bernstorff.htm. Acesso em: 18 out 2014.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha. **A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

MAIA, João Prado. **DNOG (Divisão Naval de Operações em Guerra) 1914-1918**: uma página esquecida da história da Marinha brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.

U-BOAT.NET. Max Viebeg. Disponível em <http://www.uboaat.net/wwi/men/commanders/376.html>. Acesso em: 18 out 2014.

U-BOAT.NET. **Gustav Buch**. Disponível em <http://www.uboaat.net/wwi/men/commanders/39.html>. Acesso em: 18 out 2014.

U-BOAT.NET. **U-151**. Disponível em <http://www.uboaat.net/wwi/boats/index.html?boat=151>. Acesso em: 30 out 2014.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

Notas

¹ *Unterseeboot*, literalmente “barco submarino”.

² COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, pp. 16-17.

³ Ver DEL PRIORE, Mary; DARÓZ, Carlos. *História do Brasil nas duas guerras mundiais*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

⁴ DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

⁵ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1972.

⁶ VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

⁷ COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

⁸ Ver GAMA, Arthur Oscar Saldanha. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982; e MAIA, João Prado. *DNOG (Divisão Naval de Operações em Guerra) 1914-1918*: uma página esquecida da história da Marinha brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.

⁹ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. “Desventuras em série”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/desventuras-em-serie>>. Acesso em: 20 dez 2014; e ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. A perda do Encouraçado *Britannia* e a Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918: fatos e controvérsias. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, vol. 13, nº 25, pp. 50-59, 2017.

¹⁰ DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.

- ¹¹ DARÓZ, Carlos. Da Ilha das Enxadas à Cattewater: os aviadores navais brasileiros na Grande Guerra. *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 25, pp. 25-35, 2017.
- ¹² DEL PRIORE; DARÓZ, *op. cit.*
- ¹³ *Jornal Correio da Manhã*.
- ¹⁴ O Brasil foi o único país latino-americano que formalizou protesto contra a invasão da neutra Bélgica pelo Império Alemão.
- ¹⁵ FERRO, Marc. *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990, p. 165.
- ¹⁶ Os submarinos classificados como UB na marinha Imperial alemã eram embarcações de menor porte, projetadas para operar em águas costeiras. Durante a guerra, os alemães construíram e operaram 154 submarinos dessa categoria.
- ¹⁷ FIRST WORLD WAR. *Primary documents – Germany’s Policy of Unrestricted Submarine Warfare, 31 jan 1917*. Disponível em <http://www.firstworldwar.com/source/uboaat_bernstorff.htm>. Acesso em: 18 out 2014.
- ¹⁸ U-BOAT.NET. *Max Viebeg*. Disponível em <<http://www.uboaat.net/wwi/men/commanders/376.html>>. Acesso em: 18 out 2014.
- ¹⁹ Os *u-boats* classificados como UC eram submarinos costeiros lançadores de minas, que, além de possuírem capacidade de ataque convencional com torpedos, eram projetados para minar águas costeiras inimigas, geralmente zonas portuárias e suas rotas de aproximação. Ao todo, a Marinha Imperial alemã operou 105 *u-boats* desse tipo.
- ²⁰ UBOAT.NET. *Gustav Buch*. Disponível em <<http://www.uboaat.net/wwi/men/commanders/39.html>>. Acesso em: 18 out 2014.
- ²¹ UBOAT.NET. *U-151*. Disponível em <<http://www.uboaat.net/wwi/boats/index.html?boat=151>>. Acesso em: 30 out 2014.
- ²² De acordo com DUFFY, Michael. *Military casualties of World War One*. In: firstworldwar.com. Disponível em <<http://www.firstworldwar.com/features/casualties.htm>>. Acesso em: 22 jun 2015, o total de feridos entre as forças militares durante a 1ª Guerra Mundial atingiu a impressionante cifra de 22.078.366 soldados.
- ²³ A Missão Médica Militar Brasileira foi criada pelo Decreto nº 13.192, de 10 de julho de 1918.
- ²⁴ A RAF foi criada em 1º de abril de 1918, com a fusão do Royal Flying Corps e de parte do Royal Naval Air Service, tornando-se a primeira força aérea independente do mundo.
- ²⁵ DARÓZ, 2017, pp. 25-35.
- ²⁶ DARÓZ, 2016, pp. 146-148.
- ²⁷ DARÓZ, 2016, p. 170.
- ²⁸ A Companhia foi criada por intermédio do Boletim do Exército nº 382, de 5 de maio de 1921, o qual também fixava seus efetivos.
- ²⁹ CASTRO, Adler Homero. O Brasil na 1ª Guerra Mundial e a DNOG. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, nº 14, ago 2014. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/artigo8RBHM14.pdf>>. Acesso em: 18 out 2014, p. 185.
- ³⁰ A respeito do capitão José Pessoa, ALVES, Joaquim Vitorino Portela. *Os blindados através dos séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964, destaca que “se outros exércitos atribuem paternidade a seus blindados, um dia haveremos de ter o Pai dos Blindados no Brasil, e este fatalmente será o marechal José Pessoa. Quem mais poderia ser?”

Lugares de memória: primeiras missões da Força Expedicionária Brasileira na Itália

Cláudio Skora Rosty*

Introdução

A Força Expedicionária Brasileira (FEB), inicialmente com o nome de “Destacamento FEB”, comandada pelo general de brigada Euclides Zenóbio da Costa, era também chamada pelos norte-americanos de “6^ª Combat Team”. Ela combateu em uma larga frente de terreno italiano, acidentado, com altitudes crescentes para o norte, a cavaleiro do divisor de águas balizado pelo mar Tirreno a oeste e o rio Serchio a leste. Lutou, juntamente com as tropas do IV Corpo de Exército, sob as ordens do general Willis Crittenger, ambas subordinadas ao V Exército norte-americano, comandado pelo general Mark Clark. Todas essas tropas estavam enquadradas pelo XV Grupo de Exércitos, sob o comando do marechal sir Harold Alexander¹.

Este artigo visa apresentar o levantamento e a identificação dos primeiros lugares de memória que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) percorreu no Teatro de Operações da Itália durante a 2^a Guerra Mundial no vale do rio Serchio.

O recorte temporal compreende o período entre 4 de setembro a 9 de novembro de 1944, quando a 1^a Bateria do II Grupo do 1^o Regimento

de Obuses Autorrebotados (II/1^o ROAuR) realizou o 1^o tiro da FEB, e a 1^a Companhia de Engenharia Brasileira, sob o Comando do 4^o Corpo de Exército dos EUA, atuou, respectivamente, na ocupação do acampamento da Tenuta Real de San Rossore² e na reparação de estradas e pontes ao sul de Pisa até a sua roçada para as montanhas dos Apeninos³.

O cerne deste trabalho é responder à indagação se é possível, após setenta e cinco anos do término dos combates na Europa, identificar acidentes capitais, vias de acesso, localidades, estradas e outras importantes regiões que possam vir a ser considerados lugares de memória da FEB e tornar possível a sua visita e a recordação das ações operacionais de combate ocorridas naqueles locais.

O objetivo é levantar os lugares de memória da FEB; reconstruir o passado dos acontecimentos ocorridos nos lugares de memória; e identificar, no terreno, onde ocorreram as primeiras missões da FEB. Para isso, é necessário descrever a atuação dos “pracinhas”⁴ nessas missões; localizar, no terreno, o local onde ocorreram as primeiras ações de combate, ressaltando a atuação da engenharia e da artilharia brasileira.

* Cel Inf R/1 (AMAN/1975; EsAO/1985; ECEME/1994). Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2007); Historiador Militar da Seção de Pesquisas Históricas do CEPHiMEX e Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

A relevância dessa tarefa consiste no ineditismo da pesquisa após quinze lustros⁵ do término do conflito, que permitirá a criação de mais um local de visitação, que guarde a materialidade da presença brasileira naquela região com lugares de memória, sejam monumentos, sejam placas identificativas, permitindo a visitação por parte de turistas e historiadores, tanto brasileiros quanto italianos, que evidenciam o sentimento da amizade e gratidão deixado pelos pracinhas na Itália.

Primeiras missões de guerra da FEB na Itália

Em 9 de setembro de 1944, quando a FEB se encontrava na localidade de Vada, ocorreu o primeiro encontro entre os comandantes da 1ª Divisão de Infantaria Divisionária (1ª DIE), general João Baptista Mascarenhas de Moraes, e do IV Corpo de Exército norte-americano, general Willis Crittenger, a fim de serem assentadas as condições de emprego da tropa brasileira. Por premência de tempo e necessidade das tropas aliadas seguirem para o norte, mesmo antes de oficialmente a FEB ter entrado em combate, uma companhia de engenharia passou ao comando operacional do escalão superior para recuperar estradas e pontes.

No dia 10 do mesmo mês, teve início um grande exercício conjunto do Grupamento Tático em Vada, com a duração de trinta e seis horas, representando o coroamento final da instrução, assistido pelo general Mark Clark, comandante do V Exército. No final do exercício, com a aprovação do general Mark Clark, foi criado e organizado o “Destacamento FEB”, sob o comando do general Euclides Zenóbio da Costa, que assumiu o comando às 18h00min do dia seguinte.



Figura 1 – Vale do Rio Serchio, região do batismo de fogo e emprego do Destacamento FEB

Fonte: Acervo do autor

Missão de emprego do Destacamento FEB no vale do rio Serchio

O dia 10 de setembro de 1944 marcou o reinício das operações do V Exército Aliado no norte da linha Pisa-Florença-Bolonha. Na noite do terceiro dia, em Vada, o comandante do Destacamento FEB recebeu do comandante do IV Corpo de Exército, general Crittenger, a missão de guerra de entrar oficialmente em combate na campanha da Itália. Tal missão continha o seguinte teor:

- Substituir elementos do 2º Batalhão do 370º Regimento de Infantaria (RI) e do 434º Grupo de Artilharia Anti-Aéreo às dezenove horas do dia 15 de setembro de 1944, na região de Vecchiano, Massaciuccoli, Felittole;
- Manter contato com o inimigo e sondar-lhe o dispositivo por meio de vigorosa ação de patrulhas;
- Caso o inimigo se retire, persegui-lo mediante ordem deste Corpo de Exército; e
- Manter contato com a 1ª Divisão Blindada que opera a Este”⁶.

O “Destacamento FEB”⁷, comandado pelo general Euclides Zenóbio da Costa, era constituído pelas seguintes peças de manobra:

– 6º Regimento de Infantaria, sob o comando do coronel Segadas Viana; II Grupo do 1º Regimento de Obuses Autorrebocados, do tenente-coronel Geraldo Da Camino; 1ª Companhia do 9º Batalhão de Engenharia, do capitão Möller; uma Companhia de Evacuação do 1º Batalhão de Saúde; um Pelotão do 1º Esquadrão Mecanizado, comandado pelo capitão Franco Ferreira; e elementos de valor pelotão de apoio dos Órgãos não divisionários, tendo por efetivo 237 oficiais e 4.331 praças.

O Destacamento FEB no vale do rio Serchio

Missão de apoio de engenharia ao V Exército Aliado

Os elementos da Companhia de Comando e Serviços, isolados, prestavam serviços de engenharia junto ao “*Combat Team*” brasileiro, providenciando a distribuição de material de engenharia, mapas, cartas e água.

A 1ª Companhia de Engenheiros, comandada pelo capitão Floriano Möller, do 9º Batalhão de Engenharia de Combate, foi a primeira tropa brasileira (soldados de engenharia) a cumprir missão de apoio ao combate aos Aliados em território italiano⁸. Essa companhia passou ao comando operacional do IV Corpo de Exército norte-americano, sob o comando do general Crittenberger, no período de 4 a 12 de setembro de 1944, mesmo antes de efetivamente a FEB, como um todo, entrar em ação.

Ela recebeu a seguinte missão operacional:

“cooperar com a engenharia do V Exército norte-americano, passando à disposição (controle operacional) do IV Corpo de Exército, em face do vulto dos trabalhos de organização do terreno originados com a recente queda da linha de defesa alemã de Pisa-Florença⁹”.

As tropas tedescas, com a finalidade de dificultarem o avanço Aliado, ao se retirarem, danificaram benfeitorias e estradas e, também, destruíram várias pontes sobre o rio Arno e seus afluentes (canal “*Antifosso di Usciana*”).

Durante oito dias, a 1ª Cia E Cmb permaneceu à disposição do IV Corpo do V Exército, de 4 a 12 set 1944, realizando os trabalhos de: detecção e reparação de 20km de estradas; construção de uma ponte Bailey M2, DS (dupla simples), Cl 40 (40t), com 190 pés (58,60m), em Montecalvoli (Q 314605), batizada de “Ponte 7 de Setembro”; e construção da ponte Bailey M2, DS, Cl 40 (40t), com 140 pés (43,18m), em Santa Maria a Monte (Q 341625), batizada de “Entre Rios” (9 set 1944), ambas sobre um afluente do rio Arno¹⁰. Dessa forma, foi possível que as Forças Aliadas prosseguissem para o norte em busca do contato com o inimigo.

Seis de setembro de 1944 é uma data significativa para a arma de engenharia e para a FEB, porque assinala a 1ª missão da FEB, na península itálica. O IV Corpo de Exército solicitou que a engenharia brasileira fizesse o reconhecimento de uma ponte semidestruída e um trecho de estrada, na região de Montecalvoli.

O capitão Möller reuniu-se com os seus comandantes de pelotão (Cmt Pel) – tenentes Paulo Nunes, Passini e Murad, encarregando-os do reconhecimento da ponte. O tenente Murad fez o reconhecimento da estrada e ele mesmo conduziu a supervisão dos trabalhos. No dia seguinte, 7 de setembro, iniciam-se os trabalhos, no dia em que foi proclamada a Independência do Brasil por D. Pedro I, justificando nome de batismo dessa ponte.

O tenente Murad, ao chegar a Montecalvoli, observou que um dos pilares da ponte original

fora completamente destruído, o pilar oposto apenas danificado e o tabuleiro semidestruído. Foram retirados, do primeiro pilar, perto de 50kg de explosivos italianos, no formato de *spaghetti*, acondicionados em uma caixa.

Do segundo pilar, retirou-se, de cada lado, cerca de 100kg de explosivos alemães, na forma de tabletes retangulares de aproximadamente 5kg, tendo em dois cantos uma reentrância para se encaixarem ajustados. Esses tabletes, ajustados um ao outro verticalmente, conectavam-se a uma carga subaquática do mesmo explosivo, à profundidade de três metros. Se essa carga subaquática explodisse, tanto o pilar quanto o tabuleiro da ponte seriam inutilizados, retardando em muito o avanço das tropas aliadas em direção ao norte.

Depreende-se que os alemães não tiveram tempo para explodi-la completamente ou parcialmente, deixando-a armadilhada, haja vista a disposição das cargas e conexões, que, se manuseadas com imperícia, resultaria em uma explosão por simpatia (a onda explosiva de uma carga acionaria a outra sucessivamente).

Outro aspecto a considerar é que chovia torrencialmente aquele dia, aumentando o volume d'água do canal "*Antifosso di Usciana*", que passava sob a ponte semidestruída, suscitando desconfiças dos engenheiros quanto ao alargamento entre as margens. A ponte original tinha um vão de 170 pés.

Após tomar ciência dos relatórios de reconhecimento da ponte e da estrada, o Cap Möller decidiu pelo lançamento uma Bailey M2DS, Cl 40, com 190 pés, e determinou ao tenente Paulo Nunes a retirada de todas as cargas de explosivos colocados e não explodidas; ao tenente Passini, a reconstrução; e ao tenente Murad, o prosseguimento nos trabalhos de conservação da estrada.

A montagem da ponte tipo Bailey demorou a ser realizada, porque o tenente Passini quis aproveitar a existência do tabuleiro danificado da ponte primitiva e fazer os encaixes diretos dos painéis, apoiando-se nele. O processo de montagem era, todavia, inusitado, pois a escola americana havia instruído a tropa de outra maneira – lançar da 1ª margem para a 2ª margem, sem aproveitamento da infraestrutura existente. Ao perceber a insegurança da tropa, o capitão Möller assumiu o comando da construção e a ponte Bailey foi concluída, apoiando-se na parte não danificada do tabuleiro da ponte primitiva.

Assim, a tropa, ao chegar à área de acantonamento, ao final da tarde, rejubilava-se pelo sentimento do dever cumprido e por ter comemorado honrosamente o dia da Independência do Brasil, marcando o início da participação da engenharia e das tropas brasileiras na 2ª Guerra Mundial.

Dando continuidade aos trabalhos, em 8 de setembro de 1944, a 1ª Cia E Cmb recebeu nova missão: restabelecer a travessia do rio Arno, onde havia uma ponte montada sobre pontões de borracha de 17t que fora completamente desmantelada, por ocasião das fortes chuvas dos dias 6 e 7, elevando o nível das águas, as quais danificaram e fizeram rodar os pontões de apoio, interrompendo completamente a travessia do rio Arno.

Em 9 de setembro de 1944, foi construída a 2ª Ponte Bailey M2 DS, Cl 40, com 130 pés, batizada de "Entre Rios", em homenagem à cidade que estacionara o 9º BE, com destino à Itália. Findada a missão do IV Corpo de Exército, no dia 13 de setembro, a 1ª Cia E Cmb foi dispensada de seus trabalhos junto àquele comando norte-americano, deslocando-se para cidade de Asciano, onde se integrou ao "*Combat Team*" brasileiro.

No dia 16 de setembro, a FEB recebeu a ordem de substituir a tropa norte-americana no vale do rio Sercchio.

O primeiro tiro da artilharia da FEB na Campanha da Itália

A Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (AD da 1ª DIE) foi a primeira unidade de artilharia sul-americana a cruzar o Atlântico e lutar na Europa. O general de brigada Oswaldo Cordeiro de Farias, em 1º de fevereiro de 1944, após ter estagiado nos Estados Unidos sobre os processos e normas de emprego da artilharia norte-americana, assumiu o comando da AD da 1ª DIE. Ela era constituída por um estado-maior, uma bateria de comando e grupos de obuses. Cada grupo de obuses era constituído por três baterias com quatro peças para cada bateria, totalizando doze peças por grupo¹¹. Os Grupos I – Levy Cardoso, II – Da Camino, e III – Souza Carvalho eram dotados com obuseiros de calibre 105mm e o IV – Panasco Alvim, com calibre 155mm. O poder de fogo da AD da 1ª DIE era de quarenta e oito peças (obuseiros), sendo 36 de 105mm e 12 de 155mm¹².

A Força Aérea Brasileira se fez representar na 2ª Guerra Mundial na Itália pelo 1º Grupo de Caça e pela 1ª Esquadilha de Ligação e Observação (1ª ELO)¹³, esta última, adida ao Quartel-General da Artilharia da 1ª DIE. A 1ª ELO era composto por 10 pequenos aviões monomotores “Piper Cub L4H”, distribuídos 2 por grupo de obuses. Seu efetivo era composto por 12 oficiais aviadores, 11 oficiais observadores aéreos do Exército e 28 praças, sendo 18 da Força Aérea e 10 da FEB, para executarem missões de manutenção e administrativas¹⁴. Essa esquadilha tinha por missão realizar operações de

observação, ligação, reconhecimento, ajuste e regulagem dos tiros da artilharia brasileira¹⁵.

O 21º Grupo de Artilharia de Campanha (21º GAC), atualmente sediado em Niterói, é subordinado à Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (Artilharia Divisionária Cordeiro de Farias), e é a unidade herdeira das tradições do II Grupo do 1º Regimento de Obuses Autorrebocados (II/1º ROAuR)¹⁶, que realizou o primeiro tiro de artilharia durante a Campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, na Segunda Guerra Mundial. Por esse grande feito, a unidade recebeu a denominação histórica de Grupo “Monte Bastione”.

O Monte Bastione, localizado ao norte da localidade de Vecchiano, serviu de massa cobridora para a entrada em posição do II/1º ROAuR. Dessa forma, essa elevação permitiu o posicionamento do grupo de obuses a fim de apoiar a manobra da Infantaria – 6º RI – dentro do contexto tático da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE).

Em 12 de setembro de 1944, o Comando do V Exército decidiu empregar o Escalão Avançado da 1ª DIE na linha de frente. Para isso, a unidade ocupou nova posição, já em condições de atirar contra o inimigo. Em 13 de setembro de 1944, o Diário de Guerra do II/1º ROAuR narrou o seguinte¹⁷:

“Para desempenhar sua primeira missão na presente guerra, o grupo começou a deslocar-se hoje às 2 horas e 30 da madrugada para Ospedaletto, 3km ao sul de Pisa”.

Na noite de 15 para 16 de setembro de 1944, o grupo deslocou-se, em total escuridão, para ocupar posição nas encostas do Monte Bastione, balizadas por bandeirolas brancas de

guia¹⁸. Não realizou regulação de tiro para não denunciar a progressão do 6º RI, que estava substituindo as tropas americanas.

A unidade aguardou em posição durante toda a madrugada.

O comandante da 1ª Bateria de Obuses era o capitão Mario Lobato Vale; o comandante da linha de fogo, o tenente Alceu Grisole; e o chefe da 2ª peça, peça diretriz, o sargento Miguel Ferreira de Lima. Durante toda a manhã do dia 16, a bateria, tensa e ansiosa, aguardava os primeiros comandos de tiro, para cumprir a missão tática de apoio direto ao 6º RI.

Mesmo com muita dificuldade para determinar as posições do inimigo, o 2º tenente Ramiro Moutinho enviou, de seu posto de observação, sua mensagem de tiro e, às 14 horas, a central de tiro encaminhou o comando de tiro à linha de fogo. Em momento cercado de grande emoção, às 14 horas e 22 minutos, o cabo Adão da Rosa, cabo atirador da 2ª peça, lançou contra o inimigo nazista, nos contrafortes da Linha Gótica, o primeiro tiro da artilharia brasileira disparado fora do continente americano, atingindo, com precisão, o objetivo previsto, a localidade de Massarosa¹⁹.

No prosseguimento das operações, o II Grupo continuou em apoio direto ao 6º RI para conquistar Camaione, desdobrando-se em Villa Lippi, cerca de 5km NW de Lucca. Para ocupação do Monte Prano, ocupou a região de Casa di Babbano, a 5km a NE de Massarosa²⁰.

Finalmente, esse breve relato, extraído do Diário de Guerra do II/1º ROAuR, permite vivenciar os momentos de glória da unidade em solo italiano e abstrair a respeito das dificuldades

e do preparo da artilharia brasileira para cumprir sua missão primordial, o apoio de fogo ao combate. Observa-se que o comando do II/1º ROAuR planejou e executou inúmeros treinamentos antes de chegar ao dia 16 de setembro de 1944 em sua primeira missão de combate. O tiro no sopé do Monte Bastione foi apenas o início de uma campanha vitoriosa, que passou também pelo apoio às vitórias em Camaione, Monte Prano, Lama di Soto, Monte Castelo e Montese. No total (segundo ainda a Revista Verde Oliva nº 201, de maio-junho de 2009), foram cumpridas 2.995 missões de tiro e disparadas mais de 55 mil granadas.

A realização de tiros de artilharia fora do continente sul-americano, em condições de terreno e de clima adversos e dentro do contexto da 2ª Guerra Mundial, trouxeram ao Grupo Monte Bastione um legado de ricas e preciosas tradições. O significado desses tiros e da trajetória gloriosa da unidade são muito maiores que o simples detonar de uma estopilha, e isso é perfeitamente compreendido ao estudar o caminho percorrido pelo II/1º ROAuR na Itália e o valor do adestramento e do preparo da tropa.

Manobras do Destacamento FEB no vale do rio Serchio

A partir desse momento, a FEB conseguiu as suas primeiras vitórias na Itália: Massarosa, Camaione, Monte Prano. A ocupação de Camaione e de Monte Prano caracterizou o bem-sucedido “batismo de fogo” e o fim da primeira manobra das forças brasileiras naquele Teatro de Operação. Nossos compatriotas percorreram cerca de 15km em 11 dias, combatendo e libertando dezenas de vilas e cidades italianas, merecendo efusivos elogios e respeitos dos aliados.

O “Destacamento FEB” fez cair pela manobra (sem combate) as inexpugnáveis posições de defesa da Linha Gótica de Borgo a Mozzano, abrindo a nova frente de combate do vale do rio Serchio, que definiu a segunda manobra²¹.

As operações até então realizadas caracterizaram-se por ações descentralizadas, em frentes amplas, nas quais cada subunidade de 1º escalão atuou isoladamente a cavaleiro de caminhos estreitos, sinuosos e elevados, com a finalidade de estabelecer contato com o inimigo, que se encontrava entrincheirado em magníficas posições de tiro e observação nas elevações do vale do rio Serchio.

Ressalta-se o esforço, a coragem, a bravura, o desprendimento, a iniciativa e a criatividade do “*pracinha brasileiro*”, lutando em terreno desconhecido, áspero, e montanhoso, contra um oponente experiente, valoroso, inteligente e astuto, que demonstrava a falsa impressão de que estava desmoralizado e abatido. O abandono das posições de Monte Prano e Monte Acuto pelo inimigo despertou na tropa brasileira forte entusiasmo e contagiante euforia, transformando-se em exagerada confiança, impulsionando-a para sua segunda manobra.

A presença do Ministro da Guerra – general Eurico Gaspar Dutra – no Teatro de Operações, de 24 de setembro a 18 de outubro de 1944, elevou o moral, a vontade de lutar e o prestígio da FEB junto às autoridades norte-americanas. O general Mark Clark recebeu o general brasileiro Dutra em visita e condecorou os generais Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa em nome do presidente Roosevelt. Naquele momento, entregou aos oficiais brasileiros o distintivo do V Exército (criado na África do Norte) e, observando que as tropas norte-americanas usavam um distintivo de braço que as diferenciava,

sugeriu que a tropa brasileira também adotasse aquele sistema. Surgiu, assim, a ideia de se representar em desenho a frase “*A cobra está fumando*”. Esta frase representava um irônico “dito” popular de antes do embarque, segundo o qual “*seria mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra*”. O general Mascarenhas de Moraes chamou o chefe da 4ª Seção (tenente-coronel Senna Campos) e mandou que apresentasse um projeto. Dessa forma, foi estabelecido o distintivo da FEB, uma serpente com um cachimbo²².

No final da jornada de 28 de setembro, o general Zenóbio da Costa recebeu a Ordem Geral de Operações, expedida pelo IV Corpo de Exército de Campanha:

“progredir na direção geral de Castelnuovo di Garfagnana, conduzindo o esforço principal ao longo do vale do Serchio; e manter contato com o Grupamento Tático da 92ª DI americana (Task force 92)”²³.

A finalidade da missão continuava praticamente a mesma: procurar e manter o contato com o inimigo, porém com uma frente duas vezes maior (20km), menos acidentada e mais humanizada.

Após ter conquistado Borgo a Mozzano, Formaci, Galliciano, Barga, San Quirico e sofrido um revés em Sommocolonia, no final do mês de outubro, o “Destacamento FEB”, encerrou sua atuação no vale do Serchio. Ele percorreu mais de 40km, libertou várias vilas e cidades, capturou 208 prisioneiros e sofreu 290 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos.

Em 9 de novembro, a FEB completa (com os 2º e 3º escalões incorporados), agora sob o comando do general Mascarenhas de Moraes, foi roçada do vale do Serchio para as montanhas dos Apeninos e ocupou seu posto de comando na cidade de Porretta Terme.

ROTEIRO DE VISITAÇÃO AOS SÍTIOS HISTÓRICOS DO DESTACAMENTO FEB NO VALE DO RIO SERCCHIO.

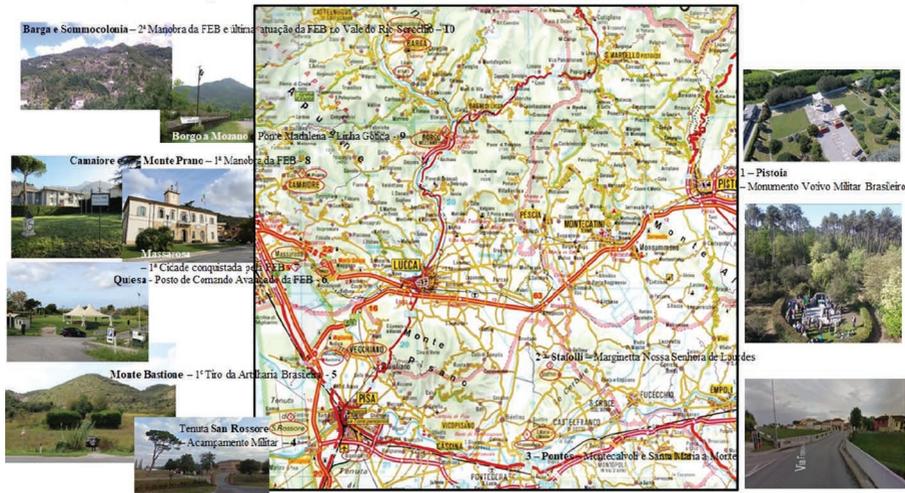


Figura 2 – A FEB no vale do rio Sercchio – Pontos de visitação 3 e 5 foram incluídos agora
 Fonte: Acervo do autor e Google

Identificação dos lugares de memória do Destacamento FEB

Viagem de identificação – abril 2011

Em abril de 2011, comemoração do 66º aniversário da FEB na 2ª Guerra Mundial, seguiu, para os campos de batalha italianos onde a FEB combateu²⁴, uma comitiva de militares reformados, historiadores, preservadores de viaturas militares antigas, civis entusiastas da preservação da memória da FEB (reencenadores) e familiares²⁵. Todos guiados por dois italianos: Mario Pereira, guardião do Monumento Votivo Militar Brasileiro

(MVMB) de Pistoia, e Giovanni Sulla, colecionador de militar da 2ª Guerra Mundial. A comitiva tinha por finalidade conhecer os locais de combate, participar de uma marcha motorizada na região da cidade de Modena, chamada “Coluna da Vitória Aliada”, e de uma reencenação, na cidade de Collecchio, da rendição incondicional da 148ª Divisão de Infantaria Alemã à FEB²⁶. O produto final seria a edição de livro intitulado “Os Libertadores”. Nessa ocasião, foi identificado o potencial histórico e turístico do vale do rio Sercchio, sendo elaborado um roteiro de visitação.



Figuras 3 e 4 – Comitivas de abril de 2011 e de 2018
 Fonte: Acervo do autor

Viagem de identificação – setembro 2013

Em setembro de 2013, aproveitando uma viagem realizada a Turim, a fim de participar do Congresso Internacional de História Militar, juntamente com o Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, visitamos os sítios históricos mais importantes na região das montanhas dos Apeninos²⁷. O Guardião do MVMB, Sr. Mario Pereira, filho do veterano da FEB Miguel Pereira, que se casou com uma italiana (Dona Juliana), voltou a Pistoia para cuidar do cemitério dos pracinhas até o final de sua vida, passando essa tarefa ao seu filho Mário Pereira até 2019. Ele me convidou para visitarmos novamente o vale do rio Serchio e percorrer todo o itinerário da FEB até Sommocolonia. Serviu-nos também de guia o coronel de en-

genharia do Exército Italiano Vittorio Lino Biondi, cujo pai, como *partisano*, recebeu três tiros da tropa brasileira em Sommocolonia (residência de seus pais), por ter se aproximado do aquartelamento sem o sinal de identificação (senha e contrassenha). Após a colocação de uma placa comemorativa do 68º ano da FEB na Itália, esse local passou a fazer parte do roteiro de visitação.

Na jornada seguinte, passamos a vasculhar a região sul de Massarosa e Quiesa, em busca do Monte Bastione, que foi identificado em Vecchiano, à margem direita do rio Serchio, próximo da rodovia que dá acesso a Filittole. Assim, pela primeira vez após o término da guerra, foi visitada e identificada a posição de tiro dos obuses do II Grupo, organização militar que realizou o 1º tiro da FEB.



Figuras 5 e 6 – Comitivas de setembro de 2013
Fonte: Acervo do autor



Figuras 7 e 8 – Monte Bastione, identificado pela 1ª vez após a II GM, em setembro de 2013, e local de aposição da placa identificativa
Fonte: Acervo do autor

Viagem de identificação – novembro 2014

Em novembro de 2014, visando a produção de um documentário sobre os 70 anos das vitórias da FEB para o ano seguinte, foi realizada nova pesquisa documental, iconográfica e oral. Nessa pesquisa, foram entrevistados mais de cinquenta veteranos da FEB da Associação Nacional dos Veteranos da FEB – delegacias de Juiz de Fora – MG, Belo Horizonte – MG, Volta Redonda – RJ, Petrópolis – RJ, São Paulo – SP, Santo André – SP, Curitiba – PR, Porto Alegre – RS. A nova comitiva²⁸ que foi à Itália entrevistou mais de trinta italianos que conviveram com os pracinhas durante a guerra. O resultado foi um documentário de uma hora intitulado “Conversando com os Veteranos da FEB”, lançado em 2015, no IV Seminário da participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial (IV SENAB-2ª GM), realizado no Museu Difuso da Linha Gótica de Montese. Buscou-se, nesse período, no vale do rio Serchio, sem sucesso, identificar as pontes construídas pela 1ª Companhia de Engenharia.

A procura foi em vão, mesmo contando com auxílio de italianos conhecedores da área, como Juliano Capelli, guardião da Marginetta de Stafolli, Piergiorgio Pieroni, do Comitato Recupero e Valorizzazione della Linea Gótica²⁹, Mario Pereira e outros. O insucesso se deveu ao fato de termos procurado as referidas pontes em lugar equivocado. Muitos documentos indicavam a localização das pontes sobre o rio Arno. Passados três anos, em 2018, encontramos documentos que as identificavam em um afluente do rio Arno (canal “*Antifosso di Usciana*”), e não no rio principal. Com essa nova informação, foi possível identificar no mapa rodoviário, e, em outubro de 2019, com informações mais precisas do relatório de identificação do comandante atual do 9º BE, nova expedição percorreu o canal “*Antifosso*

di Usciana” (afluente do rio Arno), identificou e certificou a localização das duas pontes: a de Montecalvoli e a de Santa Maria a Monte.

Viagem de identificação – abril 2015

Em abril de 2015³⁰, foi organizado, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, na Itália, o IV SENAB-2ª GM, com o tema: 70 anos das vitórias da FEB. Tal evento contou com a participação do Comandante do Exército, general Villas Boas, autoridades civis e militares, veteranos e seus familiares e simpatizantes com a causa da FEB, perfazendo um total aproximado de duzentos brasileiros³¹. Foram visitados quase todos os monumentos dedicados à FEB, com exceção dos do vale do rio Serchio, que só contou com a marcha motorizada da coluna da vitória, com a participação de inúmeros brasileiros preservadores de viaturas militares antigas. Na cidade de Parma, houve uma grande concentração e exposição de viaturas da 2ª Guerra Mundial. Na cidade de Collecchio, foi realizada a reencenação da rendição incondicional da 148ª Divisão de Infantaria Alemã à FEB, com a participação de inúmeros brasileiros fardados de pracinhas.

Viagem de identificação – abril 2018

Em abril de 2018³², nas comemorações do 73º aniversário da libertação, nova comitiva, composta pelo Ministro da Defesa, Embaixador do Brasil na Itália, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, Adido Militar do Brasil em Roma e seus assessores, percorreu quase todos os monumentos dedicados à FEB, com exceção dos do vale do rio Serchio. Perdeu-se uma boa oportunidade de se manter contato com a região da 1ª fase da FEB na Itália.

Viagem de identificação – outubro 2019

No início de outubro de 2019³³, foi realizada a nova viagem de reconhecimento, identificação e contato com as autoridades das cidades onde ocorreria o IX SENAB-2ª GM, responsáveis pelos monumentos dedicados à FEB. Foi percorrida e identificada *in loco* a região de ocupação das peças (obuses), posição de tiro do II/1º ROAuR, e onde foram construídas as duas pontes da engenharia, com o apoio do Guardiã da Marginetta de Stafoli – Juliano Capelli, e de oficiais *Carabinieri*. As localizações exatas de onde foi dado o 1º tiro da artilharia e construídas as pontes agora estavam definitivamente consolidadas.



Figuras 9 e 10 – Ponte Santa Maria a Monte – Placas identificativas das pontes de Montecalvoli e Santa Maria a Monte

Fonte: AHEx, Google e acervo do autor

Viagem de identificação – fevereiro 2020

A última viagem de identificação, realizada em fevereiro de 2020³⁴, contou com a participação direta do Adido Militar Brasileiro em Roma e do novo Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército³⁵ e teve por finalidade consolidar os apoios e as atividades culturais previstas para o IX SENAB-2ª GM. Dessa vez, foi contatado o *sindaco da comuna*³⁶ de Vecchiano, com jurisdição sobre Monte Bastione, e foi definida a posição exata de aposição da placa identificativa do 1º tiro da FEB na Itália. Também foi contatada a *sindaca da comuna*³⁷ de Santa Maria a Monte, com jurisdição sobre Montecalvoli, e identificada a posição exata de aposição das placas identificativas.

Dessa forma, foram criados mais três monumentos a serem visitados em homenagem à FEB na Itália, agora, com referência à atuação da artilharia e engenharia brasileiras.

Viagem de identificação final – abril 2020

Para abril de 2020³⁸, foi planejado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, a se realizar na Itália, o IX SENAB-2ª GM, com o tema: Jubileu dos 75 anos da FEB na Itália. Tal evento tinha previsão da participação do Comandante do Exército – general Leal Pujol, do Chefe do Estado-Maior do Exército – general Braga Neto, do Comandante Militar do Sul – general Mioto, autoridades civis e militares, veteranos, seus familiares, simpatizantes da causa da FEB e uma comitiva de mais de cem inscritos para o evento. Era um grupo constituído por familiares de veteranos, civis, militares e historiadores, todos liderados por uma empresa de turismo. Seriam percorridos mais de trinta sítios históricos, identificados por monumentos e, em cada um deles, seria feita uma alocação por historiadores sobre os

fatos que ali ocorreram. Em cinco desses lugares, seria realizada uma pequena encenação, dando realismo e fácil entendimento das ações ali acontecidas. A pandemia do Coronavírus – Covid-19, no entanto, que afetou tanto a Itália quanto o Brasil, impôs que o evento fosse adiado para o mês de abril de 2021, já que as fronteiras italianas permanecem fechadas para vários países estrangeiros, incluindo o Brasil.

Considerações finais

A FEB assinalou o valor do soldado brasileiro no concerto das Nações, quando combateu junto aos Aliados contra o Eixo, na 2ª Guerra Mundial.

Desde sua preparação até o emprego em operações na península itálica, evidenciou o que há de mais sublime no povo brasileiro: a parte humanitária e a adaptabilidade aos fatos inusitados, como os que aconteceram naquela guerra. Em pouco tempo, nossos pracinhas se tornaram exímios guerreiros. Cercaram e fizeram prisioneiros cerca de vinte mil inimigos na rendição incondicional da 148ª Divisão de Infantaria Alemã, na região de Fornovo di Taro.

O batismo de fogo e a 1ª fase da FEB na Itália se caracterizaram pelos combates do “Destacamento FEB” no vale do rio Serchio. Foram duas

manobras: uma culminando com a conquista da cidade de Camaiore e Monte Prano, e a outra em Braga e Sommocolonia.

Coube à 1ª Companhia do 9º BE cumprir com brilhantismo a 1ª missão da FEB, mesmo antes de oficialmente entrar em guerra. Ela cumpriu missão transcendente e permitiu os deslocamentos das forças aliadas para o norte, a fim de romper a Linha Gótica. Reparou estradas e construiu duas pontes tipo Bailey no afluente do rio Arno ao sul de Pisa, em Montecalvoli e em Santa Maria a Monte. Agora, essas duas pontes foram localizadas, identificadas e consolidadas por placas identificativas, sendo criado um novo monumento e um novo lugar de memória.

O mesmo ocorreu com a 1ª Bateria do II /1º ROAuR, ao realizar o 1º tiro da FEB fora do continente sul-americano. Foi o batismo de fogo brasileiro na Itália. O levantamento das posições de tiro das peças da artilharia brasileira, sua localização no Monte Bastione, sua identificação e consolidação com placa identificativa marcam mais um lugar de memória da FEB, que se somará a mais de cinco dezenas de monumentos já cadastrados em solo italiano, que definem o roteiro da FEB na Itália.



Figura 11 – Placas identificativas das pontes 7 de Setembro (Montecalvoli), Entre Rios (Santa Maria a Monte) e o 1º Tiro de Artilharia da FEB em Monte Bastione

Fonte: Desenho do autor

Os lugares de memória são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva se expressa, se identifica e se revela, segundo Nora. Portanto, a localização e identificação por placas de bronze das pontes de Montecalvoli, de Santa Maria a Monte e das posi-

ções de tiro de Monte Bastione são lugares carregados de uma vontade de memória. Constituem monumentos dedicados aos feitos da FEB.

A engenharia e a artilharia da FEB tiveram a honra de fazer, inicialmente, a “cobra fumar” em solo italiano. A FEB escreveu, nos campos de batalha da península itálica, com letras de sangue e ouro, a glória e os feitos da engenharia e da artilharia da Força Expedicionária Brasileira. 

Referências

- BRANCO, Manoel Thomaz Castello. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
- BRAYNER, Floriano de Lima: **A Verdade sobre a FEB**, São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- CAMPOS, Agnaldo José Senna. **Com a FEB na Itália**: páginas do meu diário. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Exército, Imprensa do Exército, 1970.
- FORTES, Coronel Heitor Borges. **A Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1962.
- LIMA JUNIOR, Raul da Cruz. **Quebra-Canela**. 2 ed. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1982.
- LOPES, Coronel José Machado. **A Engenharia na FEB**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959.
- MORAES, João Batista Mascarenhas. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005.
- OLIVEIRA, Dennison. **A Força Expedicionária Brasileira e a II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas da História Militar do Exército, 2012.
- SILVEIRA, Capitão Antorildo. **6º Regimento de Infantaria Expedicionário – Soprasasso**. Fatos da Campanha do 6º RI em território da Itália. Volume CIX. Edição da Biblioteca Militar. Gráfica Laemmert Ltda, 1946.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, Editora Expressão e Cultura, 2001.
- SIMÕES, Raul Mattos A. **A presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial: uma Antologia**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1966.
- THOMAZ, Carlos Rocha. **Os Ensinamentos da participação da FEB na 2ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2006.

Notas

- ¹ Jornal: O Cruzeiro do Sul nº 1 – Ano I, 3 de janeiro de 1945.
- ² Floriano de Lima Brayner: A Verdade sobre a FEB, São Paulo, Ed Civilização Brasileira, 1968. p. 155.
- ³ Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. A FEB pelo seu Comandante. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2005. p. 99.
- ⁴ Pracinha: nome carinhoso usado para identificar os soldados integrantes da FEB que lutaram na Itália.
- ⁵ Lustros significa períodos de cinco anos.
- ⁶ Manoel Thomaz Castello Branco. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1960. p. 191.
- ⁷ Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. A FEB pelo seu Comandante. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2005. p. 70.
- ⁸ ROSTY, C. S.; Revista do Exército Brasileiro. Vol. 151, Ed. Especial, Rio de Janeiro, 2015. p. 40.
- ⁹ Livro a Presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial: uma antologia de Raul Mattos de Simões. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1966. p. 118.
- ¹⁰ A Engenharia na FEB – Conferência do Cel Machado Lopes realizada na ANVFEB/RJ, 1959. pp. 24-40.
- ¹¹ Cada peça de artilharia equivale a um obuseiro, ou seja, um canhão de calibre 105 ou 155 milímetros. Joaquim Xavier da Silveira. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. Editora Expressão e Cultura. 2001. p. 85.
- ¹² Joaquim Xavier da Silveira. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. Editora Expressão e Cultura. 2001. p. 85.
- ¹³ Jornal: O Cruzeiro do Sul nº 8 – Ano I, 28 de janeiro de 1945. p. 2.
- ¹⁴ Carlos Rocha Thomaz. Os Ensinamentos da participação da FEB na 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2006. p. 46.
- ¹⁵ Cel Heitor Borges Fortes. A Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária na Campanha da Itália. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1962. p. 15.
- ¹⁶ Cada peça de artilharia equivale a um obuseiro, ou seja, um canhão de calibre 105 ou 155 milímetros. Joaquim Xavier da Silveira. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. Editora Expressão e Cultura. 2001. p. 85.
- ¹⁷ Diário de Guerra do II/1º ROAuR – Acervo do Museu do 21º Grupo de Artilharia de Campanha.
- ¹⁸ Carlos Rocha Thomaz. Os Ensinamentos da participação da FEB na 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2006. p. 63.
- ¹⁹ Diário de Guerra do II/1º ROAuR – Acervo do Museu do 21º Grupo de Artilharia de Campanha.
- ²⁰ Carlos Rocha Thomaz. Os ensinamentos da participação da FEB na 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2006. pp. 64 a 67.
- ²¹ ROSTY, C. S.; Revista do Exército Brasileiro. Vol. 151, Ed. Especial, Rio de Janeiro, 2015. p. 44.
- ²² Agnaldo José Senna Campos. Com a FEB na Itália: páginas do meu diário. Rio de Janeiro. Secretaria Geral do Exército, Imprensa do Exército. 1970. pp. 95-98.
- ²³ Manoel Thomaz Castello Branco. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1960. p. 198. Ordem de Operações nº 12 do IV Corpo de Exército.

- ²⁴ Região da Toscana e Emília-Romagna. Área ao norte da linha Florença-Pisa, sul de Parma-Modena, a oeste de Florença-Bolonha e a leste de Pisa-Spezia.
- ²⁵ Dentre outros, Marcos Renault, João Baroni e coronel Rosty.
- ²⁶ Rievocazione dela resa ítalo-tesdesca alle forze alleate nel 66º anniversario – Collecchio 28 a 30 Aprille 2011.
- ²⁷ General Márcio e esposa, e o coronel Rosty.
- ²⁸ Coronel Ramiro, coronel Rosty e sargento Lucivan.
- ²⁹ Denilson de Oliveira, A Força Expedicionária Brasileira e a II Guerra Mundial. Rio de Janeiro. Centro de Estudos e Pesquisas da História Militar do Exército, 2012. p. 26.
- ³⁰ O evento ocorreu no período de 18 a 28 de abril de 2015.
- ³¹ Dentre outros, general Bergo, coronel Ramiro, Marcos Renault e coronel Rosty (inaugurando o monumento dedicado ao Asp Mega).
- ³² O evento ocorreu no período de 13 a 30 de abril de 2018.
- ³³ O evento ocorreu no período de 3 a 13 de outubro de 2019.
- ³⁴ O evento ocorreu no período de 9 a 17 de fevereiro de 2020.
- ³⁵ General Paulo Afonso, coronel Santos Franco e coronel Rosty.
- ³⁶ *Sindaco da Comuna* significa Prefeito do Município.
- ³⁷ *Sindaca da Comuna* significa Prefeita do Município.
- ³⁸ O evento ocorreria no período de 21 a 29 de abril de 2020. Foi adiado para abril de 2021, já que, em virtude da pandemia de Covid-19, as fronteiras italianas permanecem fechadas para vários países estrangeiros, incluindo o Brasil.

Biblioteca do Exército

A Biblioteca do Exército (BIBLIEx) - Casa do Barão de Loreto é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral.

SEJA NOSSO ASSINANTE

e receba em sua residência nossos livros publicados.

Tel.: (21) 2519-5707

Praça Duque de Caxias, nº 25
Palácio Duque de Caxias
Ala Marcílio Dias - 3º Andar
Centro - CEP 20.221-260
Rio de Janeiro – RJ



Acesse:

www.bibliex.eb.mil.br



Livraria do Palácio Duque de Caxias



Vantagens da Assinatura

- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

Livros da Coleção General Benício

Tipos de assinatura:

- A - versão completa (10 livros, a R\$200,00)
- B - versão compacta (5 livros, a R\$150,00)

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além dos livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no site:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO
- A DEFESA NACIONAL
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tradição e qualidade em publicações



Agora, você tem mais facilidade em suas mãos.

Acesse. Simule. Contrate.

Sujeito a alteração sem aviso prévio.
Consulte as normas e condições vigentes.



Correção pela
TR, pelo **IPCA**
ou juros
Prefixados

Juros ainda
menores

#fiqueemcasa

FHE **POUPEX**

www.poupex.com.br

0800 61 3040



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

